O Espaço Urbano:

Novos Escritos Sobre a Cidade

Ana Fani Alessandri Carlos

ANA FANI ALESSANDRI CARLOS

O Espaço Urbano:
Novos Escritos sobre a Cidade

Edição Eletrônica/ LABUR

São Paulo, 2007

Para Marcelo, uma esperança na nova geração.

Sumário

Prefácio à Segunda Edição

Meu objetivo ao escrever este livro é dar visibilidade a um conjunto de idéias capaz de fundar uma compreensão do mundo contemporâneo revelado a partir da metrópole de São Paulo, tendo como ponto de vista a Geografia. Trata-se de um livro que se insere em um conjunto mais amplo de significados, no qual o trabalho acadêmico e a pesquisa nos possibilitam pensar, estudar e imaginar como a Geografia pode construir uma explicação de um mundo tão turbulento, dinâmico e complexo, sem a criação de modelos prontos e acabados.

Assim, ele se realiza enquanto exercício pleno de liberdade, momento de desejo. Mas, como Ulisses na Odisséia, é preciso "tempo para se poder chegar" e não temos domínio sobre esse tempo - que é antes, um percurso: invadido por obstáculos e dificuldades na busca da realização do desejo.

Esta obra é também o caminho do pensamento crítico que, ao analisar a realidade em seu movimento contraditório, coloca como necessidade superá-la, sem jamais confundir-se com ela, pois a mesma contempla a virtualidade.

A presente edição foi profundamente alterada em relação à primeira e a ordem de dois capítulos foi invertida, de modo que, *"Morfologia e temporalidades urbanas: o tempo efêmero e o espaço amnésico"* passa a ser o Capítulo 6 e *"A metrópole polifônica-poliorâmica"* tornou-se o Capítulo 7. Também diversos parágrafos foram adicionados e outros suprimidos, além de alguns outros terem sido mudados de lugar.

Esta revisão teve por objetivo precípuo tornar o texto mais claro e objetivo e as idéias mais fluídas e articuladas, e renova um convite à leitura da cidade, colocando o desafio de pensar o mundo em sua totalidade a partir de uma ciência parcelar.

Sobre Planos e Níveis de Análise

O objetivo desta obra é reunir um conjunto de idéias que foram sendo construídas ao longo dos últimos anos, tendo como centro o debate em torno da necessidade de construção de um “modo possível de pensar a cidade” nos dias de hoje – através da Geografia – em um momento em que a sociedade urbana se constitui a partir da generalização do processo de urbanização no mundo. Esse processo que tem como conteúdo a realização do mundial – espaço mundial e sociedade urbana – coloca-nos diante de uma nova relação espaço-tempo, que, a meu ver, caracteriza o momento histórico atual. Na realidade, o caminho que seguimos toma uma direção inversa às análises que consideram o tempo elemento definidor deste período, propondo, inclusive, a negação do espaço como elemento explicativo do mundo moderno. Para muitos autores, o momento atual, qualificado como pós-moderno, teria por centro definidor as mudanças no tempo, o que conduziria a um processo de “desterritorialização”.

O raciocínio desenvolvido neste livro, porém, parte do pressuposto de que as relações sociais se realizam, concretamente, na qualidade de relações espaciais – constituindo-se enquanto atividade prática. Nessa direção, a reflexão sobre a cidade é, fundamentalmente, uma reflexão sobre a prática sócio-espacial que diz respeito ao modo pelo qual se realiza a vida na cidade, enquanto formas e momentos de apropriação do espaço como elemento constitutivo da realização da existência humana. Assim, o espaço urbano apresenta um sentido profundo, pois se revela condição, meio e produto da ação humana – pelo uso - ao longo do tempo[1]. Esse sentido diz respeito à superação da idéia de cidade reduzida à simples localização dos fenômenos (da indústria, por exemplo), para revelá-la como sentido da vida humana em todas as suas dimensões, – de um lado, enquanto acumulação de tempos, e de outro, possibilidade sempre renovada de realização da vida. Assim, a cidade se realizaria também, como lugar do possível – possibilidade de um projeto voltado para o futuro.

A cidade, enquanto construção humana, é um produto histórico-social e nesta dimensão aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo do processo histórico de uma série de gerações. Expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico cumulativo, a cidade contém e revela ações passadas, ao mesmo tempo em que o futuro, que se constrói nas tramas do presente – o que nos coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico analisado.

O momento atual revela continuidades e descontinuidades que se combinam como conseqüência das transformações na relação espaço/tempo urbanos traduzidas nos “lugares da metrópole“ sob a forma de rupturas de ritmo, da realização desigual do poder, das relações entre classes diferenciadas, que se traduzem em movimentos de construção e transformação, lidas na morfologia urbana e passíveis de serem apreendidas na vida cotidiana (onde aparecem sob a forma de conflito). Deste modo, nos defrontamos com a necessidade de desvendar os conteúdos mais profundos do processo de urbanização hoje, a partir das **contradições** que estão

[1] Essa tese foi desenvolvida em “A reprodução do espaço urbano: o caso de Cotia”, tese de Doutoramento defendida no Departamento de Geografia da FFLCH-USP em maio de 1987 e publicada pela EDUSP, São Paulo, em 1992.

postas no mundo moderno e que se revelam, com toda a sua força, na metrópole. A análise urbana também nos coloca diante de uma situação de crise da cidade, que se faz notar pelo aprofundamento de velhas contradições, bem como da produção de outras novas em um movimento triádico que surge enquanto persistências/ transformações/deteriorações dos lugares da vida. Portanto, a cidade é um desafio à análise, em que uma questão parece ser fundamental para elucidação do espaço urbano atual: qual é a base na qual se funda a prática social, em marcha, nos grandes centros urbanos hoje, capaz de revelar nossa condição "pós-moderna"?

O ponto de partida, que a tese adotada nos indica, é a compreensão da cidade através da análise da vida cotidiana como prática sócio-espacial; isto é, a cidade como o espaço onde se desenrola e ganha sentido a vida cotidiana. Assim, o espaço surge enquanto nível determinante que esclarece o vivido, na medida em que a sociedade o produz, e nesta condição apropria-se dele e domina-o. Na apropriação se colocam as possibilidades da invenção que faz parte da vida e que institui o uso que explora o possível ligando a produção da cidade a uma prática criadora. Isto porque o homem habita seus espaços como atividade de apropriação (mesmo comprando um valor de troca, como uma casa por exemplo, em que a importância para seu habitante recai sobre o uso que se faz dela para realização da vida e a partir dela para a apropriação dos lugares da cidade), o que significa que esta se refere a um lugar determinado no espaço, a uma localização e distância construída pelo indivíduo e a partir da qual que se relaciona com outros lugares da cidade, atribuindo-lhes qualidades específicas. A vida cotidiana se exprime como expressão aprofundada do mundo enquanto ação – ato. Atividade humana marcada por uma relação profunda e significativa com os espaços-tempos dos gestos que exprimem uma ação, na qual o movimento do corpo e dos olhos compõem e dão significado à vida, não somente a realidades interiores. Mas apropriação e dominação se separam no mundo moderno, entram em conflito; a dominação ganha o conteúdo das estratégias políticas que produzem o espaço da coação, posto que normatizado pela ordem que se impõe a toda a sociedade, trazendo, como conseqüência, o direcionamento da prática espacial. Tal fato entra em conflito com o sentido da apropriação que se realiza enquanto prática criativa em luta contra a norma.

Aqui, realiza-se o mundo como campo de possibilidades que denuncia as aparências misturadas de realidade, com isso explora-se o campo do possível enquanto projeto. Portanto, cai por terra a afirmação de que há no mundo moderno, uma identificação imediata entre o espaço real e concreto da vida e a sua representação e esta é a potência do "cotidiano enquanto categoria de análise".

É assim que a análise do processo de transformação urbana na metrópole coloca uma série de desafios. Sem intenção de simplificação, ousamos apontar elementos para o debate, capazes de revelar um caminho possível para a construção de um pensamento sobre a metrópole atualmente (e que vão aparecer nos capítulos que compõem este livro).

1- O primeiro deles se refere à constituição de um mundo que se define nos limites da realização de uma sociedade urbana; o que nos coloca diante da necessidade de **redefinição do urbano** colocando no centro do debate a diferenciação cidade/urbano. Tal caminho implica em pensar o urbano enquanto reprodução da vida em todas as suas dimensões – enquanto articulação indissociável dos planos local/mundial - o que incluiria, necessariamente, as possibilidades de transformação da realidade (a dimensão virtual). Já a cidade permitiria pensar o plano do lugar revelando o vivido e a vida cotidiana através dos espaços-tempo da realização da vida.

Para Lefebvre a cidade constituiria a "ordem próxima", enquanto o urbano se referiria ao que chama de uma "ordem distante" e nesta dimensão, o urbano revelaria o processo de generalização da urbanização e da formação de uma sociedade urbana enquanto possibilidade posta no horizonte capaz de superar a realidade urbana cindida, tal qual vivida hoje.

2- O processo de reprodução do espaço na metrópole apresenta como tendência a destruição dos referenciais urbanos, isto porque a busca do incessantemente novo - como imagem do progresso e do moderno - transforma a cidade em um instantâneo, onde novas formas urbanas se constroem sobre outras, com profundas transformações na morfologia, o que revela uma paisagem em constante transformação. Nesse contexto, as práticas urbanas são invadidas/paralisadas, ou mesmo cooptadas, por relações conflituosas que geram, contraditoriamente, estranhamento e identidade, como decorrência da destruição dos referenciais individuais e coletivos que produzem a fragmentação do espaço (realizando plenamente a propriedade privada do solo urbano) e com ele, da identidade, enquanto perda da memória social, uma vez que os elementos conhecidos e reconhecidos, impressos na paisagem da metrópole, se esfumam no processo de construção incessante de novas formas urbanas. A destruição dos referenciais urbanos fica visível no desaparecimento das marcas do passado histórico na e da cidade provocando, não só o estranhamento porque as formas mudam rapidamente, mas também, porque estas produzem as possibilidades que atestam o empobrecimento das relações de vizinhança, a mudança das relações dos homens com os objetos que lhe são próximos e o esfacelamento das relações familiares.

3- Como fundamentação desse processo de transformação presenciamos a aceleração do tempo no mundo moderno, com mudanças muito rápidas que se revelam na morfologia da cidade, ao mesmo tempo em que na vida cotidiana, modificando-a. Como resultado surgem novos padrões e formas de adaptação decorrentes da imposição de um novo modo de apropriação do espaço da cidade. Assim nos deparamos com formas cada vez mais mutantes em um tempo cada vez mais efêmero, produto de uma nova racionalidade imposta por profundas mudanças no processo de acumulação. Assim, uma nova relação espaço-tempo domina o mundo, onde a efemeridade do tempo no espaço revela a produção de um "espaço amnésico". Essa relação entre "tempo efêmero" e "espaço amnésico" é fundamental para definir a pós-modernidade.

4- No plano da gestão do espaço da cidade, uma nova racionalidade se define, pois o espaço da metrópole apresenta um novo modelo de circulação. O aumento da velocidade das comunicações, ligando lugares e pessoas em rede e permitindo um aceso mais rápido, à informação produz, contraditoriamente, o espaço do isolamento. A metrópole cortada por vias de transito rápido, baseada na circulação sobre pontes e viadutos cada vez mais modernos, representa o vazio no cheio, caracterizado pela tendência à impossibilidade do uso dos espaços públicos e, como conseqüência, pelo distanciamento do indivíduo em relação aos lugares de realização da vida. Como a produção da identidade se realiza praticamente nos lugares de apropriação pela relação com o outro, sua constituição vai se realizar através de novos parâmetros.

Assim se constituem as articulações entre os tempos lentos/rápidos/efêmeros que medeiam as relações na metrópole e caracterizam a temporalidade urbana pela instantaneidade, redeterminando a relação dos indivíduos com a cidade e com os outros. Isto porque o tempo como uso, revelado nos modos de apropriação é, hoje, um tempo acelerado, comprimido, imposto e quantitativo que se inscreve em um espaço que se reproduz, tendencialmente, sem referências para o habitante. Nesse contexto a "pós-modernidade" definiria um **tempo efêmero** e linear, como contrapartida da produção de um **espaço amnésico** desprovido de referências construídas praticamente pelo cidadão nas atividades de manutenção da vida. Deste modo, constitui-se uma nova relação espaço-tempo como produto do processo que se revela enquanto ruptura, em que os referenciais se diluem no espaço da metrópole e com ele os traços, nos quais se baseiam a construção da identidade (que é produzida pelas relações entre os habitantes). Neste contexto, a aceleração do tempo das transformações urbanas, torna a cidade obsoleta sem que esta sequer tenha envelhecido, o que é a expressão de um processo autofágico.

Mas se de um lado essa transformação é de ordem formal e se refere à possibilidade das possíveis reestruturações das formas espaciais urbanas, o processo é fundamentalmente de ordem social e nesse caso, podemos atentar para novos sentidos de apropriação do espaço urbano pela sociedade, pois sinaliza para outros usos da cidade. Nessa direção, podemos afirmar que, tendencialmente, esse processo cria relações vazias produzindo o estranhamento. Estranhamento porque a rapidez das transformações na metrópole obriga as pessoas a se readaptarem constantemente, o espaço sempre cambiante que esvazia o uso e empobrece as relações sociais na cidade.

5- As relações do cidadão, do homem comum, se realizam, concretamente no lugar, no plano da vida cotidiana. Neste sentido o homem não habita a metrópole, mas lugares da metrópole onde se desenrola a sua vida, marcada pelos trajetos cotidianos. Atualmente, um novo conjunto de relações revela a constituição de uma "nova urbanidade" permeada pela mercadoria e pela recusa do outro. Aqui uma "nova urbanidade" em constituição se cria ora a partir do triunfo do objeto sobre o sujeito - contexto em que as relações entre as pessoas passam pela simples posse da riqueza -, ora pela exacerbação do individualismo que se reproduz como condição e produto da reprodução das relações sociais hoje.

6- O uso deixa marcas profundas no espaço, cria traços que organizam comportamentos, determinam gestos, explicitando-se através das formas de apropriação dos lugares da metrópole enquanto microcosmo que ilumina a vida. Já as relações de propriedade criam os limites do uso, redefinindo-o constantemente e isto nos é revelado pela tendência à destruição do espaço público como espaço acessível às possibilidades do uso. Deste modo, os lugares da metrópole redefinidos por estratégias imobiliárias submetidas à mediação do mercado, transformam o espaço em mercadoria. Como o uso tem um caráter local, ele contempla os trajetos e percursos que o cidadão realiza cotidianamente como condição de realização de sua vida enquanto manifestação dos atos mais banais – como ir ao trabalho diariamente, ir à feira, ao supermercado, visitar amigos e/ou familiares, e, estes momentos do uso aparecem como modos apropriação dos lugares da cidade, através do corpo humano. Mas estes lugares são constantemente redefinidos pelas metamorfoses da morfologia urbana, seja através das políticas urbanas, seja através de estratégias imobiliárias que condiciona o uso do espaço da cidade à sua condição de mercadoria; esta tendência submete o cidadão marcando a passagem do processo de **consumo no espaço** ao **consumo do espaço.** Isto significa que existe uma tendência à diminuição dos espaços na cidade aonde o uso não se reduz à esfera da mercadoria e o acesso não se associa à compra e venda de um "direito de uso temporário". Assim, cada vez mais o uso dos lugares da cidade estão submetidos à lógica do valor de troca e o lazer e o flanar; o corpo e os passos são restritos a lugares normatizados, privatizados, vigiados (caso do shopping center) . Esse fato é conseqüência da "vitória do valor de troca sobre o valor de uso ", constatada por Lefebvre em muitos dos seus livros, isto é o espaço se reproduz no mundo moderno alavancado pela tendência que o transforma em mercadoria, o que limitaria seu uso às formas de apropriação privada.

Neste sentido, o uso delimitado apresenta a tendência à destruição das condições de realização da sociabilidade em função da tendência a eliminação do encontro fortuito entre os cidadãos.

7- Uma nova relação Estado-espaço se produz na metrópole na medida em que o espaço do exercício do poder produz o espaço dos interditos em nome da lei e da ordem. Por sua vez, as políticas urbanas recriam constantemente os lugares, produzindo a implosão da cidade seja pela imposição de novas centralidades (isto porque a centralidade se desloca no espaço da metrópole em função de novas formas de uso/consumo do espaço), seja pela expulsão da mancha urbana de parte da população para a periferia como conseqüência de um processo de valorização dos lugares pela concentração de investimentos.

Os momentos de produção do espaço geram centralidades diferenciadas em função do deslocamento do comercio, dos serviços e do lazer. Essas transformações decorrentes das funções dos lugares da cidade geram o que chamo de "centralidades móveis" - movimentação no espaço metropolitano de centros geradores de fluxo assentadas nas novas formas de comércio e dos serviços modernos. Por sua vez a "gestão" ao privilegiar determinadas áreas da cidade - abrindo avenidas, destruindo bairros, fechando ruas, impedindo usos e determinando outros - implode a sociabilidade, desloca os habitantes, influencia a valorização / desvalorização dos bairros da cidade e acentua a desigualdade.

Assim, nas estratégias dos "planos" o uso é pensado na perspectiva de uma simplificação das necessidades e deste modo aparece separadamente na cidade (a partir do estabelecimento de funções bem delimitadas) o morar, o trabalho, o lazer e etc. A partir daí se busca uma solução técnica aos problemas que emergem de cada uma dessas funções realizadas separadamente. Como decorrência inevitável, o ato de morar se reduz à função residencial e trata-se da própria cidade reduzida a um nível funcional, porque a morfologia urbana é cada vez mais produto de estratégias políticas que impõem uma ordem repressiva em que as diferenças são, constantemente, esmagadas em nome do progresso. Com este procedimento se encobre os interesses imobiliários que permitem o deslocamento das favelas e a expulsão dos moradores indesejáveis dos "lugares valorizados" pelos atos decorrentes do planejamento urbano.

O momento atual produz novas contradições que as políticas urbanas, sob a égide do Estado, pretendem resolver sem, todavia, colocar em questionar sua racionalidade, criando formas de intervenção pontuais, a partir da consideração da cidade enquanto quadro físico, o que nega a prática sócio-espacial. O discurso destas políticas é o de que a diminuição do tempo dos deslocamentos na metrópole provocaria um ganho da "qualidade de vida". Também outro fundamento do discurso planificador moderno revela um "naturalismo" exacerbado que, sob a ótica da defesa do que chamam de "meio ambiente urbano", a vida humana em sua complexidade é simplificada pela imposição da idéia de preservação da qualidade de vida enquanto preservação do meio ambiente. Nessa vertente, a naturalização da sociedade reduz o fato social a um fato ambiental.

Nesta direção, o ato de "planejar" revela, como fundamento, o habitante entendido como usuário de serviços e, esta condição de usuário (de bens de consumo coletivo) redefiniria o conteúdo da "cidadania" a ser conquistada como caminho para a realização do "direito à cidade". Podemos, inicialmente afirmar que a reprodução do espaço metropolitano, nesta direção, sinalizaria a realização de uma cidadania "formal" e não "real", isto porque o **homem, habitante** da metrópole, entendido ora **consumidor**, ora **produto**r, mão de obra ou ainda **usuário,** nunca assumiria a condição de sujeito da reprodução do espaço urbano. Nesta construção, o discurso assume um papel central na definição do consumo de bens como condição de cidadania.

8- Finalmente convém assinalar que o ponto de partida e chegada da análise é São Paulo, um modo de entender o mundo moderno através e a partir da análise da metrópole – o que nos coloca diante da necessidade de pensar a universalidade desta categoria de análise. Por outro lado, uma questão parece inevitável: considerar São Paulo como uma cidade mundial coloca que tipos de desafios?

Do ponto de vista conceitual, o termo não é significativo para revelar as mudanças no conteúdo do processo de urbanização atual (e isto não se refere apenas a explicação do processo paulista). A primeira aproximação que podemos fazer deste conceito nos é apresentada por Saskia Sassen, para quem a constituição da cidade mundial se realizaria na sua capacidade de concentrar serviços modernos apoiados no crescimento do setor financeiro, apontando a dimensão econômica como elemento central das atuais transformações das metrópoles. Mas não podemos ignorar a crítica a esta compreensão feita por vários autores que sinalizam a

simplificação da realidade urbana contida nesta perspectiva. Assim, quando analisamos a metrópole de São Paulo, verificamos que o conceito de "cidade mundial" quando aplicado a esta cidade revela sua insuficiência.

É bem verdade que as modificações constatadas na metrópole de São Paulo revelam de modo indiscutível o crescimento do setor de serviços modernos e o processo de desconcentração industrial, como ocorre em outras metrópoles. É assim que, a primeira vista, a mudança mais evidente que se constata em São Paulo, refere-se ao deslocamento dos estabelecimentos industriais como decorrência de mudanças no processo produtivo, como condição de competitividade que obriga as empresas a se modernizarem, diminuindo seus custos de produção o que se torna difícil numa metrópole super edificada como São Paulo onde o preço do solo urbano (escasso) é alto e o congestionamento eleva os custos de circulação pois aumenta o tempo dos deslocamentos. Por outro lado, os impostos também são mais altos e os incentivos menores ou inexistentes. Mas, contraditoriamente, o deslocamento potencializa a concentração, na medida em que muitas indústrias se deslocam mas mantêm suas sedes na metrópole sinalizando o fenômeno de desconcentração (do setor produtivo) e centralização do dinheiro-capital.

A diminuição do setor industrial – observada pelo aumento das taxas de desemprego, extinção de postos de trabalho e diminuição da participação de São Paulo no PIB brasileiro - leva o capital-dinheiro a migrar para os setores econômicos, principalmente financeiros, sem, necessariamente, se distanciar da metrópole, ao contrário, nela se realizando. Portanto, o processo de urbanização atual em São Paulo se explica pelo movimento de passagem do capital produtivo para o capital financeiro: desconcentração industrial com centralização financeira, mas este movimento se realiza aprofundando contradições.

A centralização financeira aponta um fenômeno importante ignorado por Sassen e seus críticos; o capital financeiro para se realizar hoje, o faz através do espaço, isto é, produzindo o espaço enquanto exigência da acumulação continuada sob novas modalidades, articuladas ao plano mundial. Nesta dimensão, o processo de reprodução continuada do espaço metropolitano coloca em questão o plano do habitar decorrente das novas exigências da reprodução das frações de capital na metrópole e de uma nova relação entre estado/espaço. Deste modo, o plano do local figura como nível importante do processo de realização da reprodução social no conjunto do espaço mundial - um movimento que acompanha as modificações do processo de reprodução do capital em suas novas articulações com o plano político. Trata-se aqui, do modo específico como o Estado atua diretamente no espaço da metrópole, construindo a infra-estrutura necessária e as condições fundamentais para a realização das novas atividades econômicas.

É assim que, em uma primeira aproximação, podemos afirmar que o termo "cidade mundial" revela uma tendência importante de nossa sociedade em direção a mundialização sem, todavia caminhar no sentido de revelar os conteúdos do processo de urbanização no mundo moderno, por tratar-se, não raro, de uma leitura tecnicista apoiada, apenas, na constatação do acúmulo de técnica concentrada em uma parcela do espaço. Com isso queremos dizer que a análise da cidade como produto espacial da concentração da técnica e das finanças é insuficiente para entender o mundo moderno. Portanto, o conteúdo do processo de urbanização em São Paulo hoje, não se desvenda apenas em sua dimensão econômica, enfocando, como conseqüência, o crescimento, mas iluminando um processo mais complexo, aquela de reprodução da sociedade urbana.

Isto significa dizer que o momento atual sinaliza uma transformação no modo como o capital financeiro se realiza na metrópole hoje, contemplando a passagem da aplicação do dinheiro do setor produtivo industrial ao setor imobiliário revelando que a mercadoria-espaço mudou de sentido com a mudança de orientação das aplicações financeiras, que produz o espaço enquanto "produto imobiliário". Esse processo requer uma outra relação Estado/espaço pois só ele é capaz de atuar no espaço da cidade através de políticas que criam a infra-

estrutura necessária para a realização deste “novo momento do ciclo econômico”. Por outro lado, só o Estado pode dirigir o investimento para determinados lugares na cidade sob o pretexto da “necessidade coletiva”. Neste sentido, a reprodução do espaço se realiza em um outro patamar revelando o espaço como momento significativo e preferencial da realização do capital financeiro.

Mas as transformações visando a reprodução continuada se realizam reproduzindo o espaço urbano paulistano com conseqüências significativas para a prática sócio-espacial impostas pelo processo de valorização/ desvalorização dos lugares. O que quero dizer é que as políticas urbanas sinalizam a construção de São Paulo como “cidade dos negócios” dirigindo o investimento para a construção de uma infra-estrutura que atende as necessidades de expansão do eixo empresarial da metrópole – caracterizada pela construção de novos edifícios (muitos chamados de “edifícios inteligentes”) voltados às atividades econômicas “modernas” (setor de serviços altamente especializados como informática, consultorias, design, bancário, etc.) em uma área antes ocupada por residenciais e fortemente edificada.

Como decorrência, esta área, ao ter seu uso profundamente alterado reincorpora-se ao espaço metropolitano assumindo uma nova função: de espaço residencial (improdutivo) a espaço de negócios (produtivo). Essa transformação traz consigo uma mudança radical para a vida dos antigos moradores, impondo seu deslocamento para outras áreas da metrópole ou, para aqueles que ficam, uma nova relação com o bairro “profundamente” transformado com a explosão dos referencias a partir dos quais se realizava a vida cotidiana dos moradores e com isso inaugurando a contradição entre o tempo da realização da vida e o tempo de transformação do espaço construído, implicando no empobrecimento das relações sociais na metrópole.

Assim se revelam algumas contradições que dão um novo conteúdo ao processo de urbanização hoje. Sem esgotar a complexidade do movimento da realidade podemos apontar a contradição entre integração (de São Paulo na economia mundial) e a desintegração da vida cotidiana pelo empobrecimento das relações sociais; a contradição entre uma metrópole que se constrói cada vez mais sinalizando a importância do espaço enquanto valor de troca (elemento através do qual se realiza o capital explicitando a construção da cidade enquanto “negócio”) e o espaço como valor de uso, privilegiando o espaço da realização da vida cotidiana, enquanto espaço improdutivo (não submetido ás necessidades da valorização); a contradição entre transformação que produz a queda dos referencias urbanos (e com eles uma crise da identidade) e a persistência dos lugares e as relações sociais aí contidas. É assim que o processo de reprodução do espaço da metrópole se realiza através de uma nova ordem que vai redefinindo os modos de uso dos lugares da metrópole e, como conseqüência, redefinindo um novo modo de vida que se traduz por novas formas de segregação em que as relações de propriedade vão impondo os limites dos usos dos lugares e a morfologia espacial fortemente hierarquizada revela a desigualdade do processo.

Portanto, em papel central se encontra a reprodução das relações sociais que se realiza e se desenvolve em cada atividade social, e até em cada gesto, na vida cotidiana através dos atos do habitar e dos usos dos lugares da cidade. Uma prática social de conjunto, espacializada, na qual o uso se revela enquanto modo de reprodução da vida através dos modos apropriação do espaço realizado como atividade dos habitantes no seio do cotidiano que age, significativamente, na construção da identidade.

A tese que direciona esta reflexão está fundada na idéia de que a dinâmica do processo de reprodução do espaço urbano, a partir de São Paulo, revela a contradição segundo a qual a metrópole se reproduz em uma relação de exterioridade, fazendo com que o cidadão vivencie este processo sob a forma de alienação percebida como estranhamento..

Diante do exposto até agora cabe ainda uma advertência final: longe de propor soluções prontas e acabadas, este livro traz as reflexões sobre a cidade e o urbano que venho realizando em momentos diferenciados e que foram apresentadas em seminários (nestes casos trata-se de textos revisados e, em muitos caos, totalmente refeitos) ou mesmo na sala de aula e que podem ser uma fonte de idéias para o debate, dirigido àqueles (geógrafos ou não-geógrafos) que se dedicam a pensar a cidade e a metrópole hoje.

Uma Leitura sobre a Cidade

Iniciamos este capítulo[2] reafirmando uma preocupação: não raro, a cidade vem sendo pensada ora como quadro físico (um simples mapa aberto na prancheta), ora como meio ambiente urbano (e, nesta dimensão, "naturalizada"), e em ambos os casos, ignora-se o conteúdo da prática sócio-espacial que lhe dá forma e conteúdo. Também tenho insistido no fato de que a Geografia vem sendo invadida por uma suposta necessidade de aplicação, revelando o discurso do mercado em direção a um pragmatismo que, se não impede a teorização, descarta-a de forma preconceituosa. Tais fatos revelam que vivemos não só uma crise da cidade, como decorrência do aprofundamento das contradições do processo de realização da acumulação em escala ampliada (sinalizada, por sua vez, pelo aprofundamento dos processos de segregação urbana), mas também que presenciamos uma crise teórica. Isto indica que a análise do mundo deve considerar uma articulação necessária entre teoria e prática, uma vez que a crise prática revela-se como uma crise teórica. Portanto, a Geografia Urbana deve contemplar, em sua análise sobre o fenômeno urbano, uma crítica à formulação do saber sobre a cidade, porque é impossível separar a produção social do espaço da cidade da produção de um pensamento sobre a cidade; como escreve Lefebvre, "a teorização não suprime a problemática do mundo moderno, ela contribui para colocar as questões com mais força".[3] Assim, a análise da cidade deve passar pela amplitude de uma dupla dimensão crítica que abarque tanto a crise teórica quanto a prática.

Essas afirmações apontam a necessidade da produção de um conhecimento que dê conta da construção de uma teoria da prática sócio-espacial que se realiza na cidade, expressando o desafio de desvendar a realidade urbana em sua totalidade, bem como as possibilidades que se desenham no horizonte para a vida cotidiana na cidade. Tal perspectiva ilumina a armadilha da redução do sentido da cidade àquela de condição da reprodução do capital ou da dominação do Estado, ambas esvaziadas do sentido da vida humana. Assim, à necessidade de desvendamento dos processos constitutivos do espaço social adiciona-se a construção de uma teoria sobre a cidade.

A realidade urbana nos coloca diante de problemas cada vez mais complexos, que evolvem o desvendamento dos conteúdos do processo de urbanização nos dias de hoje; uma tarefa, a meu ver, coletiva, apoiada em um debate que seja capaz de contemplar várias perspectivas teórico-metodológicas como possibilidades abertas à pesquisa urbana. Por outro lado, não se pode ignorar o conhecimento acumulado sobre a cidade, que engloba um profícuo debate interdisciplinar, resultado do esforço das ciências parcelares na direção da elucidação da cidade. Esse acúmulo de conhecimento nos apresenta a cidade como obra da civilização, bem como lugar de possibilidades sempre ampliadas para a realização da vida humana. Todavia, um desafio se eleva no horizonte das análises urbanas: poderiam as ciências parcelares, isoladamente, construir um entendimento sobre

[2] Este texto foi redigido tendo como ponto de partida o artigo "Les détis à la construction de la problematique urbaine", escrito por ocasião do "Colloque centenaire d´Henri Lefebvre", realizado pela associação "La somme et le reste", em Paris no ano de 2002, e foi publicado originalmente na revista Cidades volume I nº 1, organizada pelo Grupo de Estudos Urbano - GEU, 2004.

[3] Henri Lefebvre, "Qu´est-ce que penser", Paris, Éditions Publisud, 1985 p. 129.

a cidade em sua totalidade? Qual seria a contribuição possível de cada uma destas disciplinas para a constituição de um entendimento sobre a cidade, como ponto de partida para o desvendamento do mundo moderno?

Em primeiro lugar, a compreensão da cidade na perspectiva da Geografia nos coloca diante de sua dimensão espacial — a cidade analisada enquanto realidade material — a qual, por sua vez, se revela através do conteúdo das relações sociais que lhe dão forma. A produção geográfica aponta claramente o fato de que não há um único modo de se pensar a cidade, indicando que não há um único caminho a ser trilhado pela pesquisa. No Brasil, no plano da pesquisa urbana, várias perspectivas teórico-metodológicas despontam no horizonte; porém, na medida em que os caminhos da pesquisa são múltiplos, nenhuma corrente pode ter a pretensão de ser a "verdadeira". Por outro lado, o processo de constituição do conhecimento ao longo da história delineia um caminho constante de superações sucessivas e necessárias, colocando em questão a idéia do conhecimento como produtor de verdades absolutas, já que a realidade, ela própria, se reproduz a partir de superações ininterruptas.

É assim que nossas pesquisas expressam várias vertentes apoiadas em paradigmas e abordagens diversas, colocando, ainda, a necessidade constante de superação do conhecimento produzido. Essas correntes revelam perspectivas possíveis abertas à pesquisa, cabendo a nós avalia-las sem preconceitos. Nossa intenção, por ora, não é tecer um panorama sobre a história da pesquisa urbana realizada pela Geografia, mas aprofundar uma de suas perspectivas teórico-metodológicas como possibilidade de entendimento da cidade em sua totalidade, podendo inicialmente afirmar que essa matriz – a chamada marxista-lefebvriana – não se apóia nem em um conjunto de paradigmas, nem na constituição de um modelo de análise acabada, ainda não se tratando, evidentemente, de "geograficizar" a obra de Marx ou de Lefebvre[4]. De fato, o que o pensamento de Marx nos propõe é uma crítica à formulação do saber, e também uma crítica à redução do conhecimento a uma coleção de fatos. Portanto, a leitura da cidade que nos propomos a realizar parte da perspectiva sinalizada pela obra de Marx, e é, antes de mais nada, um método de análise da prática social que toma a realidade como um movimento cujas crises, inerentes ao processo de reprodução, podem ser um elemento elucidativo dos seus conteúdos.

Portanto, deixando de lado postulados e afirmações dogmáticas, podemos tomar como ponto de partida para o desenvolvimento do raciocínio capaz de produzir uma "leitura geográfica sobre a cidade" a idéia de cidade como construção humana, produto histórico-social, contexto no qual a cidade aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo de uma série de gerações, a partir da relação da sociedade com a natureza. Expressão e significação da vida humana, a cidade a revela ao longo da história, como obra e produto que se efetiva como realidade espacial concreta em um movimento cumulativo, incorporando ações passadas ao mesmo tempo em que aponta as possibilidades futuras que se tecem no presente da vida cotidiana. Assim, o sentido e a finalidade da cidade (enquanto construção histórica) diz respeito à produção do homem e à realização da vida humana, de modo que, se a construção da problemática urbana se realiza no plano teórico, a produção da cidade e do urbano se coloca no plano da prática sócio-espacial, evidenciando a vida na cidade. Isto porque a sociedade constrói um mundo objetivo através da prática sócio-espacial, demonstrando em suas contradições um movimento que aponta um processo em curso, o qual tem sua base no processo de reprodução das relações sociais — realizando-se enquanto relação espaço-temporal.

A análise espacial da cidade, no que se refere ao processo de produção, revela a indissociabilidade entre espaço e sociedade, na medida em que as relações sociais se materializam em um território real e concreto, o

[4] É indiscutível a importante contribuição que o pensamento de Henri Lefebvre traz para o estudo da cidade, mas convém esclarecer que a leitura da obra de Lefebvre tem como ponto de partida uma preocupação com a "geografia", e não com a produção de um modelo interpretativo ou com a mera transposição de sua obra. Portanto, trata-se antes de uma reflexão sobre o seu método de análise. Assim, a compreensão de sua obra tem como ponto de partida de minha formação/preocupação geográfica, e não o contrário.

que significa dizer que, ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço através da prática sócio-espacial. A materialização do processo é dada pela concretização das relações sociais produtoras dos lugares, esta é a dimensão da produção/reprodução do espaço, passível de ser vista, percebida, sentida, vivida. O homem se apropria do mundo através da apropriação de um espaço-tempo determinado, que é aquele da sua reprodução na sociedade. Desloca-se, assim, o enfoque da localização das atividades no espaço, para a análise do conteúdo da prática sócio-espacial enquanto movimento de produção/apropriação/reprodução do espaço da cidade. Tal fato torna o processo de produção do espaço indissociável do processo de reprodução da sociedade — neste contexto, a reprodução continuada da cidade ocorre fundamentando-se na reprodução ininterrupta da vida.

Deste modo, podemos afirmar que além de objetos, o sentido da noção de produção revela um processo real, amplo e profundo fundado num conjunto de relações, modelos de comportamento, sistema de valores, formalizando e fixando as relações entre os membros da sociedade, e, nesse processo, produzindo um espaço em sua dimensão prática. Mas a produção se abre para a reprodução e, nesta direção, sinaliza o processo de desenvolvimento da sociedade humana, evidenciando a profunda dialética homem-natureza. Nesta perspectiva, a noção de produção supera - sem ignorar - o plano do econômico, colocando a análise num outro patamar (aquele da sociedade), na medida em que a cidade revela o processo de generalização da troca, da constituição e ampliação do mundo da mercadoria, da concretização da ordem distante no lugar, influindo na realização da vida enquanto prática sócio-espacial. Nessa direção, a cidade pode ser entendida, dialeticamente, enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais — relações produtoras da vida humana, no sentido amplo da reprodução da sociedade. Aqui a cidade se reafirma enquanto espaço social na medida em que se trata da realização do ser social — produzindo um espaço — ao longo do processo histórico. Na perspectiva apontada, a análise da cidade, em sua dimensão espacial, se abre para a análise da vida humana em sua multiplicidade.

Podemos adiantar que a análise deve captar o processo em movimento e, no mundo moderno, esta orientação sinaliza a articulação indissociável de três planos: **o econômico** (a cidade produzida como condição de realização da produção do capital - convém não esquecer que a reprodução das frações de capital se realizam através da produção do espaço), **o político** (a cidade produzida como espaço de dominação pelo Estado na medida em que este domina a sociedade através da produção de um espaço normatizado); e **o social** (a cidade produzida como prática sócio-espacial, isto é, elemento central da reprodução da vida humana). Esses três planos revelam dimensões, como aquelas de local e global; tendo como pano de fundo o processo de mundialização da sociedade, enquanto constituição da sociedade urbana / espaço mundial.

Neste plano, a sociedade urbana se generaliza, isto significa que, a tendência que desponta no horizonte é a generalização do processo de urbanização na medida em que a sociedade inteira tende ao urbano. Essa extensão do urbano produz novas formas, funções e estruturas sem que as antigas tenham, necessariamente, desaparecido, apontando uma contradição importante entre as **persistências** — o que resiste e se reafirma continuamente enquanto referencial da vida — e o que aparece como **"novo",** caminho inexorável do processo de modernização. Mas há também a degradação de formas e relações sociais na cidade. Portanto, essa contradição revela um movimento triádico: preservação/degradação/ transformação, capaz de caracterizar o processo de reprodução da cidade hoje.

Pensar o urbano nesta perspectiva, significa considerar o fato de que o capitalismo se expandiu e, ao se realizar, tomou o mundo e este momento se relaciona com aquele da redefinição da cidade, da constituição de novas centralidades, de sua explosão, da extensão das periferias e da reprodução do espaço em um outro

patamar. Neste sentido a sociedade atual contemporânea surge como sociedade urbana em constituição, o que significa que ao mesmo tempo em que caracteriza uma realidade concreta, também sinaliza a possibilidade de sua realização como tendência. Do ponto de vista teórico, o urbano aparece como realidade mundial, ultrapassando realidades e conceitos parciais. Assim, a prática urbana em sua totalidade, no plano mais amplo da reprodução das relações sociais é uma pista importante para entender a cidade em sua totalidade, mesmo a partir das ciências parcelares.

Deste modo, a construção da problemática urbana nos obriga, inicialmente, a considerar o fato de que ela não diz respeito somente à cidade, mas nos coloca diante do desafio de pensarmos o urbano, não só como realidade real e concreta, mas também como virtualidade apontada pela generalização da urbanização e pela formação de uma sociedade urbana que vem impondo um modo de vida, que obedece à racionalidade inerente ao processo de reprodução das relações sociais. No plano local, a análise da cidade indica uma prática social de conjunto espacializada, produtora de um espaço onde o uso se revela como modo da reprodução da vida, através dos **modos de apropriação do espaço** o que coloca a noção de reprodução no centro da análise.

É por isso que podemos afirmar que o espaço contempla simultaneamente as possibilidades concretas de realização da sociedade e as suas virtualidades. É nesta perspectiva, que a cidade aparece como o "lugar do possível", em um momento de constituição da sociedade urbana a partir da generalização do processo de urbanização do mundo.

A Produção (e a reprodução) como categoria central

A noção de produção tem um conteúdo mais amplo que aquele que a economia lhe confere, pois esta se vincula também à produção do homem e de sua humanidade, às condições de vida da sociedade em sua multiplicidade de aspectos, e como é, por ela, determinada. Portanto, a noção de produção está articulada, inexoravelmente àquela de reprodução das relações sociais *lato sensu* – o que implica na sua realização em um determinado tempo e lugar – abrindo-se para um plano mais amplo e referenciando-se naquilo que Lefebvre chama de produção filosófica. Esta noção envolve a produção *stricto sensu* e suas relações mais abrangentes, significando, neste contexto, o que se passa fora da esfera específica da produção de mercadorias e do mundo do trabalho (sem, todavia, deixar de incorporá-lo) para estender-se ao plano do habitar, àquele do lazer e das horas fora das atividades produtivas, à vida privada que conserva o sentido das relações entre as necessidades e os desejos que marcam a reprodução individual e da sociedade (englobando, também, as ações que fogem ou se rebelam ao "poder estabelecido"). Esta noção liga-se inexoravelmente àquela de apropriação[5] e sua análise envolve um sério esforço no sentido de elucidar seus vários momentos. O conceito também revela a sua generalização em um processo conflituoso e contraditório englobando todas as esferas da reprodução social. As relações sociais, por sua vez, ganham concretude e materialidade em um espaço que se produz em um patamar que transcende a idéia clássica de localização dos fenômenos e atividades humanas, o que envolve a análise das condições espaço-temporais objetivas que revelam e definem esta atividade enquanto prática social.

A noção de produção aponta, ainda, outro desdobramento que é aquele de sua reprodução e evidencia a perspectiva de compreensão de uma totalidade que, como apontamos, não se restringe ao plano do econô-

---

[5] "O conceito de apropriação é um dos mais importantes que nos chegou de séculos de reflexão filosófica. A ação dos grupos humanos tem sobre o sobre o meio natural duas modalidades, dois atributos: a dominação e a apropriação. A dominação sobre a Natureza material, resultado de operações técnicas, arrasa esta natureza permitindo as sociedades substitui-las por seus produtos. A apropriação não arrasa, mas transforma a Natureza - o corpo e a vida biológica, o tempo e o espaço dados - em bes humanos. A apropriação é a meta, o sentido e finalidade da vida social. LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. 4ª ed. Barcelona: Península, 1978, p.164.

mico, permitindo o entendimento da sociedade em seu movimento mais amplo, o que pressupõe uma totalidade e esse entendimento muda os termos da análise urbana.

Deste modo, a análise do fenômeno urbano, ao sublinhar o que se passa fora do âmbito do trabalho, acentua a esfera da vida cotidiana, de modo que a reprodução do espaço urbano articulado e determinado pelo processo de reprodução das relações sociais se apresenta de modo mais amplo do que relações de produção stricto sensu (a da produção de mercadorias), envolvendo momentos dependentes e articulados para além da esfera produtiva. A vida cotidiana, nesta perspectiva, se definiria como uma totalidade apreendida em seus momentos (trabalho, lazer e vida privada e entre os planos do indivíduo e do coletivo) e nesse sentido guardaria relações profundas com todas as atividades do humano – em seus conflitos, em suas diferenças. Para Henri Lefebvre, é na vida cotidiana que ganha sentido, forma e se constitui o conjunto de relações que faz do humano e de cada ser humano um todo. Nessa direção, a cidade como espaço produzido vai ganhando novos sentidos, conferidos pelos modos de apropriação do ser humano, objetivando a produção da sua vida. Deste modo, a apropriação revela-se como uso dos lugares em tempos definidos para cada atividade – produtiva ou não-produtiva. Assim a cidade pode ser analisada como lugar que se reproduz enquanto referência – para o sujeito - e, nesse sentido, lugar de constituição da identidade que comporá os elementos de sustentação da memória, e nesta medida, a análise da cidade revelaria a condição do homem e do espaço urbano enquanto construção e obra.

Portanto, a (re)produção como categoria central de análise abre a perspectiva de analisar, antes de mais nada, a vida humana, apontando, em cada momento, um determinado grau de desenvolvimento da história da humanidade, o que significa dizer que a produção se define com características comuns em diferentes épocas; sustenta, nesta direção, uma realidade concreta, relações reais que se desenvolvem no bojo de um movimento real. Mas como a noção tem um caráter histórico, mais do que pensar em uma produção específica, o conceito tomado de Marx é globalizante e aponta tendências contraditórias: renovação/conservação/preservação/ continuidades e rupturas – esse é o movimento delineado nos Grundrisse[6]. Nesta direção, a noção de reprodução como tendência abre, também como perspectiva analítica, o desvendamento da realidade urbana em constituição, revelando a vida cotidiana enquanto lugar da reprodução no seu sentido amplo, incorporando projetos fundados no desejo e na necessidade de projeção de uma outra sociedade.

O conceito estabelece, portanto, um movimento da história. Para Lefebvre, no século XX, a produção atravessa um período de modificação qualitativa; antes a produção quantitativa predominava quase que exclusivamente (referindo-se à produção de coisas e objetos), a partir dos anos 60 começa-se a produzir cada vez mais imagens, textos e signos, o que compõe um conjunto de produção imaterial. Todavia, o que vai caracterizando essa produção é sua ambigüidade, isto é, a produção de imagens, signos permite sonhar, inventar, mas na maioria dos casos esta produção imita e simula uma realidade já existente. Assim, a relação produção – reprodução envolve cada vez mais a repetição que pesa sobre a prática social, esboçando-se um conflito entre a produtividade (repetitiva) e a criatividade[7], e com isso, criando novas contradições.

Para Lefebvre, é na segunda metade do século XX que o espaço e a cidade aparecem como problemas[8]. Trata-se do momento no qual a reprodução capitalista, ultrapassando os limites da produção stricto sensu, integrou a cidade histórica e incorporou os espaços antes desocupados à troca, isto é, tornou os espaços

[6] Como a produção envolve o movimento da reprodução, a análise da prática espacial hoje revela a produção/reprodução do espaço. O desenvolvimento do processo de urbanização aponta este caminho. Fondements de la critique de l´economie politique, Editions Anthropos, Paris, 1968, 4 volumes.

intercambiáveis através do desenvolvimento do mercado do solo urbano; transformou o espaço social e político em operacional, dado e instrumento do planejamento e, nesta condição, um elemento fundamental na manutenção das relações de dominação. Esse momento aponta também para a generalização da produção e do consumo para toda a sociedade e significa, também, o desvendar de um modo de pensar a realidade social — portanto revela a produção de um saber parcelar – em um momento em que a totalidade se dilui e só se pode perceber a fragmentação. Aponta, por sua vez um momento em que o processo de reprodução das relações sociais vai ganhado sentido em um plano mundial.

O que Henri Lefebvre descobre em suas análises, é a importância que a produção do espaço assume no processo de reprodução da sociedade, fato este também apontado no decurso da construção do conhecimento do mundo através da Geografia. Escreve o autor, "não é somente a sociedade inteira que se torna o lugar da re-produção (das relações de produção e não somente os meios de produção), mas o espaço inteiro. Ocupado pelo neocapitalismo, setorizado, reduzido ao homogêneo ao mesmo tempo em que fragmentado, esmigalhado pelo mercado imobiliário (pois só fragmentos de espaço são vendidos para a clientela), o espaço torna-se a sede de poder e essa capacidade produtiva se estende ao espaço terrestre. O espaço natural é reduzido e transformado em um produto social pelo conjunto das técnicas, da física à informática; deste modo, se de um lado o espaço reproduz ativamente as relações de produção, de outro, contribui para sua manutenção e consolidação".[9] A meu ver esta descoberta de Lefebvre se depreende da importância que confere à noção de reprodução, tal qual apontada por Marx. Deste modo, a noção de reprodução aparece no centro do processo de construção do entendimento do mundo moderno iluminando a importância do espaço.

Na medida em que revela não só o caminho que o processo de urbanização aponta, isto é o da urbanização da sociedade revelando-se no plano mundial enquanto constituição da sociedade urbana e do espaço mundial), mas também o processo urbano transformando profundamente a vida humana, a análise da cidade coloca, a meu ver como horizonte, a questão da reprodução da vida humana. No plano do conhecimento, ao mesmo tempo em que torna possível apreender a realidade urbana em um contexto mais amplo e mais profundo, permite a superação da fragmentação do conhecimento.

Essa perspectiva analítica supera a dimensão ontológica e mesmo aquela da epistemologia para construir o conhecimento a partir da produção / reprodução do mundo real e concreto, tornando necessária a articulação teoria-prática.

O movimento da reprodução: da historicidade à espacialidade

A sociedade constrói, através da prática, um mundo real e objetivo, realizando-se assim, na qualidade de uma relação espaço-temporal. Na prática sócio-espacial, esse mundo se revela em suas contradições, em um movimento que aponta um processo em curso em que a ação dos sujeitos sociais, à medida que produzem sua existência, o fazem efetivamente produzindo um espaço, aí inscrevendo e realizando as relações sociais que os mantém vivos em um lugar determinado através de um tempo que marca a duração da ação. É nesta medida que espaço e tempo aparecem através da ação humana em sua indissociabilidade.

---

[7] Henri Lefebvre, "Le retour a la dialectique", 12 mots cléfs, G-production et reproduction, p. 97-102.

[8] Henri Lefebvre, "Une pensée devenu monde", Fayard, Paris, 1980.

[9] Henri Lefebvre, "La survie du capitalisme", Anthropos, Paris, 1973, p. 116.

Assim, a ação que se volta para o fim de concretizar, ou melhor, viabilizar a existência humana se realizaria enquanto processo de reprodução da vida, pela mediação do processo de apropriação do mundo. É nesse sentido que o espaço aparece como condição meio e produto da reprodução social, revelando uma prática sócio-espacial. Para Lefebvre, o conceito de reprodução renovado e estendido, ganha papel importante na teoria "inicialmente inerente à marcha e ao funcionamento da vida social (não excluindo mudanças que a contrarrestam) a reprodução acaba por predominar, coincidindo com a identidade e a repetição. Para o autor, esta tríade reprodução/identidade/repetição adquire potência terrível, pois as modalidades anteriores não desaparecem, mas são superadas, embora persistam como momentos. É no Estado e na sua escala que se realiza esta reprodução; um processo que caracterizaria, ainda segundo o autor, um novo momento da história, aquele em que a reprodução domina a produção. Deste modo, a análise do momento atual nos coloca diante dos termos da reprodução e não da produção. Abre-se com esta idéia a base para a formulação do raciocínio que estabelece um movimento que vai de uma dialética do tempo àquela do espaço – confirmando a descoberta de Lefebvre sobre a importância do espaço como categoria de análise para a compreensão do mundo moderno, pois, neste momento da história, os termos da reprodução capitalista colocam a necessidade da produção do espaço como condição de sua reprodução continuada.

É assim que, para Lefebvre, a segunda metade do século XX, particularmente os anos 70, aponta uma mudança no sentido da história em que não se reconhece mais os traços da historicidade, pois as histórias particulares se realizam, agora, no seio do mundial que se anuncia. O mundial passa a ser o ponto de partida e de chegada da análise, colocando acento sobre o possível e não sobre o real. Nesse sentido, o mundo se faz mundo tornando-se o que era virtualmente[10]. Em cada época, as virtualidades abrem uma pluralidade de possibilidades que se cumpre no processo histórico registrando, para o autor, o salto qualitativo do histórico ao mundial. Todavia a relação historicidade/mundialidade é conflituosa, portanto "o conflito entre historicidade/mundialidade resolve-se na produção de um espaço mundial constituído enquanto obra do tempo histórico". Deste modo, a mundialidade se estabelece com o predomínio do espaço sobre o tempo, uma vez que este foi totalizado no espaço, pois o espaço contém o tempo (um emprego de tempo, uma vez que o espaço social só existe no uso). Portanto, a predominância da espacialidade que se anuncia, faz parte da mundialidade[11]. Assim, o espaço aparece como terceiro termo da relação (historicidade/mundialidade) articulando-se na tríade "historicidade/mundialidade/espacialidade".

A nosso ver este movimento se realiza enquanto movimento da reprodução social, o que significa que há na história um momento em que o processo de reprodução se realiza em um outro patamar, aquele da produção/reprodução do espaço, revelando um momento no qual implodem os referenciais vindos da história. Isto significa dizer que os referenciais históricos que estão acumulados no espaço tendem à destruição em confronto com as necessidades da produção de "novos espaços de acumulação". Na metrópole, por exemplo, este comportamento se evidencia sob a forma de possibilidade de realização do capital financeiro que produz um "novo espaço", composto pelos edifícios voltados aos serviços modernos, ou ainda quando a produção de espaços de lazer que acompanham a produção destes edifícios se faz a partir da destruição de bairros inteiros, tanto morfologicamente como com a expulsão de parte dos antigos moradores, "apagando os rastros da produção anterior", como veremos mais adiante.

[10] Henri Lefebvre, "De L´Etat", vol. IV; Les contradictions de L´Etat moderne, UGE, collection 10/18, Paris, 1978, p. 435.

[11] "(...) a história perdeu a dignidade eminente e a perda referencial (declínio já percebido por Nietzsche). Desde então ela perdeu apresenta, instante e obsessão da lembrança e não, mais que representação. Nessa crise se, verdade que o futuro e o possível se esclarecem pelo passado, o futuro reserva surpresas, pois ele se define pelo mundial (espaço) e não pelo histórico (tempo)". Henri Lefebvre, "De L´Etat", vol. IV, *op cit*, p. 94.

Portanto, a noção de reprodução saída do desenvolvimento da noção de produção revela o fato de que esta não se restringe ao universo da produção de mercadorias. A cidade enquanto concentração, como conseqüência do crescimento econômico promovido pela industrialização, impõe a concentração da população, o faz acompanhando a concentração dos meios de produção, mas o modo de produção capitalista em seu movimento de realização revela uma reprodução mais complexa que aquela imposta pelo processo produtivo estritamente vinculado ao processo econômico. Neste plano, o processo se refere à produção integral da cidade, tratando-se, portanto, de pensar a realização da vida na cidade. É nesse plano que o momento atual aponta uma tendência, que é a da instauração do cotidiano como elemento constitutivo da reprodução na metrópole. Isto significa dizer que a vida cotidiana implode através do conflito entre a imposição de novos modelos culturais e comportamentais, invadidos agora pelo mundo mercadoria, estabelecida no plano do mundial, e as especificidades da vida no lugar apoiada em antigas relações de sociabilidade.

As novas condições de existência se realizam desigualmente através da criação de uma rotina organizada (no espaço e no tempo) da vida cotidiana, transformando radicalmente a sociabilidade uma vez que produz transformações nos usos do espaço. O empobrecimento da vida acontece à medida que as relações entre as pessoas passam a ser substituídas por relações profissionais ou institucionais. O tempo, por sua vez, se acelera em função do desenvolvimento da técnica modificando, as relações dos habitantes com o lugar e também no lugar.

A articulação global/local impõe-se à sociedade determinando novos padrões de fora para dentro, pelo poder da constituição da sociedade de consumo em um espaço-tempo diferenciado e desigual. Tal sociedade, assentada em modelos de comportamento e valores que se pretendem universais, que se estabelece com o desenvolvimento da mídia que ajuda a impor os padrões e parâmetros para a vida e pela rede de comunicação que aproxima os homens e lugares, ao mesmo tempo, em que os isola. O choque entre o que existe e o que se impõe como novo constitui a base das transformações da metrópole onde os lugares vão se integrando de modo sucessivo e simultâneo a uma nova lógica que aprofunda as contradições entre o centro e a periferia. São esses os processos que redefinem a prática sócio-espacial.

Na prática sócio-espacial, esse mundo se revela em suas contradições e no caso do Brasil, tais contradições são vividas de forma mais aguda e profunda. Na metrópole de São Paulo, por exemplo, o planejamento urbano autofágico tende a destruir a cidade ao destruir constantemente as formas urbanas de sustentação dos modos de vida. Como conseqüência, destrói as referências urbanas que agem sobre a identidade em um processo que reproduz a cidade enquanto exterioridade. Assim, a realidade urbana se constrói a partir das seguintes contradições: de um lado os sinais, os códigos delimitam e marcam o processo de mundialização pela articulação da cidade ao plano do mundial e de outro, o lugar se reproduz como exterioridade em relação ao indivíduo. Nesse processo se gesta a situação de estranhamento do habitante diante da cidade em constante mudança, iluminando o fato que evidencia processo de produção alienada da cidade.

No plano do lugar, a contradição entre o processo de produção social do espaço e sua apropriação privada afeta a vida cotidiana, porque em uma sociedade fundada na troca, a apropriação do espaço - ele próprio produzido enquanto mercadoria - liga-se, cada vez mais à forma mercadoria e conseqüentemente, seu acesso se realiza no mercado imobiliário. Nesta condição, o espaço serve às necessidades da acumulação através das mudanças/readaptações de usos e funções dos lugares e estes por sua vez, também são recriados sob a lei do reprodutível, a partir de estratégias do desenvolvimento do capitalismo que se estende cada vez mais ao espaço global, criando novos setores de atividade como extensão das atividades produtivas. O espaço produzido enquanto mercadoria, insere-se, assim, no circuito da troca atraindo capitais que migram de outros setores da economia, de modo a viabilizar a reprodução associada a uma nova forma de dominação do espaço,

ordenando e direcionando a ocupação através da fragmentação dos espaços a partir de operações que se realizam no mercado. Deste modo o espaço é produzido e reproduzido enquanto mercadoria reprodutível[12].

Assim, o acesso ao espaço na cidade está preso e submetido ao mercado no qual a propriedade privada do solo urbano aparece como condição do desenvolvimento do capitalismo. A existência da propriedade privada significa a divisão e parcelarização da cidade, bem como a profunda desigualdade do processo de produção do espaço urbano, fato que se percebe de forma clara e inequívoca no plano da vida cotidiana inicialmente revelada no ato de morar, que coloca o habitante diante da existência real da propriedade privada do solo urbano. O processo de fragmentação da cidade caminha junto ao processo de mundialização, embora de forma contraditória. Homogênea e fragmentada, a cidade revela, ainda, a hierarquização dos lugares e pessoas como articulação entre morfologias espacial e social e esta estratificação revela as formas da segregação urbana.

O movimento da reprodução em suas várias dimensões, presa a uma totalidade ampla, liga-se à tendência de constituição de um espaço mundial, bem como a da constituição de uma sociedade urbana, fato que redefine os termos da chamada "globalização", reduzindo-a aos seus aspectos econômicos. É desta forma que no quadro de constituição da sociedade urbana, revela-se uma tendência à homogeneização, concomitante a um processo de fragmentação do espaço. Isto porque, se o processo de homogeneização vincula-se à construção do espaço enquanto mercadoria (equivalente geral), a fragmentação se liga à existência da propriedade privada no espaço. A prática urbana ganha sentido na reprodução das relações sociais, em que se defrontam as estratégias da reprodução das frações de capital e da vida social mudando, significativamente, os elementos da análise urbana e abrindo a perspectiva para o entendimento do conjunto da sociedade. É nesse sentido, que o fenômeno urbano revela uma universalidade.

A extensão do processo de industrialização coloca para Lefebvre uma hipótese mais abrangente: a da urbanização total da sociedade. O que significa dizer que se a industrialização está posta no horizonte ou nos estudos urbanos como um elemento para o debate, a problemática urbana avança e transcende a problemática posta pela industrialização, pois se a industrialização permitiu a generalização da mercadoria — a extensão ampliada da base do capital — o processo de reprodução da sociedade atual não está circunscrito apenas à esfera da produção de mercadorias e da fábrica incorporando uma esfera mais ampla aquela da vida cotidiana e da cidade. Esse raciocínio é uma conseqüência do desenvolvimento da noção de produção revelando o urbano como momento da reprodução saído da história da industrialização, ao mesmo tempo em que apontando a tendência da constituição de uma sociedade urbana como resultado da urbanização, quase que completa, da sociedade. Assim, nascida da industrialização, nossa sociedade se conceberia enquanto sociedade urbana a partir da explosão, da transformação radical das antigas formas urbanas e dos antigos modos de vida e esse movimento da história inauguraria o que Lefebvre denomina período trans-histórico.

Os desafios postos pela obra lefebvriana

No que diz respeito à análise urbana, uma afirmação chama atenção na obra de Lefebvre, que é o fato de que segundo este autor o pensamento marxista negligenciou as questões relativas ao espaço e ao urbano exatamente porque a reflexão marxista se orientou, desde o início, pela análise crítica da produção *stricto sensu*, isto é, limitando-se ao sentido estritamente econômico, ficando preso à lógica da empresa e do trabalho produtivo. Apenas recentemente tomou-se consciência desta problemática, mas mesmo assim de "modo simplifica-

[12] Ana Fani Alessandri Carlos, "Espaço-tempo na metrópole", Editora Contexto, São Paulo, 2001.

do" e o autor afirma que de tal orientação surgiu uma ideologia (não atacada pelos marxistas) segundo a qual a produção industrial, trazendo em si o essencial da vida social e política, colocaria apenas problemas administrativos. Nessa direção, se havia um erro, ele dependeria da gestão capitalista da indústria e de uma planificação racional das forças produtivas. Com isso, tentava-se restituir a coerência do processo de crescimento o que implicaria em uma simplificação do real, porque reduziria a realidade urbana e espacial a problemas como o a renda da terra, a especulação imobiliária, o papel dos promotores e dos bancos; o que não é falso, mas tais premissas restringiriam a realidade e empobreceriam a análise.

Para nós, o caminho possível para a superação dessa situação tem a ver com a idéia de que os problemas postos pela urbanização atualmente devem ser entendidos no âmbito do processo de reprodução geral da sociedade e é desta forma que o conceito de reprodução ganha sentido, iluminando outras categorias de análise. O desvendamento e a amplitude da noção de produção revela a produção enquanto criação e auto-criação do ser humano em suas determinações, possibilidades, decisões. Lefebvre nos coloca diante da idéia de que o modo de produção precisa se reproduzir, uma reprodução que não coincide com a produção dos meios de produção, mas que se efetuaria também em outros planos. À questão sobre onde se formulam os problemas da produção da existência humana; isto é, da existência social dos seres humanos, Lefebvre responde que é no cotidiano, mas completa que é no urbano que o cotidiano se instala. Detecta, também, a produção de um novo espaço no momento em que o modo de produção capitalista se expandiu, tomando o mundo.

Tal fato nos colocaria diante do que chama de **"novas produções**" capazes de explicitar o mundo moderno: o espaço, o urbano, o cotidiano (cotidianidade). Essas novas produções marcariam o sentido e as possibilidades criadas na história por uma determinada sociedade no seio das quais as contradições e os conflitos se manifestam, pois estas novas produções se confrontariam com permanências. Este é, para o autor, o momento da redefinição da cidade, de sua explosão, da extensão das periferias, da construção de um novo espaço. Nesta direção, a problemática urbana apareceria como mundial e a sociedade só poderia se definir como planetária. Por outro lado, para Lefebvre, no mundo moderno há o conflito entre as forças homogeneizantes e as forças diferenciadoras, portanto o desafio imposto pela compreensão de nossa época seria, exatamente, a co-habitação de novas relações com a permanência de antigas. Assim, a sociedade se moderniza e se unifica, ao mesmo tempo em que se diferencia, é o fim de uma certa história e início de uma historicidade consciente dirigida.

Neste caminho, a reflexão sobre a mundialidade aponta para a espacialidade em um o momento da história em que o espaço predomina sobre o tempo contendo em si a finalidade geral ou orientação comum a toda atividade, dos trabalhos divididos à cotidianidade. O **espaço inteiro** se tornando o lugar da reprodução da vida material e humana.

Como já afirmamos, o urbano aparece na obra de Lefebvre enquanto realidade real e concreta, mas também enquanto virtualidade. Nesta direção, a crítica confronta o real e o possível e assim, a cidade está indissociavelmente ligada à vida do homem, bem como ao seu futuro. Com esta idéia o autor nos coloca diante de um novo humanismo[13] baseado em um projeto capaz de romper o racionalismo que em nossa sociedade assume a forma de dominação e como decorrência desta situação, projetar a realização de um novo projeto de

---

[13] Para o humanismo marxista o homem é o ponto de partida do pensamento e da ação revolucionária, ele nos coloca diante da necessidade da realização / emancipação do homem pela abolição de suas condições de exploração e opressão colocando-nos diante das necessidades de sua liberação. Para Lefebvre, o homem, hoje, compreende mal as suas relações com a sociedade, e ao invés de dominar as relações é dominado por elas, que são manipuladas pelas forças econômicas e sociais. Assim, o seu projeto humanista implicaria em encontrar a unidade entre consciência privada e consciência social.

sociedade, em uma nova prática. É assim que para formular seu projeto *poiético* de mudar a vida de todo seu aspecto irrealista, Lefebvre introduz a noção de cotidianidade, transformando os termos do problema na medida em que traz uma nova idéia da pobreza e da riqueza das relações sociais, o que permite que se formulem exigências práticas. A primeira exigência é que o Estado se apague diante dos interesses dos grupos humanos, fazendo com que a metamorfose da vida cotidiana seja produto da intervenção dos interessados e não pela simples consulta dos indicados (aqui seu raciocínio permite pensar a auto-gestão). Nesta direção, segundo o autor, o humanismo contemplaria a realização das virtualidades do humano aberto para as relações conflitantes do possível e do real, pois para ele o mundo não é um simples produto de contradições objetivas, mas contemplaria determinações, possibilidades e decisões.

Algumas questões ganham significado novo a partir de seus trabalhos e em primeiro lugar, surge a diferenciação/imbricação entre os conceitos de cidade e de urbano (este, em processo de constituição) e nessa condição se abre à análise a discussão sobre a constituição da sociedade urbana. Assim, o urbano acentuaria a constituição da humanidade do homem – tema que desenvolve a partir de sua preocupação com o desenvolvimento dos sentidos mais profundos do termo produção. Significa que seu método relativiza toda a afirmação que tende a erigir-se em absoluto para iluminar o possível – baseado em um pensamento que se apóia no virtual (idéia que ganha sentido no método chamado de transducção).

Desta forma, a sociedade urbana não designaria mais a vida na cidade, mas surgiria de sua explosão (com a imensa urbanização) com os problemas da deterioração da vida urbana. Enquanto momento histórico, o urbano engloba, mas antes transcende, a cidade, é assim que, para Lefebvre, o conceito de urbano permitiria analisar um duplo processo, aquele de implosão-explosão em que a cidade original não desapareceria com a modernidade ao mesmo tempo em que se dispersaria, em torno dela, a aglomeração. O termo designaria um processo mais amplo "onde se desenvolve a modernidade e cotidianidade no mundo moderno"; produto do fato de que o modo de produção existente ampliou o domínio da mercadoria, estendendo seu poder para todo o território, inundando e redefinindo relações sociais. Deste modo o urbano acentuaria a produção do cotidiano[14], que longe de se reduzir ao trivial, ganharia sentido no contexto da "reprodução", dominada e organizada por ela, um espaço de cuidados, que tenderia a constituir-se em sistema, posto que a reprodução no mundo moderno não se faria ao acaso, mas organizada nos mínimos detalhes. Apareceria como resultado do mundo da mercadoria, como programa do capitalismo e do Estado que organiza a vida cotidiana porque organiza a sociedade de consumo. O capitalismo no curso de sua realização se transforma; a reprodução sai da produção de mercadorias "para ganhar a sociedade toda", sem deixar de criar contradições, posto que a reprodução em seu movimento real envolve tendências contraditórias. O cotidiano aparece como nível de análise no qual se estabelece o neo-capitalismo, por ser o lugar onde se reproduzem as relações sociais para além do lugar do trabalho, isto é, na sociedade inteira, bem como no espaço inteiro.

A análise do urbano também revela a relação espaço – tempo; um tempo restrito ao tempo produtivo, em que os ritmos envolvidos pela racionalidade do trabalho se estabelecem em uma prática espacial que revela o espaço opressivo/repressivo. Lefebvre chama atenção, também, para o fato de que essa expansão da reprodução atualmente acontece no plano do mundial criando um outro sentido para as relações sociais, agora estabelecidas em uma esfera mais abrangente, em que as leis econômicas e sociais perdem o aspecto físico (natural), para se tornarem cada vez mais constrangedoras sob uma cobertura contratual[15].

---

[14] Henri Lefebvre, "Le retour a la dialectique", 12 mots clé.

[15] Henri Lefebvre, "La survie du capitalisme", p. 116-117.

É neste sentido que Lefebvre afirma[16] que a problemática urbana se desloca e modifica, profundamente, a problemática saída do processo de industrialização, constituindo um salto qualitativo importante. Isto é, o crescimento quantitativo da produção econômica produz um fenômeno qualitativo que a traduz em uma problemática nova; a problemática urbana. Este momento aponta para o fato de que há exigências novas no capitalismo, momento em que a produção cessa de assegurar, espontaneamente, a reprodução e momento em que a historicidade se transforma em mundialidade (que significa para Lefebvre, espacialidade e não historicidade).

O uso como categoria espacial

O que nos parece importante resgatar para a análise, é o fato de que a cidade revela-se concretamente através do uso que dá sentido a vida, revelando o conteúdo da prática sócio-espacial. É pelo uso (como ato e atividade) que a vida se realiza e é também através uso que se constroem os "rastros" que dão sentido a ela, construindo os fundamentos que apóiam a construção da identidade revelada como atividade prática capaz de sustentar a memória. O espaço urbano representa, antes de mais nada, um uso, ou ainda, um valor de uso e desta maneira a vida se transforma, com a transformação dos lugares de realização de sua concretização, que a norma se impõe e que o Estado domina a sociedade, organizando, posto que normatiza os usos através dos interditos e das leis.

É nesse plano que as lutas se realizam, uma vez que as contradições aparecem com força, revelando o sentido e o caminho da reprodução da cidade a partir de interesses e jogo de forças diferenciadas, reduzindo o cidadão à condição de usuário de serviços em um espaço geométrico e visual onde a vida cotidiana é programada pelo consumo manipulado. Também o espaço é vivido e percebido como fragmento, pela existência e imposição das formas da propriedade privada, produto da concentração da riqueza em suas várias formas, que inaugura o conflito entre uso e troca, e é real e diz respeito a uma prática sócio-espacial concreta, em que o uso corresponde a uma necessidade humana, entorno do qual surgem os conflitos.

Nessa direção, a potencialidade do uso também se revela no cuidado que diferencia o *habitar* (analisado enquanto ato criativo, possibilidade de uma vida realizada em vários planos espaciais interligados de modo a criar um quadro amplo aonde a vida se realiza) do *habitat* (que significa a redução da vida ao plano do espaço privado), em que a casa foi reduzida à função de mercadoria; uma funcionalidade produzida e determinada por razões técnicas; "fornecendo um receptáculo no qual as pessoas instalam sua vida cotidiana".[17] Neste momento histórico, a "cidade obra" desaparece diante da generalização do produto, na medida em que o valor de uso tende a submeter-se ao de troca e como conseqüência esse processo traz a implosão das antigas relações de vizinhança, a perda da identidade em função da destruição dos referenciais urbanos vindos do passado, a transformação dos antigos valores que se confrontam na cidade. Nesse processo, a morfologia espacial e a morfologia social se justapõem iluminando a segregação que se realiza de formas múltiplas com a generalização da propriedade privada.

A questão do território, nas palavras do autor, se coloca para cada um e para todos e a propriedade luta contra a apropriação de modo evidente no espaço – a troca e o valor de troca lutam contra o uso, contra o corpo e o vivido (sem, todavia, se reduzir a este nível da realidade). É por isso que a caracterização do mundo moderno lido através da contradição valor de troca/valor de uso, fornece outro sentido ao debate sobre a produção do espaço e da cidade. É assim também que se coloca o debate em torno do direito à cidade que se

[16] No livro Espace et politique suite do "Le droit a la ville", Ed. Anthropos, Paris.

[17] Introdução p. XI , Boudon, F. Pessac de Le Courbusier Ed. Dunod, Paris, 1969

realizaria nas possibilidades reais de apropriação, pela subordinação do valor de troca ao uso (e não o contrario), da constituição da cidade enquanto espaço de criação superando a contradição usuário/usador.

Há, portanto, uma complexidade de relações pois, para o indivíduo, a cidade é o lugar do desejo e de um conjunto de coações que inibem os desejos, e nesta direção a vida na cidade explora o possível. Portanto a produção da cidade (e do espaço) apóia-se em múltiplas funções que não esgotam o real, "o espaço e a cidade são ser poético e expressão duramente positiva. A cidade e o urbano suscitam um saber e um lirismo, formam uma totalidade aberta e parcial; níveis de totalidades mais vastas. E porque o marxismo deveria evacuar o simbólico, o sonho e o imaginário?"[18]. O sentido da cidade enquanto obra da civilização – que não se reduz a sua construção física – diz respeito a construção da humanidade do homem, por isto o caminho de Lefebvre permite a leitura da história e de nossa condição no mundo moderno, incluindo a idéia de um projeto para a sociedade. Portanto, o desvendamento do conteúdo do mundo moderno passa pelo processo de reprodução da cidade e o desafio é pensar a prática sócio-espacial com o sentido das apropriações reais e possíveis, bem como da luta em torno delas, a cidade como lugar das coações mas também da liberdade.

Assim, na perspectiva analítica desenvolvida a partir desta lógica, a cidade é o "lugar do possível", na medida em que "ela reúne todos os níveis da realidade e da consciência, os grupos e suas estratégias, os subconjuntos ou sistemas sociais, a vida cotidiana e a festa, comportando um grande número de funções, a mais importante das quais esquecidas pelos funcionalistas que é a função lúdica. Engloba coações imperiosas e apropriações rigorosas do tempo e do espaço, da vida física e dos desejos (...) a cidade é produto do possível (...) a concepção desse possível se baseia não na análise do atual mas na crítica do atual enquanto é ele rompido pela análise, pela ideologia e pela estratégia baseada no entendimento analítico e não na racionalidade dialética[19]".

---

[18] Henri Lefebvre, "De L´Etat", vol. IV, Unions Generale d´Editeur, Paris, 1978, p. 270.

[19] Trata-se de uma estratégia dialética – para conceber o real é preciso para Henri Lefebvre passar pelo utópico e impossível. *In*: Henri Lefebvre. *Posição: contra os tecnocratas*. Editora Documentos. São Paulo, 1969, p. 164-165.

Notas Sobre a Paisagem Urbana Paulistana[20]

"e a cidade ia tomandoa forma que o olhar revelava"

Clarice Lispector

A paisagem urbana, compreendida como momento instantâneo que surge à primeira vista aos olhos do pesquisador, expressa relações e ações que propiciam uma investigação sobre a cidade. A idéia de paisagem na perspectiva geográfica, liga-se ao plano do imediato, aquele da produção do espaço analisado como produto das transformações que a sociedade humana realiza a partir da natureza em um determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas sob múltiplas formas de uso, seja através da construção da moradia, do lazer, das atividades de trabalho. Isto porque a natureza transformada pela ação humana, ao longo de uma série de gerações, surge enquanto modos de apropriação visíveis na paisagem, reproduzindo a história e a concepção do homem sobre o morar, trabalhar, viver. A paisagem, por sua vez, contém mistérios, beleza, sinais, símbolos, alegorias, tudo carregado de significados; memória, que "revela múltiplas impressões passadas"[21], imagens impregnadas de história.

Assim, a idéia de paisagem revela uma obra coletiva, que é a cidade produzida pela sociedade e, por isso, contemplando todas as dimensões humanas. Nessa direção a paisagem revela-se cheia de vida, ao mesmo tempo que expressão de sentimentos contraditórios, paixões e emoções. As marcas do tempo, impressas na paisagem, inscritas nas formas da cidade, reproduzem a condição da constituição da humanidade do homem, revelando uma construção histórica cheia de arte e lembranças, fáceis de serem identificadas no lugar por aqueles que nele vivem, na medida em que o lugar é o espaço da vida. Nesse sentido, a leitura dos segmentos da paisagem permite que se contemple a paixão que move a criação humana, uma vez que o trabalho é criador de formas.

A paisagem revela uma história, o passado inscrito nas formas geradas por tempos diferenciais acumulados, mas sempre atuais, sincrônicos e diacrônicos, que produzem uma impressão apreendida pelos sentidos. "Olhos cegos de tantas cores, ouvidos encharcados de sons"[22], que se esvaem em uma atonia, às vezes, insuportável; cheiros que se misturam; sentidos agredidos por todo tipo de poluição. Como escreve

[20] Quando estava terminado este livro me coloquei a pensar sobre os caminhos da análise e deparei-me com uma ausência, a reunião de meus "escritos sobre a cidade" havia deixado de lado o tema da paisagem, como primeira aproximação da análise da cidade, exatamente em um momento em que a "imagem" ganha importância significativa, requerendo sua análise. Resgatei, então este texto – aqui muito modificado – escrito originalmente para a Revista da Biblioteca Mário de Andrade publicado em seu volume 54 de jan/dez de 1997, mas que não perdeu sua atualidade. Resolvi, então, começar a desvendar os planos de análise da cidade com este texto e a partir daí ir desvendando a metrópole que aparece aos nossos olhos.

[21] Marcel Proust, Em busca do tempo perdido, volume II- À sombra das raparigas em flor, página 81. Editora Globo, Porto Alegre-Rio de Janeiro, 1986.

[22] Paul Klee. Diários, página 108, Ed. Martins Fontes, São Paulo, 1990.

Fernando Pessoa, “em todo momento de atividade mental acontece em nós um duplo fenômeno de percepção: ao mesmo tempo que temos consciência de um estado d’alma, temos diante de nós, impressionando-nos os sentidos que estão virados para o exterior, uma paisagem qualquer, entendendo por paisagem, para conveniência das frases, tudo o que forma o mundo exterior em um determinado momento de nossa percepção.”[23]

Mas para além da percepção, a paisagem revela-nos através de uma imagem aparentemente imóvel, um conjunto cheio de sentido e o ser humano se identifica com os espaços da vida pressentidos através da paisagem. É por isso que para além da fixidez aparente da paisagem há um ritmo que revela um tempo, que por sua vez é uma vida que se descortina ao olhar atento. Ganha cores e matizes de acordo com as necessidades da reprodução da vida humana. As relações com o lugar se determinam no cotidiano, para além do convencional. O espaço é o lugar do encontro e o produto do próprio encontro e a cidade ganha teatralidade e não existe dissociada da sociedade que lhe dá conteúdo. Assim a observação da paisagem vai permitindo uma leitura e uma interpretação da nossa situação no mundo de hoje, revelando na sua dimensão visível a história do lugar. Para Calvino, a “cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras”[24] Por outro lado, a paisagem urbana também revela um movimento não acabado mas em construção ininterrupta. Esse movimento é, todavia, mais rápido e perceptível na metrópole revelando o que Walter Benjamin[25] nomeia de porosidade, que é essencialmente, algo não definido, pronto e acabado, antes formas e configurações que ganham sentidos múltiplos e dinamismo através da vida produzindo um movimento cambiante presente na paisagem, pois “nenhuma situação aparece como é destinada, para todo o sempre, nenhuma forma declara ser desta maneira e não de outra.”[26]

Na metrópole, a paisagem vai revelando o movimento de um “fazer-se incessante” que aniquila o que está produzido com o objetivo de criação de outras formas. Em última análise, pode-se dizer que as metamorfoses da cidade produzem as imagens da devastação moderna, pois “não havia tempo a perder, mesmo de noite a cidade trabalhava fortificando-se e de manhã novas trincheiras estavam de pé[27], gerando, com isso, novas formas de configuração espacial. Mas a sociedade urbana em constituição, coloca-nos diante de um cenário cambiante onde assiste-se à tendência à dissolução das relações sociais que ligam os homens entre si e as relações entre os homens e seus objetos, implicando em uma metamorfose dos valores de uso que servem de suporte à sociedade, bem como uma profunda modificação no modo de vida urbano.

Em São Paulo, os canteiros de obra espalhados pela cidade, com guindastes, britadeiras, caminhões de concreto, são metáforas da criação de **formas fluídas, efêmeras,** refletindo-se nos pontos de referência da vida. “Caminhar pelo Viaduto Santa Efigênia ou do Chá, tomar direção da ‘cidade nova’, ‘centro novo’, cidade de fazendeiros, dos casarões da praça da República e largo do Arouche,(...) O pouco que restou da cidade de tijolo está hoje comprimido entre altos edifícios, isolado sem insolação (...) o concreto substituiu o tijolo (...) Os raros palacetes sobreviventes estão deslocados no contexto urbanístico, tendo se tornado ilhas isoladas em mar

[23] O eu profundo e os outros eus p.73. Citado por Ana Fani A. Carlos in A (re)produção do espaço urbano, página 44, EDUSP, São Paulo, 1994.

[24] Ítalo Calvino, As cidades invisíveis, página 14/15 Cia das Letras, São Paulo, 1991.

[25] Nápoles in Rua de mão única , Ed. Brasiliense , São Paulo, 1987.

[26] Idem, página 148.

[27] Clarice Lispector , A cidade sitiada, página 22/23, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1982.

de prédios, elos de um passado relativamente próximo, muito exaltado e descrito como glorioso, mas nem por isso preservado, conservado, respeitado.[28]

A destruição de bairros inteiros modifica a vida das pessoas e sua condição diante de um lugar que diz respeito a sua vida e com o qual se identifica. Se pensarmos em alguns dos bairros antigos da metrópole paulista como o Brás, o Bexiga, a Barra Funda e a Moóca, tradicionalmente de imigrantes italianos, percebemos sua total fragmentação e conseqüente dissolução de suas características fundadoras. A vida também se modificou com a tendência ao fim das feiras, à da atenuação das relações de vizinhança, com a intensificação do trafego de veículos (que invade áreas antes ocupadas pelas brincadeiras juvenis) com as transformações impostas pelos novos traçados das ruas e avenidas; com a construção do metrô que destruiu quarteirões inteiros, fechou lojas, obrigou a mudança de antigos moradores, e com a eliminação dos pontos de encontros e do lugar da festa, tragando os rituais e seus mistérios. Com isso fraciona-se o espaço e as relações do indivíduo; elimina-se as antigas referências destruindo-se a memória social e, como conseqüência, fragmentando-se a consciência urbana. Por sua vez, a mudança dos referenciais urbanos produz a sensação da perda da memória e é nesta medida que ganha atualidade a frase de Hamlet:: “lembrar-me de ti pobre espectro? Sim enquanto a memória tiver lugar neste mundo enlouquecido”.[29]

O processo de transformação imposto por uma urbanização crescente ocorre de forma violenta e, em pouco tempo muda profundamente São Paulo, o que traz consigo profundas conseqüências. De núcleo inicialmente implantado entre as áreas de inundação do Tamaduateí e Anhangabaú, onde se encontra hoje o Páteo do Colégio, São Paulo apresentava até 1890, um crescimento urbano insignificante – de 100 habitantes em 1554 a 70.000 em 1890[30] - para no final do século abarcar um vertiginoso crescimento que impregna um novo dinamismo. Se em 1930 a cidade apresentava uma mancha urbana de 355km^2 e 890.000 habitantes, em 1980 esta havia sido quintuplicada em um eixo de expansão seguindo, preferencialmente, o sentido leste-oeste e ocupando uma área de 1370 km^2, comportando 8.490.000 habitantes. Uma década mais tarde a população subia para 9.620.000 habitantes – um crescimento menor que o apresentado em períodos anteriores, em função de mudanças na dinâmica populacional, mas mesmo assim, significativo. Esse crescimento não se deu sem imensos problemas, nem tampouco de forma contínua, pois a mancha é marcada por vazios em quantidade significativa (representados por terrenos estocados como reserva de valor, seguindo a estratégia dos empreendedores imobiliários).

Nessa metrópole gigantesca, produto de um rápido processo de crescimento, as transformações dos bairros são bastante significativas, uma vez que adensam-se, ganham novas atividades e novos moradores, mudando de perfil em poucos anos, às vezes, meses. Os contrastes, que não cessam de se aprofundar, revelam-se, com toda sua força no plano da habitação. Enquanto em bairros como o da Liberdade e o da Bela Vista são recenseados 155 cortiços por km^2, e nos bairros do Cambuci, Pari, Brás, Belenzinho, Vila Maria, Santa Cecília, e Santa Efigênia apresentam uma densidade em torno de 75 a 175 cortiços por metro quadrado[31]; na área dos Jardins (Paulista, América) ou na Vila Nova Conceição encontramos apartamentos avaliados entre 1 e 2 milhões de dólares. Enquanto nos primeiros bairros seus habitantes vivem em condições de insalubridade, em

---

[28] Raquel Gleser . Visões de São Paulo, página 170 in Imagens da cidade séculos XIX e XX. Marco Zero , São Paulo, 1993.

[29] Shakespeare, teatro completo - TRAGÉDIAS , página 557. Ediouro, Rio de Janeiro, s/d.

[30] Reconstrução da Memória estatística da Grande São Paulo, página 16- Secretaria dos Negócios metropolitanos / EMPLASA, 1980.

[31] Os dados apresentados são da obra de José Geraldo Simões Júnior, Cortiços em São Paulo,página 21 Revista Pólis número 2, 1991, Polis Publicações.

áreas superlotadas, sem ventilação, parca iluminação, e insuficientes equipamentos de higiene, no segundo caso os apartamentos de 1.150 metros^2 de área construída oferecem serviços altamente sofisticados como porteiros eletrônicos e segurança, sistema central de refrigeração e aquecimento, centrais de lavagem automática de carros, sem contar, é claro, com suas monumentais piscinas; paredes e pisos de mármore.

Mescla-se no interior dos bairros, chamados "nobres", tais como Morumbi e Brooklin, mansões e edifícios requintados e grandes e antigas áreas ocupadas por favelas com seus pequenos casebres amontoados, sem água nem esgoto, densamente povoadas por aqueles que parecem não ter direitos à cidadania e que incomodam profundamente seus ricos vizinhos com sua presença. Nenhuma surpresa, portanto, com a manchete[32] "empresários fazem vaquinha para remover favela", pois para estes as favelas, mais do que enfearem a paisagem, desvalorizam seus terrenos, por isso é preciso apagá-las do mapa, expulsando seus moradores para longe. É o caso específico (mas não único) da favela Jardim Edith, na valorizada Avenida Luiz Carlos Berrini (no Brooklin), onde empresários e poder público se esmeram para transferi-la para bairros como Barro Branco e Santa Etelvina, na periferia da zona Leste, a 41 km de distância do local onde se encontra (e 18 km da última estação do metrô). O deslocamento da favela, neste caso implicaria, segundo a reportagem, em uma valorização imediata do preço dos terrenos a sua volta em 100%.

Assim, ao lado de áreas arborizadas, bem cuidadas, amplas e vigiadas da metrópole, estendem-se imensas áreas que os urbanistas gostam de chamar de "degradas", onde vive uma grande parte da população da metrópole, correspondentes aos menores extratos de renda, que habitam os cortiços, as favelas, além dos que moram nas praças e ruas da cidade – sinais mais evidentes da crise econômica e social que aflige o país, obrigando seus habitantes a invenção de, sempre novas, estratégias de sobrevivência. É por isso que nos semáforos de lugares movimentados como as Avenidas Brasil, Rebouças, Paulista, Praça Panamericana, contrastando com vistosos carros importados, equipados com ar condicionado, conduzidos por motoristas bem vestidos portando com seus inseparáveis telefones celulares, não é difícil encontrar crianças descalças, com traços indefectíveis de miséria estampadas em rostos, gestos e roupas, pedindo esmolas em meio a desempregados que tentam vender uma variedade infinita de mercadorias que são ofertadas segundo as estações do ano e os momentos de festividades/comemorações/eventos que ocorrem na metrópole. Formam um imenso batalhão no qual ainda se misturam os distribuidores de todos os tipos de panfletos que (vendem de tudo, desde apartamentos até comida congelada, com opções de consultas esotéricas e dinheiro emprestado). Ainda nas ruas da metrópole, um número incalculável de ambulantes oferecem todo tipo de mercadoria, inclusive *gadgets* importados, instalando-se, preferencialmente, no centro, redefinindo completamente o uso do espaço público de praças e ruas inteiras, ou ainda nos subcentros da cidade (como em Pinheiros e Lapa na zona oeste), impedindo os passos dos pedestres, e vivendo às turras com a prefeitura e com os comerciantes locais.

Nos céus de São Paulo, a quinta frota de helicópteros do mundo[33] transporta políticos, empresários e jornalistas. Os contrastes não poderiam ser maiores. A paisagem não poderia ser mais diferenciada. Mas a explicação desta situação nos convoca a transcender a paisagem em direção a explicação dos processos constitutivos dessa realidade.

Esses fatos nos revelam a existência de uma hierarquia social na metrópole, produzindo uma morfologia espacial estratificada apreendida através das diferenciações da paisagem. A hierarquia social está no cerne do processo de produção espacial, que é cada vez mais expressão da articulação entre hierarquia social/hierarquia

---

[32] Veja, edição de 5 de julho de 1995.

[33] Veja São Paulo de 3 de abril de 1991. Editora Abril, São Paulo.

espacial, revelando a realidade imposta pelas formas de acesso à propriedade privada da terra urbana, em uma sociedade profundamente cindida pelas diferenças de renda.

A realidade é profundamente contraditória e as contradições não parecem suavizar-se, ao contrário, aprofundam-se entre os barracos e as mansões com piscinas e bosques; entre os luxuosos arranha-céus de todas as formas e cores e as vilas com casinhas simples fechadas ao trânsito como na Moóca, Itaim, Vila Madalena; entre as grandes áreas vigiadas dos condomínios fechados e a promiscuidade dos cortiços do centro, ou mesmo as áreas insalubres das favelas que pontuam, por exemplo, a marginal do rio Tietê. As diferenças entre os bairros arborizados e a periferia cor de terra. O cinza dos bairros industriais e as cores dos blocos e tijolos que dão à periferia a sensação do inacabado pois, aqui, as casas constroem-se aos poucos pelos trabalhadores, no interstício de suas atividades laboriais. As ruas bem traçadas pontuadas de verde não poderiam se mais diversas do que as “trilhas urbanas de terra”, esburacadas que servem ao mesmo tempo de ruas e calçadas. A cena das antenas parabólicas penduradas nos telhados. O cheio do centro, os vazios dos “bairros nobres” e a periferia onde crianças descalças, entretém-se com brinquedos improvisados.

São os traços visíveis da segregação social que também se concretiza no acesso diferenciado aos serviços essenciais como assistência médica, pronto-socorros, escolas, no traçado e densidade das linhas de ônibus, dos meios de consumo coletivo. É por isso que a cidade expressa a miséria, o estranhamento, a caducidade e a morte.

Mas a metrópole também parece nunca estar ”pronta”, porque o processo acelerado da urbanização produz o que muitos chamam de **cenários em ruínas**, como metáfora que explicita hoje a paisagem cambiante da metrópole. Para Nelson Brissac, “essa aceleração do movimento urbano acarreta uma produção industrializada de aparências, uma verdadeira recriação ilusória do mundo através de imagens arquitetônicas fictícias, inscritas em fachadas decoradas, outdoors e superfícies espelhadas. O mundo produzido como imagem não é mais uma construção no espaço e a cidade agora é apenas uma imagem desenhada em um painel publicitário. Trata-se de uma arquitetura de imagens,[34] através da qual a cidade se produz baseada em duplos que oscilam entre a realidade e a ficção, como o caso de muitos restaurantes de São Paulo (As noviças, As mestiças, ou mesmo o MacDonald’s instalado no casarão da Paulista), áreas de lazer (parque da Mônica) e os shopping centers, todas coisas que foram feitas para serem vistas, ao lado de pessoas que se transformam na figura do “eu etiqueta“, tão bem definida por Carlos Drummond de Andrade, que traz em cada peça de roupa uma marca publicitária como negação da vontade e da existência humana.

A metrópole paulista transforma-se em simulacro na medida em que é preenchida cada vez mais por signos e imagens que emitem ordens, as mais diversas, desde sobre o modo como se deve andar, vestir-se, comer, comportar-se, e a partir da televisão um modo de pensar o mundo. Ordens que regularizam comportamentos e determinam ações submetidas a uma ordem hierarquizada de coisas e objetos que, reduzidos ao signo, criam um modelo cômodo para manipular pessoas e consciências. O signo separando-se do significado torna-se objeto mágico, que penetra no sonho das pessoas manipulando-as, na medida em que fornecem um “outro sentido” a mercadoria. Com esse processo, assistimos à significação de uma nova ordem de troca (social), novas formas de uso dos lugares da cidade, um novo modelo de vida que se impõe pelo efêmero, em que a “imagem pela imagem” aparece enquanto reino do espetáculo e como simulacro. O novo engole as formas nas quais se escreve o passado e com ele seu estilo e, sem referencial, o mundo, na busca incessante do novo, se transforma no instantâneo.

[34] Cenários em ruínas, página 205. Editora Brasiliense, São Paulo, 1987.

A metrópole como símbolo do mundo moderno, centro onde a vida flui com incrível rapidez, impõe um ritmo alucinante aliado a banalização de tudo, como decorrência direta do processo de homogeneização. "Os habitantes da cidade se defrontam com a situação de que a metrópole parece estar destinada a ser sempre nova, com o fato de centralizar a economia e as finanças nacionais, apagando, com isso, os parcos vestígios do passado, para ser sempre o emblema da modernidade"[35].

Por outro lado, a paisagem da metrópole é também construída para ser vista em movimento como alusão à velocidade capital do mundo moderno, de uma ação que se desenrola incansavelmente, portadora de uma força transformadora latente. A velocidade dá, assim, uma nova dimensão à paisagem urbana que também acaba sendo construída para ser vista em movimento. A nova estética imposta pela publicidade em São Paulo, por exemplo, é para ser vista à distância - é o caso do logotipo do McDonald's ou do The Fifties, ou dos imensos outdoors em prédios no centro da cidade ou nas marginais; ou ainda dos painéis eletrônicos com textos de notícias na confluências e grandes avenidas, como as avenidas Henrique Schaumann e Rebouças, ou aqueles da Avenida Paulista. Os grandes nós de circulação viária da metrópole – marginais, minhocão, cebolão, etc. – permitem ver tudo em velocidade. A metrópole se transforma em deslocamento que produz ausência, podendo produzir inclusive ausência da cidade, como é o caso dos shopping centers que eclipsam a rua ou da nova ligação viária entre Marginal de Pinheiros e a Avenida Vicente Rau, onde os *guard rails* de concreto são tão altos que, por instantes, a própria metrópole desaparece.

No carro, em velocidade, a paisagem das casas, edifícios se transforma em fachada perdendo a tridimensionalidade – é o frontispício enquanto instantâneo, forma, fixidez. Estamos diante de uma nova noção de tempo, no qual os lugares de passagem – ruas e avenidas – mudam de significado e passam a ser mais importantes que os pontos **do estar, do morar, do encontro, da festa.** O significado da rua muda radicalmente, priorizando o movimento e transformando-se em lugar de deslocamento e passagem, onde o que importa é o percurso. O Flâneur – personagem urbano de Charles Baudelaire – parece ter perdido seu lugar na metrópole, pois se os bulevares permitem sua existência mudando seu passo, em uma cidade como São Paulo as vias de trânsito rápido cerceiam os passos, enquanto os semáforos ditam seu ritmo; o fim da calçada tira-o da rua, joga-o nos shopping centers. Os shopping centers se assemelham as grandes construções fascistas, com suas falsas colunas gregas de mármore que, em sua monumentalidade, apenas impõe a grandiosidade do poder (da concentração da riqueza) sobre as pessoas. O flâneur perdeu o passo, seu ritmo ficou anacrônico. Os olhos não vêem, ou se vêem, não observam, pois não se fixam na turbulência de imagens/mensagens que o consumo impõe. A mente, por sua vez, está em outro lugar. Há ausências, um vazio de sentidos e de significação. A metrópole virou cenário e criou novas formas de vida.

Para Simmel[36], as relações entre os seres humanos nas grandes cidades caracterizam-se por uma expressiva preponderância da atividade da vista sobre a do ouvido. Em "sonho parisiense", escreve o poeta Charles Baudelaire: "Ó maravilha dos sentidos! / Planava sobre a novidade / (Tudo ao olhar, nada aos ouvidos!) / Um silêncio de eternidade."[37]

A leitura do movimento que expressa a pressa, introduz o ritmo da modernidade onde a velocidade anula as coisas e acentua a idéia do efêmero. As grandes mudanças tecnológicas invadem a vida (pelo menos produzem essa sensação) e tudo parece mudar rapidamente. Um mundo feito de imagens que banaliza a vida,

[35] Raquel Gleser, *op cit*, página 173.

[36] Philosophie de la modernité, Ed. Payot, Paris, 1989.

[37] Rêve parisien. Les fleurs du mal página 204. Ed. Calman Levy, Paris, 1952.

posto que eclipsa as relações sociais. No que se pode chamar "o espetáculo da multidão", o indivíduo parece se perder, e para ele, a cidade enquanto instantâneo assemelha-se a uma grande vitrine. O ritmo da cidade determina o ritmo da vida e contamina as relações pessoais. Este aparece como o "corre-corre" da cidade grande contribuindo para a criação da imagem de uma coletividade, tornada multidão amorfa. Ao mesmo tempo está posta a liquidação do indivíduo, pois na metrópole, o ser humano vira multidão: vontades e desejos não satisfeitos; impotência diante do cotidiano repetitivo e alienado, no qual o sujeito não se reconhece como produtor de suas próprias condições de vida; e como criador da metrópole. No limite, produzem-se "cidades arruinadas pelo progresso e mutiladas pela civilização atual".[38]

Se por outro lado, as ruas em seu movimento ou mesmo na ausência deste revelam as profundas contradições que marcam a vida metropolitana, também desvelam o fato que as atividades e ações aí se desenrolam diuturnamente. Cada vez mais a vida metropolitana "torna os dias infindos e sem noite"[39], isto porque a vida na cidade se realiza em sua multiplicidade, ininterruptamente e, de modo incansável, durante as 24 horas do dia. Além dos serviços especiais de atendimento à saúde, hospitais e pronto-socorros, os bancos fazem de madrugada a compensação dos cheques emitidos durante o dia, restaurantes, casas noturnas não fecham suas portas, há cada vez mais um número de serviços oferecidos as 24 horas do dia que vêm se somar e estes, como bancos eletrônicos, bancas de revistas e jornais (onde também se pode achar um *best seller*), supermercados, lojas, shoppings, frutarias, academias de ginástica, cafeterias, padarias, etc., criando inclusive pontos de encontro para notívagos, ou para jovens nos finais de semana. De resto, na madrugada o movimento diminui, posto que as atividades variam com a hora do dia ou o dia da semana, mas não acaba, nesta vibrante e colorida metrópole, tão cheia de vida quanto de contrastes.

Uma releitura de Paulicéia Desvairada e Lira Paulistana nos mostra o curto lapso de tempo em que ocorrem as transformações da paisagem metropolitana. Na primeira obra, Mário de Andrade, descreve São Paulo como uma cidade calma onde a garoa ainda era sua marca registrada, onde os bondes "passavam como fogo de artifício sapateando nos trilhos"[40] e as carroças tomavam conta das ruas iluminadas por lampeões a gás, com suas lojas de secos e molhados, chapelarias, charutarias, carvoarias, quando ainda existia um parque do Anhangabaú. A cidade de Mário de Andrade é vista de dia através do movimento dos caminhões,e carroças rodando rapidamente pelas ruas. Em uma das passagens, a cidade é assim caracterizada: "Os armazéns abarrotados de café. A cidade rica. Calor. Janelas e portas abertas, pessoas suando. Casas adormecidas e teatrais, homens perambulando à toa pela cidade reparando na calma, anônimos por ruas silenciosas. São Paulo" (...) "sua Londres das neblinas finas, com perfume no ar frio, o vento"[41]. São Paulo "palco de bailados russos / Sarabandam a tísica, a ambição, as invejas, os crimes / e também as apoteoses da ilusão..."[42]. O movimento de uma metrópole que se esboça rica como produto do café. Uma cidade que contava com pouco mais de 30 estabelecimentos bancários (em 1997 eram 31 sedes de banco só no centro) e 2.000 automóveis (contra os mais 4.000.000 de hoje). A cidade do *fox trot* parece ter desaparecido.

Mas nas obras acima citadas também se revelam certos traços presentes na metrópole de hoje, como em alguns temas como o anonimato imposto ao cidadão e o estranhamento: "cada vez mais anônimas, as pessoas passam pelas ruas sem saber sequer o nome delas, muito menos seu significado. (...) Nesta rua Lopes

[38] Federico Garcia Lorca, Impresiones y paisage, página 80.

[39] Paul Klee, Diários, p. 56.

[40] Paulicéia Desvairada, in Poesias Completas, Círculo do L:ivro, São Paulo, s/d. página 54.

[41] Idem, "paisagem número 1", página 44.

[42] Idem, "Paisagem número 2", página 57.

Chaves / Envelheço envergonhado / Nem sei quem foi Lopes Chaves / ...Ser esquecido e ignorado / Como esses nomes da rua."[43]

A cidade cresceu desmesuradamente, transformou radicalmente a paisagem, produziu simulacros e tornou efêmero o nome das ruas que variam com a disposição dos vereadores em homenagear figuras que consideram importantes. Resta o sentimento de solidão, um tema tão presente na modernidade metropolitana. "Caminhos da cidade / Como em busca do amigo / Onde está?"[44]

O que em Mário de Andrade é solidão, em Garcia Lorca é angústia. No livro "Poeta en Nova York"[45], o poeta espanhol afirma que o que o viajante capta da grande cidade é a arquitetura extra-humana e o ritmo furioso. "Geometria e angústia. Em um primeiro olhar o ritmo pode parecer alegria, porém quando se observa o mecanismo da vida social e da escravidão dolorosa do homem e da máquina juntos, se compreende aquela trágica angustia vazia que torna perdoável até o crime e o banditismo".

São Paulo, cidade do néon, aguça o olhar, produz uma paisagem de luzes que eclipsa a natureza, o homem e sua obra impondo o "mundo da mercadoria", que se reproduz reproduzindo um espaço da vida. O néon ajuda a construir o cenário cambiante da cidade — ele se ilumina à noite dando um colorido artificial à paisagem que se vislumbra ou mesmo que nos cega — relatando o cenário da modernidade. De dia os outdoors espalhados pela cidade produzem uma floresta de símbolos, criam imagens irreais, utopias que seduzem e sinalizam um modo de vida urbano que se constitui como imposição O tempo do verbo no imperativo enfatiza a ordem: Compre um carro... / Entre no Etapa / Faça Objetivo / Leve Antonio Banderas para casa / Quero ver você no Pão de Açúcar! e etc.. São estimados cerca de 10.000.000 (!) de anúncios espalhados pela cidade, sem contar os panfletos que são distribuídos nos cruzamentos e os carros com placas anunciando a venda de imóveis em pontos proibidos da cidade. No centro da cidade a situação atinge a saturação total. Outdoors, *backlights*, totens, painéis eletrônicos, faixas e tabuletas fazem prédios inteiros desaparecerem — muitos deles construções do século XIX e início do XX — e encobrem marcas e referências que orientam a vida e marcam a história da metrópole, cuja própria imagem virou marketing.

---

[43] Mário de Andrade, Lira Paulistana, página 351, in Poesias Completas, Círculo do Livro São Paulo, s/d.

[44] Idem, página 331.

[45] Editorial Lúmen, Barcelona, 1976, páginas 8-9.

O Lugar e as Práticas Cotidianas[46]

A possibilidade do entendimento do espaço geográfico enquanto produto histórico e social abre perspectivas para analisar as relações sociais a partir de sua materialização espacial, o que significa dizer que a atividade social teria o espaço como condição de sua realização. Deste modo, as relações sociais realizam-se concretamente através de uma articulação espaço-tempo, o que ilumina o plano do vivido, ou seja, a vida cotidiana e o lugar. Assim, a reprodução de relações sociais materializam-se em um espaço apropriado para este fim, e a vida, no plano do cotidiano do habitante, constitui-se no lugar produzido para esta finalidade e é nesta medida que o lugar da vida constitui uma identidade habitante-lugar.

O lugar, portanto, liga-se de modo inexorável à realização da vida como condição e produto do estabelecimento das relações reais indispensáveis a ela, mas a produção da vida e do lugar revela a necessidade de sua reprodução continuada. Deste modo a noção de produção (e conseqüentemente a de reprodução) é fundamental para o entendimento desse processo, como já foi apontado. Trata-se da elucidação de um movimento que envolve a produção e suas relações mais gerais, o que significa, neste contexto, que as relações sociais ocorrem fora dos limites estreitos da produção de mercadorias e do processo de trabalho (sem, todavia, negá-la) para enfocar a vida em todas as suas dimensões (aquela que se desenvolve ligando momentos e lugares como a casa, a rua, o bairro) criando uma trama de relações como trama dos lugares onde se destaca uma rede articulada que liga as práticas sócio-espaciais e é assim que a produção do espaço se realiza enquanto produção ininterrupta da vida. A noção de produção contempla aquela de apropriação e esta, por sua vez, liga-se ao fato de que as relações que ocorrem no plano do morar - e de tudo o que essa expressão significa enquanto realização da vida humana - englobam os momentos do lazer, do trabalho, da vida privada, e com isso, o sentido do dinamismo entre necessidades e desejos que pautam a reprodução da vida. Inclui, também, nessa dimensão, o estabelecido, o normatizado e ainda o que foge e se rebela ao "poder estabelecido da norma" que pretende dominar a vida enquadrando-a nos limites da reprodução das relações sociais gerais necessárias à reprodução de uma sociedade determinada. A reprodução da vida, porém, entra em conflito com as necessidades de reprodução da sociedade como um todo, realizando-se hoje no plano do mundial como virtualidade do capitalismo, que em sua extensão, está ampliando, continuamente, as condições de sua realização constante. Este processo, com a intervenção do Estado, configura-se como forma de dominação e se realiza produzindo contradições. Referimo-nos, especificamente, à contradição entre a reprodução do espaço (que tende a se concretizar sob os interesses e necessidades da reprodução do capital e sob o poder do Estado) e a reprodução da vida (que diz respeito ao conjunto das necessidades da sociedade e que tem como objetivo a construção do humano). Nesse processo, gesta-se hoje novas relações sociais que produzem ou são produtos de um novo cotidiano.

[46] Uma versão inicial deste texto foi publicado em "Os lugares do mundo , a globalização dos lugares" ,organizado por Neyde Maria Gonçalves, Maria Auxiliadora da Silva e Creuza Santos Lage, do Departamento de Geografia UFBA, Salvador, 2000 pp. 240/247.

Como decorrência da reprodução do capital (e do poder), um novo espaço tende a se criar em uma escala que transcende aquela do lugar, ligando os lugares à rede mundial como conseqüência da extensão do capitalismo, da ampliação do mundo da mercadoria e do aprofundamento da divisão social e espacial do trabalho na busca de uma nova racionalidade de acumulação, baseada no emprego maciço do saber e da técnica no processo de produção material, bem como da supremacia de um poder político que tende a homogeneizar o espaço e os usos do espaço através do controle, da vigilância. Com isso, reproduz-se uma realidade imposta através da "utopia da tecnologia" que tende a programar e a simular o futuro para continuar realizando a acumulação. Essas idéias nos obrigam a diferenciar a noção de globalização daquela de mundialização, pois enquanto a primeira se refere às mudanças decorrentes dos processos produtivos que - ao se realizarem, em seu processo de expansão, derrubam barreiras e fronteiras nacionais ligando ao mercado os "lugares do mundo", através de uma nova divisão espacial do trabalho – a segunda se revela e, ganha sentido, enquanto processo de constituição da sociedade urbana. Isto é, a sociedade urbana generaliza-se no seu processo de formação produzindo um novo modo de vida, novos valores, comportamentos, uma nova cultura, uma estética, mas também um projeto de transformação do mundo. Com isso a noção de mundialização envolveria um processo mais amplo e profundo que se refere à escala da vida humana – um fenômeno que tem, ao mesmo tempo, uma dimensão real e outra virtual.

A mundialização surge como uma tendência presente no mundo moderno, o que significa dizer que se trata de um processo em curso, mas que ganha cada vez mais sentido na explicação do mundo moderno. Todavia, trata-se de um processo que se realiza no plano do local, isto é, o lugar é que assegura a materialização do processo, realizando-se no plano do imediato. Tudo isto significa dizer que é no plano do lugar e da vida cotidiana que o processo ganha dimensão real e concreta.

Nesta direção, uma outra categoria de análise ganha importância na explicação, que é aquela de **cotidiano** que permite entender o processo de constituição da vida na trama dos lugares – nas formas de apropriação e uso do espaço. Nesse contexto, a consideração da análise do cotidiano revela o fato de que os processos não se referem, exclusivamente, ao plano do econômico, acentuando, como conseqüência, o processo social. Deste modo, o mundo e o processo de mundialização da sociedade se revelam no plano do lugar, **no cotidiano** enquanto condição do processo de reprodução da sociedade atual.

Essa direção da análise sinaliza o fato de que o urbano, como afirma Lefebvre, não designa mais a cidade nem a vida na cidade, mas passa a designar a sociedade que constitui uma realidade que engloba e transcende a cidade e o lugar, na medida em que tudo que existe entra em contato com o mundo todo, ligando pontos isolados do planeta em rede, e com isso, a vida está cada vez mais conectada a fatos que ocorrem nos lugares mais remotos do planeta. Mas a mundialidade que se constitui, faz-se determinando padrões, um modo de vida, valores e comportamentos, além de projetar no lugar aquilo que Henri Lefebvre denomina de "ordem distante". Isto porque a condição de realização do mundial é o plano do vivido e do lugar. Portanto é na "ordem próxima"– aquela do cotidiano e do lugar – que se projeta e concretiza a ordem distante, fato que revela a indissociabilidade local-global.

Portanto, a análise demonstra uma segunda dimensão, aquela do cotidiano enquanto lugar da reprodução que entende-se à vida cotidiana através de um processo que vai penetrando a sociedade inteira. Deste modo, o caráter da mundialidade – que se coloca como novo paradigma para o entendimento do mundo moderno – aponta um outro sentido para a noção de produção obrigando-nos a diferenciar duas dimensões: a produção de objetos (*stricto sensu*) e a produção da vida humana (lato sensu).

O plano da vida cotidiana – no lugar – como produto direto da reprodução do capital, revela o mundo da mercadoria que se generaliza invadindo e colonizando a vida cotidiana, mediando as relações sociais e redefinido-as a partir da criação de modelos e padrões estipulados pelo consumo da mercadoria enquanto símbolo definidor das relações. Se a sociedade urbana aproxima homens e lugares, cada um com sua especificidade, cadência, unidade e ritmos, esta aproximação encontra-se influenciada e cada vez mais influenciada por padrões outros que se impõem de "fora para dentro", pelo poder da constituição da sociedade de consumo que cria modelos de comportamento e valores (que se pretendem universais), impostos pelo desenvolvimento da mídia, cujo papel na imposição de padrões e parâmetros para a realização da vida é central. Esse é o plano da reprodução e tal processo revela a lógica da acumulação no dias atuais.

Nesse contexto, o desenvolvimento do processo de reprodução da sociedade produz, concomitante às novas formas de relação sociais, um novo espaço e uma nova relação entre este e a sociedade através das transformações nos modos de apropriação do espaço – passíveis de serem lidas nas mudanças dos usos e sentidos dos lugares de realização da vida. A aceitação das novas condições de existência a partir da constituição de uma rotina altamente organizada da vida, transforma radicalmente a sociabilidade, empobrecendo as relações sociais na medida em que as relações entre as pessoas passam a ser substituídas por relações mediadas pela mercadoria. Tal situação coloca-nos diante de redefinições importantes na articulação entre o **lugar** da realização da vida – **da identidade** criada entre as pessoas no lugar – e do **cotidiano** onde a vida ganha dimensão real.

Portanto, o plano do lugar pode ser entendido como a base da reprodução da vida e espaço da constituição da identidade criada na relação entre os usos, pois é através do uso que o cidadão se relaciona com o lugar e com o outro, criando uma relação de alteridade, tecendo uma rede de relações que sustentam a vida, conferindo-lhe sentido. É assim, por exemplo, que a cidade – enquanto articulação de lugares – produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo e cria identificações. Esse plano é aquele do local, que faz da cidade uma mediação entre as ordens próxima e distante. O habitante vive a metrópole de forma fragmentada, na medida em que sua vida se realiza e se define em lugares passíveis de apropriações reais, revelando que trajetos, percursos, ações compõem-se enquanto articulação dos lugares da metrópole. É o que demonstra Chombard de Lowe[47] em sua carta sobre os trajetos efetuados por uma estudante, habitante do XVI arrondissement de Paris durante um ano. A rede construída a partir dos passos da estudante desenha um triângulo cujos vértices limitam a área dentro da metrópole onde se desenrola sua vida, os lugares da apropriação realizados através de seu corpo, limitando/marcando sua prática sócio-espacial estabelecida entre lugares na metrópole.

É assim que as relações que os indivíduos mantêm com os lugares habitados – através de seus corpos – se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no acidental; momentos do cotidiano dos habitantes em sua relação com os lugares da vida. É desta forma que os lugares vão ganhando sentido através das apropriações vividas e percebidas através do corpo e todos os sentidos humanos. Como aponta José de Alencar, é através do corpo que o indivíduo vive o espaço, o que confere ao autor a possibilidade de inventar um novo verbo para expressar esta situação, que é o verbo espaciar. É assim que escreve a propósito de um dia na vida de seu personagem, "espaciei meu corpo pela rua do Ouvidor, os espíritos pelas novidades do dia; os olhos pelo azul de cetim do céu e pelas galas de luxo europeu expostas nas vidraças. Era domingo o ócio dos felizes desocupados tinha ganhado o campo e os arrabaldes. Encontrei por isso poucos conhecidos e fria palestra."[48]

[47] In Paris et l´agglomeration parisienne, PUF, citada no livro Internationale Situationniste, Librairie Arthène Fayard, Paris, 1997, página 28.

[48] Lucíola, página 48.

É através de seu corpo, de seus sentidos que o homem constrói e usa os lugares – um espaço usado em um tempo definido pela ação cotidiana. Isto é, o lugar é a porção do espaço apropriável para a vida - daí a importância do corpo e dos sentidos que comandam as ações, que envolvem e definem o ato de morar que tem a casa como centro, mas que a partir dela vai ganhando os significados dados pela articulação desta com o bairro, com a praça, com a rua através do movimento da vida. Nesse processo vão se identificando os lugares da vida, marcando/apoiando a relação com o outro. Assim se constrói a tríade cidadão/identidade/lugar, que aponta a necessidade de considerar o corpo, pois é através dele que o homem habita e se apropria do espaço (através dos modos de uso) e significa que nossa existência espaço-temporal, tem uma corporeidade, pois agimos através do corpo; é ele que nos dá acesso ao mundo. Para Perec[49], o corpo é o nó vital, imediato, visto pela sociedade como fonte e suporte de toda cultura.

Nesta perspectiva, o processo de produção do espaço revela modos de aproximação da realidade social, produto modificado pela experiência no lugar, e a partir dele em sua relação com o mundo, relação múltipla de sensação e de ação, mas também de desejo e, por conseqüência de identificação com a projeção sobre o outro. Abre-se aqui, a perspectiva da análise do vivido através do uso do espaço, pelo corpo, revelando-se enquanto processo de apropriação. Assim, vai ganhando significado o espaço imediato da vida das relações cotidianas mais finas - as relações de vizinhança, o ato de ir às compras, o ato de caminhar, a ação que marca o encontro com os conhecidos, permite os jogos, as brincadeiras, dando sentido ao ato de habitar. Trata-se de lugares que o homem habita dentro da cidade e que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida: lugares por onde se locomove, onde trabalha, flana, o espaço da casa e dos circuitos de compras, dos passeios, isto é, formas através das quais o homem se apropria de seu mundo imediato que vai ganhando o significado dado pelo uso e suas possibilidades. Trata-se portanto, de um espaço palpável - nesta condição específica é a extensão exterior, ou seja, o que é exterior a nós, no meio do qual nos deslocamos e agimos. Enfim, uma prática vivida e reconhecida em pequenos atos corriqueiros e, aparentemente, sem sentido, vulgares, mas que criam laços profundos de identidade entre habitante - habitante, e habitante - lugar. Deste modo não estamos nos referindo aos espaços infinitos, mas a espaços banais e reais como a rua, a praça, o bairro, espaços do vivido, que se revelam como os espaços-tempos da vida.

Mas se os percursos realizados pelos habitantes ligam o lugar de moradia aos lugares de lazer, aqueles onde se estabelecem a comunicação, essas mediações espaciais são ordenadas segundo as propriedades do tempo vivido, no plano do cotidiano, ora revelando os espaços privados, ora os públicos; o individual e o coletivo, o necessário e o desejado. Enfim, o ato de caminhar é intermediário e parece banal, mas deixa ver como a vida do habitante é petrificada de sensações muito imediatas e de ações interrompidas. Isto porque são as relações que criam o sentido dos "lugares", porque o lugar só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas produzidos por um conjunto de sentidos, impressos pelo uso[50].

Tal fato significa que o cidadão não habita, indiferentemente, a metrópole, mas os lugares articulados por seus trajetos realizados em "lugares da metrópole" vividos, conhecidos e reconhecidos em todos os cantos e dimensões. Nos longos e rotineiros trajetos de transportes coletivos motoristas de ônibus, bilheteiros, são conhecidos/reconhecidos como parte de uma "comunidade", cumprimentados e tratados como tal. As pequenas lojas comerciais existente nos bairros – o sapateiro, o açougueiro, o tintureiro a loja de armarinho, a farmácia -

---

[49] B. Perec, " Éspeces d´espaces. "Le corps" (Éditions du Seuil, Paris, 1995).
[50] Ana Fani Alessandri Carlos," O lugar no/do mundo" . Editora Hucitec, São Paulo, 1997.

são mais do que pontos de troca de mercadorias, lugares de serviços; são também pontos de encontro, lugares da "prosa diária", do reconhecimento – que vão revelando a importância do nível do lugar como plano do vivido. Esse é o sentido que Ítalo Calvino dá a troca que se realiza em Eufêmia quando escreve que "não é apenas para comprar e vender que se vêm a Eufêmia, mas também porque à noite, ao redor das fogueiras em torno do mercado, sentados em sacos ou barris ou deitados em montes de tapetes, para cada palavra que se diz- como lobo, irmã, tesouro escondido, batalha, sarna, amantes – os outros contam uma história de lobos, de irmãs, de tesouros, de sarna, de amantes, de batalhas. E sabem que na longa viagem de retorno, quando, para permanecerem acordados, bambaleando no camelo ou no junco, puserem-se a pensar nas próprias recordações, o lobo terá se transformado em um outro lobo, a irmã em uma irmã diferente, a batalha em outras batalhas, ao retornar a Eufêmia, a cidade em que se troca de memória em todos os solstícios e equinócios"[51]. Neste trecho, o sentido da troca se revela em uma outra dimensão incorporando a plenitude das relações sociais – do indivíduo com o outro - que criam a instância da memória gestada no encontro realizado no lugar, o que permite que a troca ganhe sentido pleno.

Mas, como já apontamos, o plano do lugar impõe a metrópole como mediação entre este e o mundial, mas as transformações no processo social se apreendem enquanto modificações no plano do lugar, no espaço tempo do cotidiano. Neste momento, a metrópole, enquanto mediação, redefine a rede de relações que embasam a realização da acumulação da sociedade através de profundas transformações espaço-temporais. É assim que a modernidade se redefine no momento atual. É assim também que a metrópole se realiza realizando uma transformação constante em um tempo cada vez mais rápido imposto através da fluidez das formas urbanas que se impõem como renovação constante. As transformações nas formas da cidade impõem transformações nos tempos da vida e nos modos de apropriação dos lugares através de mudanças nos usos.

A questão que se coloca é como a metrópole se transforma induzindo mudanças nos modos de uso e como esse processo interfere na vida cotidiana?

Em primeiro lugar podemos afirmar que atualmente a reprodução do espaço urbano dá-se nas metrópoles brasileiras em um ritmo acelerado, revelando um tempo "curto". As inovações tecnológicas mudaram o sentido do tempo e do modo como as pessoas empregam o tempo, e conseqüentemente, o modo como usam o espaço. Há uma aceleração do tempo no mundo moderno, o que implica em mudanças muito rápidas que invade a vida, modificando-a, impondo novos padrões e formas de adaptação / apropriação dos lugares da vida. Como o espaço é caracterizado pela coexistência de diacronias, descompassos, distorções entre ruínas antigas e produtos da técnica moderna, estamos diante de novas tensões e ao mesmo tempo nos deparamos com novas formas espaciais e novos usos interferindo no modo de vida.

Para o cidadão metropolitano, as formas urbanas se transformam em um ritmo alucinante revelando um descompasso entre os tempos da forma urbana – impresso na morfologia - e o tempo da vida humana. A metrópole - em sua visão de grandiosidade aparece em formas exuberantes - é vista como o símbolo de um novo mundo, como idéia do moderno e do triunfo técnico. Tal fato se traduz, morfologicamente, pelas formas arquitetônicas grandiosas, pela construção de amplas avenidas congestionadas e ruidosas que se impõe como "formas do progresso". Neste processo de mudanças rápidas, o espaço se torna instável, o profundo processo de mutação cria a destruição dos referenciais que sustentam a vida cotidiana, jogando o cidadão em meio à agitação da multidão cada vez mais densa e amorfa, confrontado com a perda de sua identidade. Para Tomas Fisher[52], por exemplo, São Paulo cresce tão rápido que nada pode ficar antigo. A mesma sensação tem

[51] Ítalo Calvino, "Cidades Invisíveis" . Editora Cia. das Letras São Paulo, 1991. páginas 38-39.

[52] Folha de São Paulo, 22/1/87.

o fotógrafo Ivison Miranda[53], para quem na metrópole "nada é sagrado, a cidade só fica congelada na fotografia. Cidade mutante, construções, demolições e reformas são tantas e tão freqüentes, que praticamente, se pode dizer que são parte integrante da paisagem urbana metropolitana. Trata-se de uma mudança que ganha um outro sentido, hoje, contrastante com o descrito por João do Rio, "olhai o mapa das cidades modernas. De século a século a transformação é quase radical. As ruas são perecíveis como os homens".[54]

Portanto o período atual impõe uma nova relação espaço-tempo, e com ela, a produção de novas mediações entre o habitante e o lugar. Uma mudança que está na base de constituição da modernidade foi percebida pelo poeta Charles Baudelaire nos anos 50 do século XIX na Paris totalmente modificada pelos projetos do Barão de Haussmann. Trata-se da construção dos bulevares rasgando a cidade e, com isso, destruindo bairros inteiros, reformulando o modo como o uso da cidade se realizava. Essa metamorfose impõe, como conseqüência o estranhamento como elemento constitutivo da modernidade:

"A forma de uma cidade muda, mais depressa do que o coração de um mortal...
Paris muda, mas nada na minha melancolia se moveu.
Palácios novos, tapumes, blocos , velhos bairros,
tudo para mim virou alegoria.
E minhas lembranças são mais pesadas que rochas".[55]

A poesia de Baudelaire nos coloca diante da tendência de reversão na continuidade das formas urbanas, como referências dos tempos longos delimitados pela história. A idéia das rupturas dos ciclos e ritmos do crescimento urbano entre o sincrônico e o diacrônico, centra agora, a discussão sobre o processo de reprodução da cidade, o que aponta sua condição atual no processo de reprodução do capital.

Qual a natureza e os limites da continuidade das formas? As formas revelam a história da civilização que, espacialmente, revela-se como acumulação de tempos. O suporte material justapõe tempos, há uma temporalidade diferenciada na cidade. Roncayolo chama atenção para o fato de que não se pode separar, nem identificar totalmente, a materialidade dotada de duração, modos de vida, práticas; pois se o funcionamento tenta harmonizar o todo, o suporte mistura etapas e distingue os espaços, pois cada estrato de vida, tem um ritmo, seu tempo.[56] A relação entre obsolescência dos espaços e evolução do conteúdo social obedece, segundo o autor, esquemas variados o que precede freqüentemente o material e aponta para a necessidade de considerar as lógicas que agem na curta e na longa duração. Também significa dizer que há uma tensão entre formas herdadas e sua função atual ou ainda entre formas e práticas

A duração se liga àquela das práticas, e neste aspecto, o espaço aparece como acumulação de tempos, o que significa pensar no "uso dos lugares, geralmente expresso pelas ações em relação ao construído, no traçado, largura das ruas e avenidas, pelo fluxo, tipos e densidade, a freqüência.

A ***rua*** aparece, nesta perspectiva, como um elemento revelador a partir do qual se pode pensar o lugar da experiência, da rotina, dos conflitos, das dissonâncias, bem como, através dela desvendar a dimensão do urbano, das estratégias de subsistência e de vida, pois marca a simultaneidade do cheio e do vazio e das

---

[53] Revista Veja de 23 /01/ 91, São Paulo.

[54] João do Rio , "A alma encantada das ruas". Secretaria Municipal de cultura. Rio de Janeiro, 1991, página 19.

[55] Charles Baudelaire, - Le Cygne, in Les Fleurs du Mal.

[56] Marcel Roncayolo, " Formes des villes" . Ville recherche, diffusion. Nantes.s/d. mimeografado. Página 213.

temporalidades diferenciadas. No panorama das ruas pode-se ler a vida cotidiana - seu ritmo, suas contradições- os sentimentos de estranhamento, as formas como se trocam mercadorias, o modo como a solidão desponta, a arte da sobrevivência (meninos de rua, mendigos), as vitrines onde o ritual da mercadoria inebria, o contraste das construções, das suas formas, usos, cores, as imagens dos outdoors e luminosos que ocupam o olhar.

Para Baudelaire, o bulevar aparece como lugar da experiência, dos passos enquanto apropriação do seu sentido. Passos que ganham o mundo e por isso o descobrem e revelam a cidade. É o lugar onde individual e coletivo se mesclam em um jogo de impressões e significados múltiplos reveladores da vida na cidade, enquanto conteúdo para a vida. Mas a rua não é só o lugar do passeio do "flâneur". É por esse motivo que a rua não é só o lugar do espetáculo urbano, os trajetos se recobrem de sentido, a rua se transforma em testemunho coletivo das formas de apropriação - um modo e um movimento de apropriação. A forma aqui vai ganhando sentido no ritmo da vida cotidiana, do tempo determinando o uso pelos estratos da sociedade que vão determinando o uso que marca o ritmo da rua.

Para muitos, nas ruas, os homens não fazem mais do que passar, principalmente em uma metrópole super edificada como São Paulo, onde efetivamente, redefine-se os sentidos dos espaços públicos que faz da rua um local de passagem, mas essa situação revela contradições. Saramago nos adverte que há na rua mais do que uma simples pressa, portanto há um mundo que se revela nas ruas da metrópole. Nas ruas o presente nos assedia, traz a marca dos itinerários às vezes dispersos, difusos ou mesmo concentrados, definidos pela vida cotidiana. Isto porque se a cidade não se confunde com a vida ela não escapa, todavia, da criação de alguns determinismos.

Tão rico quanto esta idéia de Saramago é o quadro de Monet, "La rue Montorgueil" datado de 1878, que em cores vibrantes (onde os corpos se destacam preenchendo os espaços da rua em um bailado livre e gracioso) nos revela que a rua é o lugar da vida. O colorido expressa um momento de festa que marca as formas de uso da rua. "... Mostra, às claras o domínio a liberdade resplandecente e alegre de Monet que sugere tudo ..."[57].

Assim, a rua é também o lugar da realização da cidadania no modo como pode ser o lugar da reivindicação, das lutas. Ela dá visibilidade a contradição entre projetos sociais diferenciados e neste sentido o espaço além de ser acúmulo de tempo é também virtualidade, possibilidade aberta a constituição de outro projeto de sociedade.

É essa contradição entre o que resiste e o que se transforma, entre o tempo da forma e o tempo da vida, das possibilidades de apropriação e do estabelecimento da norma que a delimita, até quase fazê-la desaparecer, que a grande cidade vai se reproduzindo revelando momentos de uma sociedade em um espaço-tempo diferencial.

As formas cambiantes da grande cidade que se expressam nas interdições e transformações, nos usos dos lugares, cria, portanto, um processo de "estranhamento/reconhecimento". A transformação na grande cidade é marcada pela queda dos referenciais, pelo desaparecimento das marcas do passado histórico lido na paisagem, presenciada na vida cotidiana (que ocorre com a destruição dos bairros, com a construção das vias de trânsito rápido, com a produção de edifícios) como aponta Baudelaire. As formas urbanas se transformam, redefinindo os passos, criando ausências, revelando-se enquanto negação da identidade em função das destruições dos referenciais urbanos que sustentam a vida e a memória. Presenciamos, com isso, o processo de constituição de uma sociedade marcada pelo distanciamento do homem com o outro através da dissolução das relações

[57] Guia do Muesée d'Orsay

sociais de vizinhança, o distanciamento da natureza, o esfacelamento das relações familiares, a mudança das relações dos homens com os objetos, a perda do conteúdo do trabalho, posto que a produção do cotidiano no mundo moderno vincula-se à ampla difusão do consumo que criou o reino da mercadoria penetrando na esfera doméstica, domesticando a vida. Deste modo, a paisagem urbana revela um "fazer-se incessante" que tende a aniquilar o que está produzido criando sempre novas formas, marcando o processo de estranhamento do indivíduo, habitante da grande cidade. Isto porque o tempo da transformação modifica a duração da forma e os processos de transformação da cidade se aceleram causando a idéia de destruição, que aponta, a quebra dos referenciais urbanos que sustentam a vida cotidiana dando-lhe sentido.

Mas, no processo não se produz apenas novas formas arquitetônicas, mas também os espaços vazios das vias expressas, que ao destruir, com sua construção áreas habitadas leva a seu empobrecimento significativo. Tal fato demonstra espacialmente a tendência ao esvaziamento da vida cotidiana. A reprodução do espaço urbano é expressão última do processo de urbanização mundial, no qual a realidade urbana se generaliza de modo contraditório produzindo conflitos em todos os níveis.

Assim, se por um lado a cidade se reproduz na contradição entre a eliminação substancial das formas que criam o desaparecimento dos referenciais da vida, produzindo o estranhamento, há, por outro lado, reconhecimentos e projetos coletivos. O significado mais profundo do espaço, do ponto de vista da prática socio-espacial, revela a cidade também enquanto possibilidade, isto é lugar aonde se projeta uma vida passível de ser realizada em outros parâmetros que se opõem à lógica da reprodução política e econômica. Desta forma, a análise torna indissociáveis os planos do econômico, do político e do social e nos obriga a articular o plano da lógica (que produz o espaço enquanto homogêneo, fragmentado e hierarquizado) àquele da dialética (que emerge das lutas na cidade e pela cidade). Nesta direção, o urbano aparece como um objeto em constituição - como processo global virtual - afastando-nos da constituição de um sistema urbano fechado, de uma vida limitada, da vitória da norma. A reprodução do espaço (urbano) recria constantemente as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital, mas também aquele da vida humana em todas as suas dimensões. A reprodução do espaço urbano, enquanto produto social, é produto histórico, apresenta-se, ao mesmo tempo, como realidade presente e imediata o que significa pensar o urbano enquanto reprodução da vida em todas as suas dimensões onde nada pode ser definido por uma morfologia material, nem tão pouco como essência atemporal, ou ainda imposto como um sistema entre sistemas. A cidade é antes o aprendizado, a mediação para o entendimento do mundo moderno, e desta maneira, espaço é acumulação de tempos e virtualidade dialeticamente constituída.

Nesse sentido, o complexo traçado das ruas encontra-se imbricado em uma rede de idas e vindas, mas, antes de tudo, revela um modo de apropriação para a vida, freqüentações, acabando por simbolizar o espaço da liberdade. No horizonte um desfio tão bem colocado por Calvino, "... é inevitável determinar se Zenóbia deve ser classificada entre as cidades felizes ou infelizes. Não faz sentido dividir as cidades nestas duas categorias, mas em outras duas; aquelas que continuam ao longo dos anos e das mutações a dar forma aos desejos e aquelas em que os desejos conseguem cancelar a cidade ou são por elas canceladas."[58]

[58] Ítalo Calvino, "As cidades invisíveis", *op cit*, páginas 36-37.
[31] Jean Dauvignaud. *Lieux et non lieux*. Paris: Galilée, 1977, p.9.

O Espaço e o Tempo Sociais no Cotidiano

"vivir es más que un ir muriendo"
Jorge Guillén

"Se você parar de lembrar, você esquece". Em 1914 Sam Krichinsky desembarca na América. Imigrante polonês, vem "tentar a vida" na cidade de Baltimore, onde já se encontravam seus três irmãos. Décadas depois, relembra para seus netos as sensações e esperanças da chegada, o trabalho como artesão junto com seus irmãos na distante década de 10, as grandes e barulhentas – mas muito alegres - reuniões familiares nas quais todos se encontravam, além da agitação que vinha da rua, somando-se às vozes dos adultos na sala de visitas, que era um testemunho das brincadeiras nas calçadas. Mas não era apenas nas datas festivas que as ruas se enchiam de vida, pois esta era uma característica intrínseca a ela. Crianças animadas depois da escola, a rua do mercado sempre cheia de gente, bem como as estações do ano marcando a paisagem e servindo de marco para as lembranças.

No relato de Sam, o tempo, irreversível, mescla passado e presente. *"Certas coisas nada tem a ver com medidas e raciocínios. São, puramente, questão de sentimentos"*, diz um personagem de Mann, em Montanha Mágica. Da mesma forma, o passado oferece na narrativa um sentido novo, pois pertence à memória; é o tempo do ontem que esclarece e elucida, no presente, a trajetória de uma família que cresceu descobrindo e inventando um modo de viver em um país que não era o seu. À medida que o filme AVALON[59] se desenvolve, a vida de Sam preenche a tela e, com as mudanças ocorridas ao longo do século XX, vão revelando novas formas de morar, de usar a rua, de empregar o tempo, de se relacionar com o outro e com a cidade.

Neste (quase) um século de transformações, o filme revela o esfacelamento da família e a fragmentação dos lugares da cidade. Mostra o universo da vida cotidiana que se transforma, abruptamente, pela imposição de novas relações fundadas na produção de novos objetos que vão mediar as relações sociais apoiadas em um novo conjunto de valores. Um exemplo disso seria a invasão da TV, que aos poucos vai assumindo lugar importante na vida das pessoas e passa a ocupar o lugar de "honra" na sala de visitas, tornando-se o centro de todas as atenções e cuidados. Diante dela, olhares se fixam, lábios selam-se e a imagem preenche ausências – seu poder mágico é contagiante e sua presença vai redefinir as reuniões de família, bem como o uso do tempo do não-trabalho.

A TV marca, pela sua presença, o controle social em cada casa. Para Baudrillard,[60] ela representa a certeza da que as pessoas já não se falam, definitivamente isoladas face à palavra sem resposta. Os objetos se autonomizam e suas formas, que antes tinham sido esquecidas durante o uso, erguem-se agora diante do homem enquanto

[59] Escrito e dirigido por Barry Levinson - 1992.

[60] Citado por André Granou in Capitalismo e modo de vida.

signo separado do significado. Nesse processo, os objetos que mantém sua objetividade através do seu uso na relação direta com o sujeito, têm uma significação social que se perde quando vira signo e entra na troca.

"Há alguns anos fui ver a casa em Avalon. Não estava mais lá. Não só a casa, mas toda a vizinhança. Fui ver o salão onde eu e meus irmãos costumávamos tocar. Também não existia mais. Não só ele, mas o mercado onde fazíamos nossas compras também. Tudo desapareceu. Fui ver o lugar onde Eva morava. Não existe mais. Nem a rua existe mais, nem mesmo a rua. Então fui ver o clube noturno do qual fui dono e, graças a Deus estava lá. Por um minuto achei que eu nunca tivesse existido", relata Sam para seu bisneto no final dos anos oitenta. Neste momento do filme a existência real da abstração entra em cena, ocorrendo em um momento histórico e real concreto. A separação entre homem e natureza, valor de uso e valor de troca sinaliza a extensão do processo de desenvolvimento do mundo da mercadoria que embasa o processo de produção do espaço urbano, transformando-o em mercadoria valorizada pelo processo de urbanização da sociedade, e, com ele, eliminando referenciais, volatilizando relações sociais e gerando individualismo. Neste processo, a explosão da cidade produz o desabamento das referências, pois as relações sociais perdem sua base de sustentação. A cidade está alienada como o próprio homem e o espectro de cidade sobrevive ao que antes era a urbanidade. A função da habitação modifica-se profundamente: de ato social gerador de poesia, resume-se a mercadoria e nesta dimensão, torna-se coisa funcional, objeto de status.

No dia da mudança para o subúrbio, que acompanha a ascensão social da família (junto com a compra do carro), no meio da casa vazia as recordações para Sam têm dimensões insondáveis e significados que sedimentam a memória e que revelam uma vida cheia de significados construídos ao longo do tempo em determinados lugares de realização da vida cotidiana. O ato de morar no subúrbio representa as transformações no sentido do morar que, passa, agora, pelo processo de fragmentação do espaço que escapa aos habitantes.

Neste processo, a cidade aos poucos vai se transformando em simulacro, preenchida por signos e imagens. Os sinais emitem ordem: Beba Coca Cola, Fume Marlboro, Compre um Mazda, Use Nike, More em Alphaville, Ande (farol verde), Pare (vermelho), Diminua o passo (amarelo), Proibido estacionar, Proibido virar à esquerda, etc... Os objetos se dispõem em uma ordem hierarquizada e são reduzidos ao signo, o que cria um modelo cômodo para manipular pessoas e consciências na medida em que o signo separa-se do significado e do significante tornando o objeto algo mágico, que entra no sonho das pessoas, orienta suas estratégias de vida, redefine suas relações e orienta projetos. Transforma-se, portanto, em uma ordem que regulariza comportamentos e determina ações, pois ao sentido do uso prático, se superpõe o consumo do signo.

Deste modo, a mercadoria passa a ser produtora de uma realidade ao transformar-se em objeto valorizado e desejado. Por sua vez, a mídia se instala na vida cotidiana como programação da duração do tempo da jornada de "trabalho / não-trabalho" através da publicidade e vincula-se ao poder da televisão. "Assim se estabelece fora do lugar do trabalho, no espaço urbano, um certo número de ocupação e de relação de onde depende a vida de trabalho fora da empresa. É o "cotidiano".[61]

O filme vai revelando o cotidiano invadido pelos signos que coloca cada um no seu lugar. Signos estes expostos nas vitrines das lojas e shoppings que modificaram o estatuto da mercadoria e, com isso, significação de uma nova ordem de troca que cria um novo modelo de vida. O empobrecimento, a manipulação da vida cotidiana é o convite à passividade onde o sujeito se esfuma, pois a sociedade empobrecida tende a reduzir-se a signos. O cotidiano passa a ser programado pela mídia que inaugura a tendência em direção ao idêntico tornando-se agressiva. Os jornais e revistas explicam às pessoas como devem se vestir, como agir em determinadas situações, onde passar as férias, que lugares freqüentar, como se relacionar com os outros, como educar os

[61] Henri Lefebvre. Le Retour à la dialectique, p.105.

filhos, onde comprar, com empregar o tempo, etc., etc. A queda dos referenciais, o desaparecimento das marcas do passado histórico na e da cidade (que ocorre com a destruição dos bairros, com a construção das vias de trânsito rápido, produção de novos edifícios), empobrecem a vida, esvaziando o uso e suas possibilidades. A vida atomizada é também super organizada, com isso acentua-se os sentimentos de angústia e solidão presentes na grande cidade. Por outro lado, a vida social se prende cada vez mais ao "mundo da imagem" e da mobilização exacerbada do olhar reduzindo os elementos dispersos a equivalentes gerais, que são dispositivos essenciais para as estratégias de poder.

Á medida que o filme se projeta na tela contando a trajetória da família de imigrantes, vai revelando a nossa condição de ser neste mundo urbano invadido pelas estratégias da reprodução do capital que se realiza no espaço por ele produzido. Este é um processo de constituição de uma sociedade marcada pelo distanciamento do homem com o outro através da dissolução das relações sociais no seio da família, seu distanciamento da natureza, o fim das relações de vizinhança, o esfacelamento das relações familiares, a mudança das relações dos homens com os objetos, a perda do conteúdo do trabalho. Assiste-se na tela ao rompimento do modo de vida tradicional e com ele rompe-se também a unidade profunda que estava na base das antigas relações. Agora as mercadorias substituem os vínculos entre as pessoas e a mídia vai produzindo a não-comunicação em um mundo em que se exalta as virtudes da própria comunicação e onde cada vez mais produzem-se produtos imateriais (como a informação e os serviços), o que evidencia um processo de fetichização da comunicação.

Ao mesmo tempo, o processo de fragmentação no processo de produção espacial se realiza no nível do cotidiano onde emerge a vitória do valor de uso sobre o valor de troca. O que significa que a construção da cidade revela sua condição de mercadoria.

Nesta condição, o espaço se encontra, cada vez mais, dominado pela troca, na medida em que áreas antes desocupadas entram no circuito da troca ocupadas por novas indústrias como a do turismo e lazer. Neste processo, a cidade transforma-se no espetáculo do consumo, as ruas redimencionam-se e ganham outro conteúdo que elimina o lúdico pois transforma-se em lugar de passagem. As grandes lojas de departamento e os shoppings centers substituem o lazer, ou melhor, viram lazer. O filho de Sam inaugura uma grande loja de departamento no dia 4 de julho (feriado nacional americano) oferecendo "grandes ofertas". De manhãzinha, as pessoas já se aglomeram na porta formando imensas filas nas calçadas; seus corpos ocupam a rua como ávidos compradores. O emprego do tempo do feriado será consumido literalmente na compra de novas mercadorias e essa atitude aponta para uma nova forma de empregar o tempo em um novo tipo de espaço que redefine o próprio sentido do tempo e do espaço e da vida cotidiana.

O ritmo da rua passa a ser determinado cada vez mais pelo ritmo dos meios de transporte, marcando a impossibilidade de antigos usos como o passo vagaroso dos elefantes, em marcha, seguidos pelos palhaços, acrobatas e malabaristas que desfilam pela cidade anunciando a chegada do circo, convidando a todos para o espetáculo de logo mais à noite. A mudança nas relações espaço-tempo revela a profunda mudança nos costumes e hábitos sem que as pessoas pareçam se dar conta, pois as inovações são aceitas de modo gradual, quase desapercebidas, embrulhadas pela ideologia que efetiva a degradação da vida cotidiana. A cidade onde tudo se transforma, onde os estilos se multiplicam passa a ser o lugar em que as pessoas "se arranjam para viver ou quem sabe sobreviver" criando constantemente, "formas de ganhar dinheiro".

O efêmero pelo efêmero, a imagem pela imagem, surgem enquanto reino do espetáculo e, nesta condição, como simulacro. O novo engole, incessantemente, as formas onde se inscreve o passado e, com ele, seu estilo, a memória. Sem referencial, o mundo, na busca incessante do novo, se transforma no instantâneo *"porque não*

havia tempo a perder, mesmo de noite a cidade trabalhava fortificando-se e de manhã novas trincheiras estavam de pé"[62]. Em suas obras em que trata do cotidiano, Lefebvre aponta que o cotidiano do passado tinha estilo, ao passo que o de hoje se tornou banalidade, por se tratar da reprodução *stricto sensu* que separa definitivamente a criação do produto. Antes o estilo penetrava a vida cotidiana nos modos de arrumar a casa, de se vestir; de modo que a vida cotidiana era invadida pela arte (do sagrado à religião) na qual os objetos materiais traziam consigo a marca do conjunto da sociedade, uma história presente. A separação cotidiano/arte virou nostalgia, pois sob a forma de rotina, o cotidiano perdeu o lado criativo, uma vez que a norma e o modelo invadem todos os interstícios da vida, eliminando aquilo que dá a dimensão do sentido do mundo. O homem - preso ao universo mecânico, condicionado pelas coisas, suplantado pela produção de produtos - vive o empobrecimento do espaço e o esmigalhamento do tempo, pois o espaço e tempo sociais dominados pela troca tornam-se tempo e espaço da mercadoria.

O tempo e o espaço da vida cotidiana vão sendo invadidos por exigências que passam a organizar os momentos da vida submetendo-os à repetição. Nesta direção, o uso do espaço, que comporta um emprego de tempo, vai se explicitando pela homogeneidade apoiada na medida abstrata (do tempo) que passa a comandar a vida social. Refere-se, por exemplo ao tempo e lugar do "flanar" porque no cotidiano há muitas modalidades de tempo social, como aquele do trabalho, do lazer, do não-trabalho (que anima a economia porque faz parte do tempo de consumo). Neste caso, o emprego do tempo explicita o espaço em sua dimensão homogênea dada pela medida abstrata do tempo que comanda a vida social. Ainda segundo Lefebvre, o cotidiano se revela como encadeamento dos atos que formam um conjunto que não se reduz a soma dos atos isolados, e que se efetua em um espaço e tempo sociais ligados à produção. Mas o que é importante reter é a noção de que o cotidiano não coincide com a realidade, pois compreende não só o vivido, como também a subjetividade fluída, emoções, afetos, hábitos, comportamentos e imagens e, portanto, também se refere ao conjunto da civilização no que se reporta as normas e leis. Deste modo, é a base a partir da qual o modo de produção se afirma quando engendra um espaço e tempo sociais, constituindo-se em sistema pela programação do mesmo cotidiano. Assim, o modo de produção se realiza no cotidiano e este é produto daquele.

A produção do cotidiano no mundo moderno vincula-se à ampla difusão do consumo que criou o reino da mercadoria conseqüentemente possibilitando a penetração das relações capitalistas na esfera doméstica associada à necessidade de reprodução do capital através da reprodução das relações sociais que produz um modo de vida, um modo de consumo, um tipo de consumidor, valores e necessidades. Isso significa que a difusão do mundo da mercadoria como condição da reprodução passa pela desagregação do modo de vida tradicional e da construção de um novo, em que as relações passam a ser mediatizadas pela mercadoria e pelo mercado. Nesse sentido, as formas de dominação se estabelecem em todos os níveis da vida englobando o conjunto das relações sociais e desta forma o mundo da mercadoria invade a vida das pessoas para além do espaço da fábrica. Tudo é vendido e comprado através do estabelecimento de uma cadeia de equivalentes (baseada no contrato de aceitação da troca) reproduzida no ato troca-venda. Só que esta cadeia de equivalente baseia-se, para Lefebvre,[63] na equalização do desigual pois, a lógica do equivalente realiza, socialmente, a lógica abstrata da mercadoria (das cadeias e circuitos da troca). A relação formal tem sempre um conteúdo (o objeto material), todavia o lado formal da troca se afirma e se desenvolve acima dos conteúdos; os objetos mudam ao

---

[62] Clarice Lispector, A cidade sitiada.

[63] De L'Etat, volume III.

passo que a forma se mantém. Os conteúdos se representam (signos símbolos, representação), as formas tornam-se presentes e elas se assenhoram enquanto os conteúdos se separam.

Nesse sentido a forma abstrata se realiza e aprofunda-se a contradição uso/troca. A mercadoria se torna a substancialidade e a potência reificadora do mundo. É assim que no cotidiano tudo tende para o equivalente - no seio do sistema de equivalentes se produz um nivelamento sobre a média social abstrata. Mercadorias e objetos parecem ter mudado de sentido, pois ao invés de designar uma simples coisa o objeto material torna-se estratégico visando à manutenção da reprodução das relações sociais. No limite, a chamada sociedade pós industrial produz um cotidiano programado que cria um espaço e tempo abstratos, vazios de conteúdo, mas que têm existência concreta que se transformam em formas mistificadoras. Segundo Lefebvre,[64] espaço e tempo aparecem como abstrações concretas pois entram na prática social como modo de existência real. O uso se torna mistificador e o cidadão se transforma em um simples usuário que se resume a reivindicar o bom funcionamento dos serviços. Nessa perspectiva, o cidadão não percebe que assim "reduzindo-se, afogou-se todo no supérfluo e não vive de outra forma".[65]

No atual cotidiano, o tempo social passa por um processo integral de quantificação a partir da medida do tempo de trabalho e seu conseqüente grau de produtividade. "*Time is money*", diz um dos personagens de AVALON. Foi a partir da quantificação do tempo do trabalho que a quantificação ganhou a sociedade inteira e a partir dela se constitui o cotidiano que representa a generalização da racionalidade industrial, a quantificação absoluta –elemento que produz a abstração. Como decorrência deste processo, ocorre a homogeneização e esmigalhamento dos ritmos e dos ciclos da natureza pela linearidade. É assim que o tempo se projeta no espaço pela medida, aparecendo nas coisas e produtos: no relógio, nas fotos, nos objetos, na memória.

No mundo moderno, espaço e tempo não escapam ao reino da mercadoria que se transforma em equivalente passível de ser medido. No limite compra-se - vende-se o tempo. O filho de Sam é um vendedor, quando sua mãe lhe pergunta o que vende, responde: "tempo". Vende o horário da televisão dedicado aos comerciais que programa o cotidiano pelo ato de consumo, pois o capitalismo tende a reduzir a diferença a homogeneidade. É neste sentido que a expansão e desenvolvimento dos processos apontados, tendem a reduzir toda sociedade a um mesmo modelo (a sociedade de consumo) a partir das estratégias da reprodução das relações de produção que vão programar o cotidiano. A lógica reina e retém a identidade elaborando uma equivalência através de um conteúdo simbólico. O conteúdo e a identidade, esvaziados, tendem a destruir a diferença. No trajeto histórico da produção, o objeto (produto do trabalho abstrato) reduz-se a um signo e o objeto perde o sentido, no momento em que a generalização da mercadoria tornou todas as coisas equivalentes.

Para Lefebvre, a prática social no neo-capitalismo (que se define pela vida cotidiana) associa estreitamente, no espaço percebido, a realidade cotidiana (emprego de tempo) e a realidade urbana (os percursos e as redes ligando lugares do trabalho e da vida privada, os lazeres), onde o espaço urbano aparece como o território no qual se desenvolve a modernidade e a cotidianidade no mundo moderno como a forma geral da reunião e da simultaneidade - aquela do espaço temporal na nossa sociedade. O urbano contemplando uma grande variedade de fatos que manifestam as condições da vida, sublinham o que se passa e tem lugar fora das empresas e do trabalho (ainda que ligado à produção por múltiplos aspectos).

Todavia a análise do cotidiano nos aponta para o fato de que o social não é redutível ao econômico (caracterizado por relações de produção e de propriedade), mas refere-se às relações entre os indivíduos e o

---

[64] Idem.

[65] Pirandello, *op cit*, p. 25.

grupo e destes com a sociedade, manifestando-se como o lugar dos conflitos entre o racional e o irracional, entre o efêmero e o que persiste, o lugar onde, para Lefebvre, se formulam os problemas da reprodução no sentido amplo, isto é, a forma como é produzida a existência social dos seres humanos.

A relação do homem com o mundo aponta para um duplo sentido: de um lado a produção da humanidade do homem, de outro, a reprodução ininterrupta do próprio mundo. Esse processo, que se desenvolve de modo contraditório, é apreendido no nível do imediato enquanto nível da realização do ser social que extrapola aquele do modo de produção e diz respeito à civilização de um modo geral. Nessa perspectiva, o cotidiano deve ser entendido na sua relação com a reprodução da vida em suas múltiplas dimensões o que acrescenta algo de novo na produção (do qual a produção do cotidiano é um exemplo). Assim, o processo de reprodução não passa apenas pela produção de coisas uma vez que ela a envolve e a ultrapassa, mas a produção revela um sentido mais profundo que é o da produção do ser humano no curso da história.

MORFOLOGIA E TEMPORALIDADES URBANAS - O "TEMPO EFÊMERO" E O "ESPAÇO AMNÉSICO"

"as pedras da cidade, enquanto permanecem,
sustentam a memória"
Ecléia Bosi

A análise da morfologia da cidade revela uma dimensão que não é apenas espacial, mas também temporal, ao mesmo tempo em que, aponta uma profunda contradição nos processos de apropriação do espaço pela sociedade. Isto ocorre porque o espaço urbano é produto da materialização de relações sociais que se realizam – em um determinado momento - enquanto emprego de tempo. Essa indissociabilidade tempo – espaço ganha dimensão quando analisada através da mediação do **uso,** que revela os modos de apropriação. Isto é, na análise geográfica, o tempo se revela no modo de apropriação do espaço, através do uso do espaço como condição de realização da vida humana.

A cidade que se vislumbra a partir de suas formas, enquanto construção humana, acumulação de tempos, diz respeito à história da humanidade e nos remete à questão da "longa duração", mas ao analisarmos a metrópole hoje, percebemos que o tempo acelerado desta degrada o "eterno e o contínuo" impondo-nos a "curta duração". Ao sincrônico impõe-se o diacrônico, e os tempos se acumulam contraditoriamente como simultaneidade de momentos diferentes. Nossa nova condição no mundo propõe a mutabilidade constante, lei que se impõe à reprodução espacial, tornando atual não só as palavras de Goethe, segundo o qual "tudo se movimenta como se o mundo, o mundo formado quisesse se desmanchar retornando ao caos e á noite e formar-se de novo"[66]. Nesta situação, o homem estaria condenado "a mover-se no tempo presente", agora segundo palavras de Richard Wagner.[67]

O período atual sinaliza uma brutal transformação no tempo e nas formas de vivê-lo, mas se a chamada "pós-modernidade" é marcada pela instantaneidade no que se refere ao tempo, o tempo enquanto uso, isto é, identificado como duração da ação no espaço e revelado nos modos de apropriação, é hoje um tempo acelerado, comprimido e imposto pelo quantitativo.

Tal instantaneidade do tempo traz como conseqüência o esmaecimento da memória impressa no espaço, provado pelo desaparecimento dos referenciais da vida humana. Neste contexto, a aceleração do tempo torna as formas da cidade obsoletas sem que se quer tenham envelhecido como decorrência do fato de que a relação espaço – tempo na sociedade atual é acelerada pela técnica como condição da reprodução capitalista. Esse fato impõe a passagem da qualidade para a quantidade – o tempo da atividade produtiva revela-se abstratamente,

---

[66] Goethe de Pietro Citati. Cia. das Letras, São Paulo, 1996, página 42.
[67] Nietzsche - Correspondência com Wagner – Guimarães Editores, Lisboa, 1990, página 54.

através de sua quantificação e por sua vez exige a produção de um espaço capaz de viabilizar a circulação do produto, tornando, também o espaço, abstrato.

A quantificação do tempo e do espaço atravessa as relações presentes na sociedade, penetra o universo do cotidiano do cidadão, não só pela constituição de uma rotina altamente organizada, mas pelos atos, gestos, modos de uso dos lugares da vida. Com a quantificação do tempo,[68] o capitalismo invade a sociedade, o que significa dizer que as condições de rígido controle do tempo, que no processo de produção definem a produtividade, se estendem à esfera da vida privada e, deste modo, a necessidade de um novo tempo de produção atinge as relações cotidianas. Nesta condição transformam o espaço da vida através das mudanças do tempo da apropriação e no fato de que os usos se tornam produtivos, eliminado-se, tendencialmente, os espaços cuja apropriação se realiza fora do mercado. Espaço e tempo são redefinidos pela possibilidade de geração de lucros, logo quantificados e desta forma realizam concretamente a abstração.

Espaço e tempo abstratos redefinem constantemente os usos e com eles os processos que criam a identidade, acabando por destruir as condições nas quais se gesta a memória coletiva. Nesse contexto, a espacialidade das relações sociais se inscreve num espaço que se reproduz, tendencialmente, sem referências. Esse é o processo que está na gênese do que chamo de **espaço amnésico,** um processo que enfoca a ruptura, uma mudança que não se apresenta como gradual, mas como produto de uma ruptura brutal, "era e não é mais", diluindo os referenciais se diluem no espaço da metrópole e, com ele, os traços em que se baseiam a construção da identidade, produzida pela vida de relações, no interior dos bairros.

O espaço urbano como produto social, em constante processo de reprodução, nos obriga a pensar a ação humana enquanto obra continuada, ação reprodutora que se refere aos usos do espaço onde tempos se sucedem e se justapõe montando um mosaico que lhe dá forma e impõe característica a cada momento. Atualmente na metrópole, o tempo e espaço homogêneos tendem a se instituir como condição necessária da reprodução do espaço que vai se estabelecendo pela impossibilidade do uso, e com isso pela quebra do reconhecimento em relação ao lugar e com o outro. O plano que a morfologia da metrópole revela é aquela de uma nova ordem, que impõe novos valores e comportamentos e que compõe uma nova identidade (o que chamamos de **identidade abstrata,** posto que mediada pela mercadoria, ou seja, as relações sociais se realizam através dela). No plano do espaço as mudanças ocorrem, por exemplo, a partir da mudança de sentido dos espaço públicos e dos modos de entender a cidade como espaço onde se desenvolve a vida.

A questão que se coloca é como o homogêneo se impõe e, conseqüentemente, como se constituem as forças que sobrevivem e resistem a ele.

Cada espaço, ainda que interligado a uma totalidade que se auto-constrói ao longo da história, tem sua especificidade vinculada ao entrecruzamento de tempos diferenciados. Nosso ponto de partida será o tempo presente, impresso na morfologia urbana da metrópole - uma morfologia que revela o entrecruzamento de momentos e, com isso, uma história humana como realização da vida no espaço e através dele. Por outro lado, a morfologia urbana não revela a gênese do espaço, mas aparece como um caminho seguro para a análise do modo como passado e presente se fundem nas formas, revelando as possibilidades abertas no presente. Não se trata, entretanto, de colocar uma questão de evolução, mas de entender a dinâmica da reprodução espacial hoje em seu fundamento, o que traz uma mudança significativa de enfoque – na medida em que a proposta é

[68] "Desde a industrialização o tempo tornou-se uma norma central de julgamento e avaliação da sociedade urbanizada, notadamente pela temporalização de todas as dimensões do mundo do trabalho". Franck Scherrer) In: Revista " le courier du Cnrs" dossie, La ville, página 67, n. 81 , Paris ,1997.

a de pensar as transformações no e do uso. Neste caminho, a morfologia permite apreender estabilidades provisórias, equilíbrios momentâneos; colocando-nos diante da duração daquilo que se rompe e daquilo que persiste; assim expondo a dialética da continuidade/descontinuidade, mas também revela a propriedade privada como fundamento do processo de produção do espaço urbano, pois nos situa diante das desigualdades no uso.

Na morfologia encontramos as marcas daquilo que resiste e daquilo que traz a marca da transformação, marcas de mudanças, mais ou menos radicais feitas pelas operações cirúrgicas do planejamento funcionalista, que visa à realização da acumulação continuada. Uma sincronia quebrada por rupturas que aparecem nas formas nas quais se manifestam as mais diversas estratégias dos agentes que produzem a cidade – voltadas à reprodução das frações do capital. Nesse patamar, se entrevê as articulações entre os tempos lentos/rápidos/efêmeros que mediam as relações na metrópole, enquanto no espaço e se lê a continuidade/descontinuidade, processos que denunciam as rupturas.

O tempo, enquanto presente, aparece sem espessura e o passado, enquanto memória impressa nas formas, se transforma na privação da identidade advinda da prática sócio-espacial real. Deste modo, o uso prende-se a um espaço onde o sistema referencial é marcado pela privação da presença.

Mais do que um fenômeno de curta duração, estamos vivenciando a imposição do "tempo do efêmero" apontando a instabilidade do tempo presente, o que produz relações vazias, criando a percepção de estranhamento do indivíduo diante da metrópole. Estranhamento porque a rapidez das transformações na metrópole obriga as pessoas a se readaptarem, constantemente, às mudanças impostas pela produção espacial. O redimensionamento automático das ações e dos passos impõe o aniquilamento das relações com o outro. É assim que as transformações na metrópole vão destruindo as relações de vizinhança, subtraindo os lugares do culto, esvaziando as ruas, deteriorando as praças, transformando os lugares das compras. Os bairros tornam-se inóspitos à "vida de relações", em conseqüência das mudanças promovidas nas formas e nas funções urbanas, que se modificam rapidamente, umas se sobrepondo às outras, constantemente.

A violência da transformação morfológica está associada, na metrópole, às intervenções urbanas que mudam, sem cessar, os usos dos lugares e com estes as modalidades e os tempos do uso. Ao transformar a morfologia, reduzem-se as possibilidades dos usos, esses entendidos como momentos essências da vida, em sua transformação radical, que fazem explodir as relações sociais tradicionais pela mudança nas funções do lugar (a rua é agora lugar de passagem, a praça está cercada e vigiada, o shopping center se descobre como lugar de lazer – a compra como lazer) dentro da metrópole, bem como da transformação do lugar em si. A articulação destes dois elementos influencia o valor do solo urbano na medida em que provoca a valorização da área, ao mesmo tempo em que, deteriora o uso. Ao alterar-se o uso, obriga-se as pessoas a se readaptarem, o que traz como conseqüência, a transformação das relações de sociabilidade, um exemplo disto seria o eclipse da rua tirou as crianças das calçadas e impôs um outro ritmo aos passos dos adultos. Mudam-se enfim os comportamentos, porque muda a relação espaço público/espaço privado; construído/não construído, e de maneira mais geral, o que diz respeito ao individual e ao plano de realização do coletivo.

A duração se liga àquela das práticas que por sua vez se vinculam ao uso - um uso limitado - geralmente expresso pelo construído, pelo traçado e largura das ruas e avenidas, pelo fluxo, tipos e densidade da freqüência. O movimento se descobre associado às formas da cidade abrindo-se para a ordem próxima - localizável e

pontual. Uma forma que se metamorfoseia e, nesse movimento, ganha o sentido de um processo em realização - conteúdos que se transformam e se inserem em novas formas.[69]

A metrópole de São Paulo é cortada por vias de transito rápido, como opção de um "urbanismo de fachada" que busca uma solução técnica para os "problemas" de uma metrópole com vistas ao desenvolvimento do sistema viário que vai se desenhando a partir de idéias de circulação sobre pontes e viadutos, cada vez mais modernos, símbolos da rapidez imposta pelas transformações no processo produtivo. Nesta dimensão, a cidade vira força produtiva e a lógica da transformação da cidade acompanha a lógica da reprodução do capital. Tal fato entra em contradição com a produção da cidade enquanto possibilidade de reprodução da vida humana, voltada para a criação e uso dos espaços "improdutivos".

A nova racionalidade que visa o aumento da circulação, propiciado pelo aumento da velocidade das comunicações, liga, entre si, os pontos no espaço que concentram o setor produtivo e o de serviços permitindo uma interconexão, cada vez mais rápida e densa entre estes pontos, mas ao fazê-lo, o que permitia unir estes lugares traz, contraditoriamente, o seu isolamento, com a privatização da vida cotidiana.

Os bairros apresentam características cada vez mais transformadas – derrubam-se casas para se construir edifícios e com eles a verticalização da cidade. As praças dão lugar a estacionamentos, derrubam-se árvores que nascem em meio aos traçados das vias de trânsito que se quer ampliar; as estratégias do setor imobiliário se impõem, realizando a propriedade privada do solo urbano. Deste modo percorre-se a metrópole sem que se perceba as nuances que, historicamente, marcaram os lugares da cidade, produzidos como lugares da vida. Tudo se parece inexoravelmente, pois a ditadura do "moderno" impõe-se de modo incontestável.

O contato com a cidade é o reconhecimento da vida e das práticas urbanas, ao mesmo tempo em que é uma prática urbana. O processo de urbanização da sociedade se faz de modo ininterrupto, porém, sucessivamente. No contexto do processo de explosão e / ou transformação das formas urbanas mudam-se também (mas, não necessariamente) as funções e estruturas dos lugares da cidade, mas de forma descontínua, e graus de intensidade diferenciado em lugares diferentes do globo, apesar de articulados pelas mesmas tendências. Tal processo acaba produzindo o vazio no cheio - é o fundamento do que chamo de espaço amnésico – um espaço sem referências e inóspito à vida, porque limita e restringe as modalidades do uso. Nesse contexto, o uso, que se revela no espaço como modo da reprodução da vida através dos modos apropriação enquanto duração, associa-se às regras de um espaço normatizado e homogêneo.

Há, no entanto, continuidades e descontinuidades que se combinam como conseqüência do espaço/ tempo urbanos, traduzindo a divisão do espaço urbano nos "lugares da metrópole" com suas rupturas de ritmo, poderes desiguais, estrutura de classes diferenciadas. Movimentos, construções, transformações do tecido urbano; uma história que do ponto de vista espacial torna-se morfologia. É aí que a presença da acumulação de tempos – o suporte material justapõe tempos – marca a temporalidade diferenciada na cidade e mudar completamente as estruturas materiais da cidade exigiria a ação da "longa duração".

O processo de reprodução espacial metropolitano que se faz a partir da articulação entre formas antigas que sobrevivem à devastação imposta pelo "novo", é marcado por relações diferenciadas e pela articulação de tempos diferenciados. O tempo aparece – como já assinalamos - como efêmero em decorrência da imposição de uma nova racionalidade instituída pelo processo produtivo assentado no desenvolvimento da técnica; uma racionalidade que permeia e redefine o planejamento da metrópole como conseqüência de um "novo" modo

[69] O sentido da forma transcende a forma em si, da fachada de suas construções, de sua área interna, de seus usos determinados ultrapassando seus limites formais e funcionais.

de ver a cidade em sua dimensão espacial. O uso cada vez mais normatizado do lugar produz um "espaço amnésico" em relação direta com o "tempo efêmero". A duração aparece como problema, na realidade a efemeridade das formas na estrutura da cidade aparece na morfologia urbana. O sentido da forma, por sua vez, transcende a forma em si, da fachada de suas construções. "Criadas as formas tem o poder de durar - história cristalizada mais do que imóvel, envolvendo a história móvel de conteúdo".[70]

Nesse quadro o processo inevitável de dissolução de antigas formas produz o irrisório, a pobreza da vida cotidiana, uma vez que as possibilidades de apropriações, os tempos e ritmos, os espaços qualificados e diferentes da cidade tradicional se esmaecem em meio às formas do "moderno". Nesse contexto, a sociedade urbana tende à dissolução da vida tradicional posto que submetida a pressões e coações.

Algumas questões podem ser apontadas, como por exemplo qual seria a base na qual se funda a pratica social em marcha nos grandes centros urbanos? No que se tornou a forma, estrutura e função urbanas no quadro da explosão da cidade e da urbanização generalizada?

As idéias, aqui apontadas, precisam ser relativizadas, pois não há inexorabilidade no processo de reprodução espacial, mas tendências e contradições que se renovam.

As mudanças espaciais na metrópole sempre ocorrem de forma violenta, em um ritmo acelerado como decorrência da mudança constante das direções de fluxo, do traçado ou do alagamento de ruas e avenidas, como uma necessidade imposta pelo escoamento do trânsito, como resultado das tendências do mercado imobiliário, das mudanças da lei de zoneamento, notadamente como decorrência das mudanças de função dos lugares do espaço metropolitano. São transformações, decorrentes da ação do Estado, algumas delas sob a forma de renovações urbanas que não transformam uniformemente toda a cidade mas, partes da metrópole e, mesmo assim, iluminam o que acontece aos usos e ao sentido do espaço para a reprodução da vida, já que com a mudança da morfologia há também uma mudança de sua função. Com isso redefinem-se, constantemente, os lugares dentro da cidade.

Como esses conjuntos não pertencem, exclusivamente ao domínio das formas, das práticas sociais, podemos afirmar que a morfologia está carregada de um valor social que também faz parte do quadro de referências da vida e, por isso, entra no plano da memória, revelando seqüências de passagens de uma forma à outra. Por sua vez, podem assumir funções diferenciadas. Significa pensar que os ritmos da vida cotidiana se ligam à duração das formas e de suas funções e estas à construção da identidade e da memória. O que assistimos é a constituição de uma outra identidade com o lugar, ou seja, a dos moradores com estes novos "monumentos" da vida cotidiana moderna. Como as formas se associam ao uso, dois tempos podem ser percebidos na paisagem urbana, que são aquele da história e do contexto de sua transformação e aquele do contexto e do tempo do seu uso. O primeiro tempo liga-se ao tempo da morfologia urbana ou da história da cidade e o segundo refere-se ao tempo e ao ritmo da vida na cidade o qual permite a construção das referências da vida urbana (no tempo da vida).

As cicatrizes urbanas, que marcam cada vez mais os bairros, separam e segmentam os lugares, e com isso mudam o sentido da existência humana, que vai perdendo sua riqueza pelo enfraquecimento das possibilidades de sociabilidade. As transformações geram um constante movimento dos habitantes no espaço alterando profundamente as relações no bairro. As mudanças, por sua vez, produzem a perda das referências de conhecimento, posto que se alteram as relações de vizinhança e com isso a prática espacial pelas limitações

[70] M. Roncayolo, *op cit*, página 64.

impostas ao uso. Antes as pessoas se encontravam nas compras, as crianças brincavam nas ruas, os pais deixavam as cadeiras nas calçadas para acompanhar os filhos, conversavam com o vizinho e hoje as pessoas não se conhecem mais.

O comércio local, presente nos bairros, tende a mudar; o açougueiro não é mais o mesmo; mudou o tintureiro e, substituído pelas lavanderias, ele não vem mais buscar a roupa como se fazia "antigamente"; ficou difícil parar na porta da padaria; a sapataria fechou. Na realidade, o pessoal de serviços muda mais, não há permanência. O comércio, na verdade, mudou radicalmente, e em muitos bairros da metrópole, agora pontuada por supermercados e shopping centers com suas "áreas de serviços". Também, ficou muito mais difícil atravessar a rua. Esses são alguns fatos que atestam as transformações na cidade, nos seus espaços públicos, mudando a cadência da vida no bairro.

A metrópole, cortada por vias de transito rápido, por anéis de articulação, pela construção dos corredores viários, vai introduzindo novos hábitos, que aparecem para os jovens como naturais. O plano das ruas revela a nova ordem da cidade imposta pela nova ordem urbana. A cidade se segrega, se esvazia, a sociedade urbana com seus novos valores vai compondo uma nova identidade em espaços semi-públicos (particularmente os shoppings), a partir de valores impostos pela sociedade de consumo, sob a lei da troca de mercadorias. Isto porque a racionalidade exacerbada na metrópole moderna é marcada por mecanismos de planejamento que ganham materialidade no traçado da cidade e nas limitações do uso, impondo controle a toda a sociedade urbana. O planejamento resumido à estruturação da circulação leva, no limite máximo, ao ideal de cidade funcional, onde o processo produtivo, assentado na diminuição do tempo, permite o aumento da produtividade e, no mesmo processo, transforma o tempo social em um tempo produtivista, invadindo o cotidiano e resumindo a cidade à circulação.

Por sua vez, os movimentos sociais, que surgem na metrópole questionando o modo como se planeja e se vê a cidade, permitem concluir que a sociedade reinventa a vida reconstruindo o mundo, posto que a inventividade caminha junto aos processos de planejamento e renovações urbanas que, cirurgicamente, vão pontuando a metrópole obrigando a emergência de estratégias sempre renovadas. Desta forma, como um pensamento que vaga passando de uma imagem a outra, a cidade, ela própria, vai se transformando rapidamente como se passasse de uma forma a outra fluídamente sem fixação, como um turbilhão, uma imagem "autofágica" da metrópole produzindo o "espaço amnésico".

Mas seria ingênuo acreditar que há uma irreversibilidade neste processo e que a sociedade está fadada a se submeter a essa inexorabilidade imposta pelo processo de reprodução como instância espaço – temporal. Assim, se de um lado, a relação espaço-tempo é cada vez mais marcada pela constituição de um tempo efêmero e de um espaço amnésico, por outro, se abre a perspectiva de construção de uma outra cidade com um outro tempo, concretizando-se em um uso capaz de produzir a identidade nos interstícios espaciais que sobrevivem resistindo à fúria do "trator". Pois o modo de apropriação pelo uso, liga-se ao cotidiano dando-lhe sentido, articulando a memória e agindo, significativamente, na construção da identidade, o que nos mostra que existe uma ligação de modo inexorável entre cotidiano/lugar/identidade.

O lugar concretiza as relações, e nesse patamar, se vislumbram as articulações contraditórias entre tempos diferenciados. O uso liga-se à idéia de identidade, que se constrói, no lugar, através das relações que permitem o desenrolar da vida cotidiana.

É assim que o uso ganha significação especial, produzindo a identidade do cidadão com o lugar pela realização das relações sociais e, nesta condição, liga-se à produção da memória que se constitui como produto

de um processo de identificação real; uma identidade que se refere ao lugar da ação (do uso), que permeia a vida e faz com que ela se realize.

O que marca e determina as relações entre as pessoas e entre elas e a cidade é o uso, e é por isso que no espaço se lê a continuidade da história enquanto duração, bem como as mudanças que se exprimem em distintas funções (que duram ou se modificam). A morfologia, que serve para a realização da função na prática social, revela uma história em que o tempo que se concretiza no uso produz a identidade, materializando-se na memória.

Na realidade há resíduos que apontam as possibilidades contidas no cotidiano, e que ainda resistem nos bairros "semi–arrasados" pelo "ideal de progresso". E nesse sentido a amnésia pode ser entendida como "ausência de memória", não como perda total, ou como produto do poder da abstração, pois o cidadão, mesmo preso ao universo da necessidade e a um cotidiano repetitivo e submetido a banalização do sentido do humano pela normatização exacerbada do uso, é um ser que deseja.

Assim, se a "ausência de memória" pode ser entendida como um processo que diz respeito ao sentido da não-identificação do habitante em relação ao lugar precípuo da vida, esta se apresenta, na cidade, em sua reversibilidade. Há, latente no lugar, os germes da vida, que fogem ao normatizado e que se impõem como conseqüência do processo de reprodução espacial que tende a eliminar/destruir o que existe. Deste modo, pode-se ler o amnésico como um estado, um momento a ser superado e a memória, portanto, é também a possibilidade do resgate do lugar, anunciando uma outra dimensão para a relação espaço/ tempo.

Define-se, portanto, no cenário moderno, um quadro que tende a transformar o tempo, em tempo efêmero e o espaço em amnésico, tendências esboçadas que caracterizam a urbanização no momento atual. Marcam um processo que é desigual, apesar da imposição crescente de uma tendência que caminha para a constituição de um espaço homogêneo. Mas apresentam-se, dialeticamente, como seu inverso. O lugar ilumina este processo e é por isso que ele surge como ponto a partir do qual se pode pensar a metrópole, uma vez que o cidadão metropolitano habita lugares da metrópole onde se desenvolve a vida e não a metrópole como um todo, e aponta outras categorias imprescindíveis à análise - o uso (conseqüentemente a apropriação) e o cotidiano.

A Metrópole Polifônica-Poliorâmica

"il y a peu d´évenements qui ne laissent au moins une trace écrite"
Georges Perec

Este capítulo[71] traz o desafio de pensar as mutações e persistências do processo de reprodução do espaço da metrópole, capazes de caracterizá-la no período atual. Ao enfocarmos a análise do período histórico atual, no entanto, uma observação se faz necessária. Não vou caracterizar o momento atual, como pós-moderno, pois não estamos vivendo uma ruptura significativa no plano dos processos capazes de caracterizar um novo período da história, substancialmente diverso daquele definido como moderno e a consideração do processo de mundialização, há séculos anunciado, ainda não se completou. Assim, as rupturas não são, substancialmente, profundas, o que significa dizer que o cerne da reprodução não se altera, mas sim, o modo como se realiza superando e criando novas crises e produzindo novas contradições, isto porque as condições de existência do capitalismo não são estáticas e o modo de produção modifica-se transformando o mundo, resolvendo crises, eliminando e criando contradições. Deste modo, a caracterização desse momento como pós-moderno ou pós-industrial, longe de elucidá-lo, tem contribuído para seu encobrimento.

O desenvolvimento da análise sobre o momento atual se baseia no fato de que o processo de constituição da mundialização - que se realiza concretizando uma possibilidade histórica - transformou as relações espaço-tempo a partir das necessidades impostas pela reprodução do capital, na medida em que a técnica é, cada vez mais, uma força produtiva que transforma o espaço em distância e o tempo em duração, pois a aceleração técnica se produz como necessidade de superar a crise do capitalismo esboçada nos anos 70. Nesse contexto, o novo paradigma da mundialização nos coloca diante da mundialidade do espaço, bem como do processo de constituição da sociedade urbana que tem na metrópole seu ponto de maior expressão. Não podemos negar que as cidades pequenas e médias apresentam atualmente transformações significativas, mas é a metrópole que assume a função de comando e de irradiação dos processos transformadores, portanto o lugar de onde se lê, de forma privilegiada, o mundo urbano.

Como em cada momento da história, a cidade assume expressão e sentidos diferenciados, outra questão se impõe: como a metrópole pode expressar o movimento do mundo contemporâneo, apontando para o seu entendimento?

A cidade, obra humana, revela as possibilidades do processo civilizatório e enquanto momento presente, ela existe pela "acumulação de tempos do passado" que entram em conflito com o tempo presente no qual se

[71] Uma versão deste texto foi publicada em Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas, Org Maria E. Beltrão Sposito, Ed. UNESP/Gasper, Presidente Prudente, 2001, pp. 59/72.

realiza a destruição **dos referenciais urbanos**. Tal destruição é produto da rapidez com que a morfologia se transforma, redefinindo a prática sócio-espacial que nos faz mergulhar nos dias de hoje na "vertigem do vácuo". A cidade, obra humana feita para durar, produto do tempo acumulado, entra em contradição com a cidade que se refaz para e pela troca – como realização do valor de troca - reorientando a prática sócio-espacial metropolitana. Aqui o espaço, em constante mutação, e o tempo, em processo de aceleração, produzem uma nova dinâmica. Esta dinâmica sinaliza uma direção inexorável: a metrópole se reproduz numa relação de exterioridade em relação ao cidadão, revelando a alienação percebida na qualidade de estranhamento.

Na metrópole do início do século XXI, o futuro parece ameaçador. São Paulo parece se transformar em uma "imagem de excesso" que produz uma morfologia permeada de vazios, logo de ausências. Este momento, que aparece como aquele dos medos e das ameaças, é o período no qual impera a ideologia do anti-urbano, da anti-cidade, do caos, que apontam para a impossibilidade da cidade-obra. Nesta vertente de raciocínio, a metrópole aparece violenta em seu gigantismo, indecifrável; delineando, no horizonte da "pós-modernidade", o espaço onde impera um presente sem espessura, que nega o passado (o tempo acumulado nas formas da cidade), descortinando um futuro sombrio e nesta medida a metrópole assume o papel do leviatã.

Como horizonte político, as possibilidades de domá-la atrelam-se às condições da técnica no quadro da gestão empresarial da metrópole, inaugurada pela parceria entre o governo e a empresa privada. Reduzida à sua função econômica, a cidade perde seu sentido e com isso o chão fértil para a realização utópica da cidade passa, antes, pela reprodução da cidade construída para atender as condições de produção *stricto sensu* do que pela realização da vida. Nesse aspecto, a negação da cidade é a negação da obra, logo do humano.

Tomando, porém, uma direção oposta propomos, como caminho para o desvendamento do sentido da metrópole neste momento da história, a reflexão em torno de uma noção central que é aquela de reprodução. Esta perspectiva nos permite pensar no estabelecimento de **uma nova relação espaço-tempo** que impregna, delimita e orienta a prática espacial metropolitana e que se constitui enquanto categoria de análise reveladora de uma nova contradição: o descompasso entre o tempo das formas urbanas e aquele da vida urbana; o modo como o espaço da metrópole se reproduz na articulação entre permanências e transformações. Essa relação espaço-tempo que se redefine é que caracterizaria o momento atual e pode ser entendida através da vida cotidiana na metrópole.

A vida cotidiana revela que o tempo, impresso na morfologia urbana, perde substância, com isso a prática se torna fluída, sem aderência, enquanto o espaço, em sua constante mutação, marcado pela destruição constante dos referenciais da vida urbana, se transforma em distância. Espaço e tempo redefinidos aparecem como condição de um processo de reprodução que tem no desenvolvimento técnico sua pedra de toque e neste caso, espaço e tempo se transformam em quantidade, esvaziando-se de significado. O tempo irradiado pela técnica vira velocidade, enquanto o espaço se transmuta em distância a ser suprimida. Nesta condição, espaço e tempo, tornados abstratos, se esvaziam de sentido produzindo uma nova identidade cidadão-cidade pontuada pela constituição de uma identidade abstrata como decorrência da perda dos referenciais, do empobrecimento das relações sociais e como imposição do desenvolvimento do mundo da mercadoria definida pelos parâmetros (atuais) da reprodução do capital.

A imposição de uma exigência, cada vez mais racional e técnica ao processo de produção do espaço, imprime uma nova velocidade às mudanças que penetram de forma cada vez mais profunda no cotidiano, criando um conjunto de escolhas cada vez mais limitado, numa morfologia urbana que se esfacela transformando a prática sócio-espacial. A sucessão de acontecimentos parece envolver a vida cotidiana em um turbilhão de sensações desconexas. A velocidade impõe uma revolução à continuidade enquanto a queda de referenciais

urbanos impõe a estranheza das relações entre o habitante e a cidade - como se a vida estivesse sendo determinada ou manipulada por um elemento mágico que seguimos, cegamente, sem nos dar conta do feitiço.

À imposição dos constrangimentos vindo das normatizações aos usos do espaço da metrópole associa-se seu planejamento autofágico, que cria o cenário propício à realização do **estranhamento** como produto da contradição entre o tempo (rápido) das transformações que o desenvolvimento do processo produtivo impõe à reprodução espacial e o tempo (lento) da vida que se realiza pelos diversos modos de apropriação da cidade, liquidando com a criatividade nos usos (e com estes a possibilidade dos acasos), bem como os desejos, reduzindo os cidadãos a meros consumidores. O efêmero e o amnésico se impõem redefinindo e re-qualificando a relação espaço-tempo no mundo moderno e ainda re-orientando a prática sócio-espacial na metrópole.

Assim, a reprodução do espaço se realiza com a profusão de formas simétricas que se impõem como único modelo possível, ao mesmo tempo em que fragmentado pelas estratégias imobiliárias e sinaliza o fato de que todo o espaço se revela em sua intercambialidade. No plano das representações, o progresso cria suas próprias formas - na metrópole a exuberância das obras de engenharia como pontes e viadutos ou mesmo arquitetônicas que produzem em aço e vidro os prédios inteligentes - impondo-se pela homogeneidade e altura. Cria-se, neste contexto, a paisagem da modernidade.

Por outro lado, em uma época em que a metrópole se transforma no maior centro aglutinador, receptor e difusor dos mais variados fluxos (em suas mais variadas intensidades), os espaços se hierarquizam (como decorrência da divisão espacial e social do trabalho) e as relações entre os cidadãos tendem a esvaziar-se em meio a explosão dos espaços de referências – portanto o espaço é homogêneo ao mesmo tempo em que fragmentado e hierarquizado (o que revela nesta tríade a lógica da reprodução capitalista). Nesse quadro se descortinam novas contradições que, uma vez detectadas, podem encaminhar o debate sobre cidade no quadro atual de constituição da sociedade urbana.

Do ponto de vista da reprodução do capital, a metrópole transforma-se na "cidade dos negócios", no centro da rede de lugares que se estrutura no nível do mundial com mudanças constantes nas formas. Neste momento a prática sócio-espacial se redefine no quadro da mundialidade e é neste contexto que se constitui a sociedade urbana, impondo novos padrões de comportamento a partir da construção de uma nova urbanidade a partir da predominância do objeto (nas relações sociais) e da emergência de um individualismo de massa, bem como a criação de uma ideologia que contempla a mercadoria transformada em signo que vai permear e redefinir as relações sociais.

No espaço da metrópole, a silhueta dos galpões industriais dão lugar a novos usos substituídos por altos edifícios de vidro, centros de negócios, shopping centers, ou mesmo igrejas evangélicas, como produto da migração do capital para outras atividades – turismo, lazer, cultura, informática, etc., o que reforça a centralização econômica, financeira e política da metrópole. A dinâmica espacial da atividade econômica em curso, que desconcentra a indústria da metrópole, traz em seu lugar as atividades voltadas ao setor de escritórios, e com esta, o pleno desenvolvimento do setor financeiro e dos serviços que necessitam, para seu desenvolvimento de uma nova infra-estrutura, como o setor hoteleiro, centros de convenções, centros culturais (com salas de espetáculo), pólos de lazer, todos se impondo à paisagem metropolitana a partir de suas novas estruturas arquitetônicas.

Mas estas transformações não atingem a metrópole como um todo, apenas partes dela e, mesmo assim, com intensidades diferenciadas, produzindo uma hierarquização dos lugares da cidade com o estabelecimento de uma nova divisão sócio-espacial do trabalho. Nesse contexto, assistimos à constituição de

novas centralidades e o esvaziamento de outras, em função dos novos usos como conseqüência das mudanças nos setores econômicos. Esse processo, que se realiza de forma concentrada no espaço como uma expansão do centro tradicional, cria uma nova aliança entre o Estado e os setores privados da economia, pois é necessário planejar o espaço para a realização destas novas atividades, visto que o centro congestionado aponta a constituição do espaço enquanto "nova raridade". Isto é, a nova atividade precisa constituir-se como centralidade, mas, na metrópole, o espaço no centro é raro, o que impõe a necessidade de sua expansão, só que esta possibilidade entra em contradição com o fato de que as áreas de expansão possíveis contíguas estão edificadas. Assim, a expansão do setor moderno da economia requer a produção de um "novo espaço" para sua realização como área de expansão do centro da metrópole. Nesta direção, as transformações no espaço geram **novas centralidades** que redefinem o fluxo e a divisão espacial do trabalho, isto porque os momentos de produção do espaço geram centralidades diferenciadas em função do comércio, dos serviços e do lazer. Por outro lado, as transformações das funções dos lugares da cidade geram o que chamo de "centralidades móveis". Nessas novas centralidades se associam os novos espaços de lazer e o novo centro econômico – voltado ao setor empresarial e de serviços – com suas novas formas urbanas e multifuncionais – com hotéis e flats, associando trabalho com hospedagem e ou moradia. Neste exemplo, os novos setores econômicos - gerando novas atividades de apoio e um novo modo de gerenciamento dos edifícios de escritórios associando novas funções a novos usos - atribuem uma nova configuração ao espaço, aprofundando a segregação pela valorização diferenciada do espaço e trazendo consigo a expulsão dos antigos moradores.

Esta questão aponta para as contradições geradas pela existência da propriedade privada do solo urbano reforçando a necessidade de uma aliança entre os setores públicos e o privado, pois só o Estado pode transformar a propriedade privada em "propriedade de interesse público". É assim que, através do mecanismo das operações urbanas, vai se constituindo uma área propícia ao desenvolvimento desta atividade. O que era fixo explode diante das Operações Urbanas na metrópole, liberando espaços para as novas atividades que só podem se desenvolver nos eixos centrais. É assim que áreas ocupadas são desapropriadas tornando-se amplamente mercadoria – posto que estas áreas construídas são devolvidas ao mercado através deste mecanismo, marcando a passagem da construção da cidade enquanto valor de uso, para a cidade construída sob a égide do valor de troca que transforma os espaço em mercadoria trocável e, nesta condição, orientando o planejamento político da cidade através da intervenção no espaço.

A cidade produzida como negócio, aparece através do modelo da cidade do automóvel priorizando o espaço vazio da circulação onde o primado do transporte individual se impõe com força, revelando as possibilidades da construção da "cidade enquanto vias expressas", símbolo da modernidade. Nesse contexto, o espaço público se transforma – esvaziando-se de sentido porque limita e coage os modos de apropriação – , o uso das ruas, por exemplo, modifica-se profundamente e elimina os pontos de encontro e, com isso, rompe as possibilidades do próprio encontro, enquanto a expulsão de parte dos moradores e a mudança das funções das construções (residências que se transformam em pequenos negócios de prestação de serviços, ou mesmo estacionamentos) rompem com as antigas relações de vizinhança, propiciando a perda da sociabilidade. O esvaziamento do sentido e das possibilidades de apropriação dos espaços públicos assinala a construção dos espaços semi-públicos em substituição à rua (é assim que os shoppings centers se proliferam e tornam-se centros de lazer).

Assim, o espaço público se esvazia de sentido e transforma-se de lugar onde se desenvolve a vida de relações, em mera passagem. Agora o umbral da porta define o limite entre o público e o privado redefinindo os modos de "morar na metrópole". O consumo de mercadorias como signo de felicidade e de bem estar se

impõe criando os padrões de um novo relacionamento na metrópole – constituída em lugares que incluem/ excluem, produzindo guetos pontuados por novas identidades em uma cidade explodida em amplas periferias, impondo uma nova dimensão nas relações centro- periferia.

O modo como o lazer se estrutura na metrópole é outro elemento revelador do momento de passagem da cidade entendida enquanto valor de uso para aquela que privilegia sua função de valor de troca, através do consumo do espaço a partir dos signos da sociedade de consumo. Como o lazer entra no circuito da mercadoria no contexto da mercantilização da cidade, impõe-se como necessidade a constituição de novas formas urbanas, como por exemplo, a construção de centros de lazer, muitos deles meros simulacros, a exemplo dos bares temáticos criando centros de visibilidade e de fácil identificação com os padrões da sociedade de consumo no espaço, um lugar de referencia da identidade abstrata. A produção de uma nova urbanidade se realiza pela mediação da mercadoria que constitui a sujeição do indivíduo ao conjunto de objetos/signos e, com isso colabora para a criação de um novo individualismo como conseqüência da fragmentação do indivíduo[72] .

Nesse sentido a questão da produção da identidade na metrópole moderna passa pela construção de uma identidade abstrata movida pela constituição de valores novos - uma identidade que se refere, cada vez mais, ao mundial – dentro dos parâmetros de constituição da sociedade urbana – em detrimento dos parâmetros locais fundados em uma cultura específica e diferenciada. Esses espaços atestam o movimento de passagem do "espaço de consumo para o consumo do espaço", redefinindo a segregação espacial a partir do uso que atrai o consumidor diferenciado e constituindo uma "centralidade móvel", associada a monofunção de lazer. É assim que os novos **lugares de consumo** se referem, ao mesmo tempo**, ao consumo do lugar**; reunião de lojas, bares, mercadorias expostas em vitrines como terreno do encontro a partir da reunião das coisas no lugar. Esse processo revela a extensão, no espaço, do valor de troca tornando estes lugares razão e pretexto das reuniões de segmentos diferenciados da população. Assim se constitui, espacialmente na metrópole, de um lado, o adensamento dos negócios constituindo os lugares concentradores das novas atividades econômicas, e de outro, a dispersão da sociedade num espaço fragmentado pelas estratégias dos empreendedores imobiliários associada a realização do valor de troca.

Mas a metrópole não se transforma integralmente, pois mesmo em um tempo que se pretende veloz, as mudanças sócio-espaciais não se realizam uniformemente, há resíduos e permanências que interagem e mantém sua existência em meio ao turbilhão de transformações. Isto significa dizer que a reprodução do espaço contempla, dialeticamente, inovações e permanências. Em meio a bairros totalmente descaracterizados pela "onda do progresso" - a partir da construção de obras viárias, do adensamento causado pela verticalização, pela mudança nas funções com a migração da indústria ou ainda pela construção dos grandes shoppings centers - há bairros na metrópole que resistem (em suas formas e nos conteúdos de apropriação dos lugares) ao "progresso". São lugares onde o pequeno, e significativo comércio de bairro persiste pontuando as relações entre vizinhos e guardando "paraísos de lazer", como os lugares escondidos de pescaria, ou lugares para festas a partir das reuniões de vizinhos. Assim, a dinâmica sócio-espacial que se realiza aprofundando potencialidades que dizem respeito a realização da produção no nível mundial cria e aprofunda contradições.

A análise da cidade aqui delineada aponta a necessidade de articulação não só dos planos locais e globais, mas, fundamentalmente, da imbricação que envolve as dimensões econômica, política e social, ausente nas análises sobre a "cidade global" feita, por exemplo, por Sakia Sassen que transforma a realidade em um simples

[72] Sobre a questão da nova urbanidade, ver capítulo "A construção de uma nova urbanidade" , *In*: "O lugar no/do mundo" Ana Fani Alessandri Carlos. Editora Hucitec. São Paulo, 1996.

conceito racional (que se pretende explicativo da cidade moderna). Para a autora, a idéia de cidade global associa-se à concentração de serviços avançados, principalmente, os setores de finanças se constituindo em centros de controle da economia globalizada, nó de uma rede internacional de espaços hierarquizados em um novo contexto da divisão do trabalho. Em sua análise, a autora acentua o papel central da tecnologia, limitando sua análises ao plano econômico e técnico, só eles capazes de produzir e explicar a nova dinâmica para a cidade. Seu trabalho tem recebido muitas críticas, basicamente em função da redução analítica a que seu modelo explicativo conduz. Beckouche,[73] por exemplo, chama atenção para o fato de que sua análise faz justiça ao que se pode chamar de determinismo tecnicista", enquanto que para Pierre Veltz[74], a idéia de Sassen é parcial pois o processo de metropolização, hoje, é mais complexo do que o modelo criado pela expansão da economia financeira (que não é suficiente para explicar sozinha a metropolização). Assim, para estes autores, a globalização seria um processo diversificado que não se limitaria as formas externas de centralização estratégica e financeira evocado. Já os conteúdos do processo de metropolização não se reduziriam aos setores ditos avançados. Para Roncayolo, a cidade global não seria, forçosamente, o lugar e centro da invenção, mas o lugar onde a invenção se efetua na ligação entre pesquisa e produção, mesmo porque há uma história e uma herança a ser considerada, "a herança da centralidade política e a concentração cultural acumulada que fazem de uma cidade global um gênero original".[75]

Tais críticas revelam a complexidade das transformações e a necessidade da consideração da complexificação das dinâmicas produtoras do espaço. Os conteúdos do processo de urbanização hoje, revelam o momento da reprodução em um outro patamar, implicando num processo espacial diferenciado, isto é, produzindo um espaço segregado, homogêneo, fragmentado. Por sua vez, é ainda necessário assinalar, que a extensão da troca, a expansão do mundo das mercadorias se realiza no seio da constituição da sociedade urbana produzindo um cotidiano normatizado, cooptado como condição – atual – da reprodução. Assim, o que está em jogo no período atual é o conjunto de novas **contradições** que marcam/emanam das práticas sociais em um momento precípuo do processo de reprodução. Portanto, o cerne da questão é o **momento de realização da reprodução**, em que a indústria muda de sentido, à medida que os processos que envolvem sua reprodução se transformam deslocando-se no espaço e cedendo lugar para novas atividades agora voltadas para o desenvolvimento de novos setores da econômica exigindo uma nova relação entre o econômico e o político, principalmente no que se refere aos modos de planejar o espaço enquanto condição da reprodução destes novos setores econômicos. Já o plano social ilumina a reprodução da vida, onde as mudanças não são menos significativas porque a sociedade urbana coloca a problemática fora do plano da indústria sem, todavia, desconsiderá-la. Assim, o problema urbano não se reduz às relações da indústria, referentes à organização do trabalho, por exemplo, nem ao plano restrito da reprodução da força de trabalho, mesmo porque a sociedade não se resume a esta função, mas ao plano do espaço urbano enquanto totalidade – o que amplia a temática e permitindo pensar além da redução da sociedade a um modelo técnico.

Isto significa trabalhar uma outra dimensão do conceito de produção, que ultrapasse os limites da produção de mercadorias para englobar a produção das relações sociais. Portanto, o plano do social ilumina a produção da vida e a noção de cotidiano esclarece e dá outra dimensão à análise, na medida em que esclarece o fato de que a realidade não se reduz ao plano do econômico. Deste modo, a problemática urbana – que é

[73] "Paris est-une ville global ?" commentaires sur l´article de Saskia Sassen – in Revue le Debat , número 80 mai-août, 1994, Paris, p. 163.

[74] Pierre Veltz, Revue le Debat, p.186.

[75] Roncayolo, idem p. 191.

teórica – não se reduz à tendência da constituição da cidade enquanto valor de troca, mas a cidade enquanto obra, e nesse sentido, a problemática urbana refere-se ao homem, à sua vida e ao seu mundo. Assim, estamos diante do **plano do cotidiano**, que é uma construção social, pois a sociedade se organiza a partir de modos de morar, de se relacionar, de criar, o que envolve lutas e conflitos diante da constituição de uma programação da vida em meio a coações e repressões em um espaço planejado e controlado.

A sociedade urbana revela, assim, a construção do cotidiano que se vincula à ampla difusão do mundo da mercadoria, como mediadora das relações sociais que se estabelecem em todas as esferas da vida como condição do processo ampliado da reprodução no mundo moderno, através da reprodução das relações sociais, o que redireciona a prática espacial. Nessa perspectiva, o cotidiano aparece como categoria explicativa da realidade, em função do fato de que as relações sociais se realizam produzindo uma prática sócio-espacial enquanto modo de apropriação para a vida. Deste modo, é o lugar das coações, mas também da liberdade, pois os lugares têm seus conteúdos definidos pelas relações sociais, pelas possibilidades e pelos limites à apropriação. É nesse nível que ganha expressão as relações entre uso e apropriação dos espaços da vida urbana, revelando o fato de que a análise não se reduz ao plano do econômico.

A análise da metrópole exige, portanto, no plano teórico, a consideração de elementos importantes, pois o processo de mundialização ilumina a constituição da sociedade urbana, colocando-nos diante de novos parâmetros teóricos. Na análise da metrópole é preciso detectar o conjunto das novas contradições[76] que decorrem do novo estágio da reprodução.

Em primeiro lugar, devemos considerar o fato de que o processo de mundialização que se reafirma no momento atual, longe de apagar o local, nos coloca diante do fato de que ele se realiza no lugar onde a tendência de constituição de um espaço homogêneo entra em contradição com o espaço fragmentado dos empreendedores imobiliários. Por sua vez, o aumento das possibilidades de comunicação entre espaços e pessoas produz novas relações que entram em conflito com a manutenção de antigas relações, gerando a diluição das relações de sociabilidade na metrópole.

Fundamentalmente o espaço se reproduz na contradição entre o espaço produzido enquanto valor de uso e o espaço produzido enquanto valor de troca; bem como com a separação radical do espaço público e do privado. A relação entre o Estado (que domina o espaço, produzindo-o enquanto homogêneo) e o modo de apropriação pela sociedade (que se quer diferencial) está na base da criação dos movimentos sociais urbanos. Uma nova relação espaço-tempo, uma nova relação Estado-espaço, com o Estado conciliando as estratégias das formas com o imperativo territorial de equilíbrio necessário à reprodução do poder e componente essencial do mercado, coloca a gestão do espaço como problema. Esse conjunto de contradições nos leva a questionar as estratégias espaciais impostas pelo poder público através de suas prioridades.

Assim, vai se revelando o conteúdo do Estado crítico, da crise da cidade enquanto produto da racionalidade imposta pelo planejamento funcionalista, pelas estratégias do poder e pelas necessidades do crescimento econômico, que criam uma ordem planificada e programada, realizando-se no espaço em confronto com as relações sociais que se materializam no lugar real e concreto e escapam ao plano do institucional. É assim que a articulação mundial-local impõe novos elementos à reprodução das relações sociais que se realiza e se desenvolve em cada atividade social e até em cada gesto da **vida cotidiana** através dos atos do habitar e dos usos dos lugares de uma metrópole em constante processo de renovação.

---

[76] Ver: "São Paulo: a anti-cidade?", *In*: Metrópole e Globalização. Maria Adélia Aparecida de Souza e outros, Ed. CEDESP, São Paulo, 1999.

Como fundamentação do processo de transformação, a aceleração do tempo no mundo moderno traz mudanças muito rápidas que se revelam na morfologia da cidade, ao mesmo tempo em que invadem a vida, modificando-a através da imposição de novos padrões e formas de adaptação, colocados por um novo modo de apropriação do espaço urbano. A perda dos referenciais urbanos decorrente do processo de renovação como imagem do progresso, transforma a cidade em um instantâneo e torna a sociabilidade cada vez mais efêmera, e este processo revela a produção da metrópole enquanto **espaço amnésico**.

Para muitos autores, como Virilio e Baudrillard, o elemento definidor do que chamam período pós-moderno, é a velocidade e é nesta medida que mergulhamos na efemeridade do tempo como condição da vida. A preocupação com o tempo, isto é, a redução das características do mundo moderno a uma nova condição temporal, tem produzido uma associação da metrópole a uma polifonia, na expressão de Canevacci[77], o que enfoca a possibilidade de articulação e justaposição de vários tempos. Esta preocupação com o tempo como elemento definidor das mudanças atuais, leva alguns autores, como Harvey ou Ianni, de forma clara e inequívoca, a afirmar que o espaço no mundo moderno desapareceria pela sua subordinação ao tempo.

Segundo Harvey,[78] "o progresso implica a conquista do espaço, a derrubada de todas as barreiras espaciais e a aniquilação última do espaço através do tempo". Na mesma direção, afirma Ianni[79] que a globalização tende a desterritorializar coisas, gentes, idéias, mercadorias, moeda e capital, e segundo o autor, o processo de desterritorialização caracterizaria o essencial da sociedade global.

É evidente que o processo de mundialização que assistimos hoje, vem implodindo as fronteiras entre Estados e superando-as, fato que permite ao capital fluir com incrível rapidez, da mesma forma que permite às atividades se articularem no espaço global unidas pelo mercado mundial, onde as técnicas modernas tornam difícil o controle dos fluxos entre as nações. É também indiscutível a dispersão dos centros decisórios por diferentes lugares, além do encolhimento do mundo devido à eficácia das redes de telecomunicação e dos transportes. Mas a nosso ver, o que se assiste hoje com o grande e rápido desenvolvimento das ciências e da tecnologia aplicada à produção e o conseqüente processo de globalização, é que, longe do espaço ser anulado, o que ocorre é uma imposição de uma nova perspectiva para se pensar o espaço, que implica necessariamente, pensar o novo papel que o Estado assume no mundo moderno, a fim de se dar novos contornos sobre o processo em curso.

O caminho traçado neste capítulo sinaliza para uma outra direção, que é aquela que aponta para a importância de uma **relação** espaço-tempo, mas não na consideração de uma destas categorias tomada de forma independente. Neste sentido, além da justaposição de tempos independentes, é necessário também pensar na justaposição dos espaços sociais imbricados e, assim, introduzimos as analogias da **polifonia** e também da **polioramia,** buscando, com isso, uma articulação espaço-tempo, como categoria para se analisar a cidade. Assim, simultaneamente, tempos e espaços justapostos produzem um sentido mais profundo para a metrópole.

---

[77] Significaria, em uma analogia ao coro polifônico, a complexidade implícita no coro de muitas vozes e de várias melodias e instrumentos que vão se desenvolvendo simultaneamente ao mesmo tempo compondo, independentemente, uma totalidade em movimento".

[78] David Harvey, Condição Pós-moderna, Ed Loyola, São Paulo, 1992, página 190.

[79] Otávio Ianni, A sociedade global, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1992, página 92.

São Paulo: as Contradições no Processo de Reprodução do Espaço[80]

O processo de reprodução do espaço é, ao mesmo tempo, contínuo e descontínuo, apresentando profundas rupturas provocadas pela intervenção do Estado em função das contradições decorrentes do próprio processo.

No caso específico da metrópole de São Paulo, o atual processo de transformação revela um fenômeno mundial, posto que as mudanças que ocorrem no processo produtivo - em função dos novos padrões de competitividade como aquele do desenvolvimento dos serviços modernos apoiado no crescimento do setor financeiro, o deslocamento dos estabelecimentos industriais e a exigência das novas atividades - metamorfoseiam radicalmente o espaço da metrópole pela imposição de novos usos decorrentes do estabelecimento de uma nova divisão espacial do trabalho, como conseqüências das transformações apontadas.

Essas metamorfoses vêm sendo apontadas como características do que vem se denominando "cidade mundial". Um dos elementos distintivos da chamada "cidade mundial" é a emergência do setor de serviços altamente especializados, articulando espaços com uma racionalidade e eficiência assentadas na competitividade estabelecida por padrões impostos mundialmente, sendo também esse o comportamento que se vislumbra em São Paulo. Todavia, o desenvolvimento do setor de serviços encontra uma barreira para sua realização, que é a escassez das áreas centrais da metrópole onde, tradicionalmente, se localizam os setores de serviços, que necessitam justamente desta centralidade. No centro, ou nas proximidades do centro, o espaço assume o papel de "nova raridade", impondo-se como barreira à sua reprodução - um fenômeno que se manifesta em áreas precisas na metrópole, principalmente naquelas vizinhas ao centro.

A ocupação do espaço da cidade, submetida à existência da propriedade privada do solo urbano, é produto da expansão da urbanização capitalista apoiada na generalização do valor de troca no espaço, fazendo com que o acesso à cidade seja mediado necessariamente, pelo mercado imobiliário. A disseminação da propriedade da terra na cidade está assentada, nas sociedades capitalistas, no direito à propriedade, isto é, no acesso privado à vida na cidade, fato que se constitui como uma base sobre a qual se assentam as relações sociais. Portanto, a produção do espaço urbano metropolitano realiza o espaço enquanto mercadoria, logo a metrópole se encontra ocupada privadamente. A intensificação do processo de urbanização, ao tornar as áreas centrais totalmente edificadas as transformam também em propriedade de alguém, e uma vez privatizadas, quaisquer possibilidades de intervenção para mudança de uso devem passar pelo mercado. É nesse processo que o Estado vai intervir através das estratégias de renovações urbanas, com o objetivo de atenuar as contradições que impedem a reprodução do espaço do "capital" — agora voltado para a realização dos serviços modernos—, aprofundando os conflitos em torno da reprodução do espaço.

---

[80] Uma versão deste texto foi publicado no livro 'Organização e dinâmica do espaço agrário-regional", organizado por Ana Virgínia Costa Menezes e alli, ed. UFS, Aracajú 2003, pp 11 a 29.

O espaço urbano como "nova raridade" na metrópole

No momento atual do processo histórico, do ponto de vista da reprodução do capital, o processo de reprodução espacial, com a generalização da urbanização, produz uma nova contradição, que é a que se refere à diferença entre a antiga possibilidade de ocupar áreas como lugares de expansão da mancha urbana (como por exemplo, através do parcelamento de antigas chácaras ou fazendas que estão na origem de muitos bairros da metrópole paulista) e sua presente impossibilidade diante da escassez de áreas. Isto porque o espaço, enquanto valor, entra no circuito da troca geral da sociedade (produção/repartição/distribuição), fazendo parte da reprodução da riqueza que, em seu desenvolvimento, constitui-se em raridade. Por outro lado, vivemos hoje um momento do processo de reprodução em que a propriedade privada do solo urbano – condição da reprodução da cidade no capitalismo - passa a ser um limite para expansão econômica capitalista. Isto é, diante das necessidades impostas pela reprodução do capital, o espaço produzido socialmente - e tornado mercadoria durante o processo histórico - é apropriado privativamente, criando limites à sua própria reprodução. Nesse momento, o espaço, produto da reprodução da sociedade, entra em contradição com as necessidades do desenvolvimento do próprio capital, o que significa dizer que a "raridade" é produto do próprio processo de produção do espaço ao mesmo tempo que sua limitação, o que se configura como uma contradição do espaço (inerente ao seu processo de reprodução).

Isto ocorre porque a reprodução do ciclo do capital exige, em cada momento histórico, determinadas condições especiais para sua realização. A dinâmica da economia metropolitana, antes baseada no setor produtivo industrial, vem se apoiando, agora, no amplo crescimento do setor terciário moderno - serviços, comércio, setor financeiro - como condição de desenvolvimento em uma economia globalizada. Se o centro da metrópole concentra hoje o maior número de edifícios de escritórios, a saturação de sua área tanto para renovação, quanto para construção de novos edifícios é um dado importante, que alavanca a ocupação de outras áreas. Com isso, a região do centro vai apresentando tendência à perda de participação em detrimento de novas áreas, pois as áreas centrais se esgotam enquanto oportunidade de negócios na metrópole. Ora, de um lado, a metrópole superedificada coloca-se enquanto barreira para o crescimento da economia e, de outro lado, o setor terciário moderno não pode ocupar quaisquer áreas. Tal transformação requer, portanto, a produção de um outro espaço, como condição da acumulação que se realiza a partir da expansão da área central da metrópole (até então, lugar precípuo de realização desta atividade) em direção a região sudoeste da metrópole numa mancha urbana contínua. Se as áreas tradicionais se encontram densamente ocupadas e o sistema viário congestionado, os novos padrões de competitividade da economia, apoiada em um profundo desenvolvimento técnico, vão impor novos parâmetros para o desenvolvimento desta atividade. Tal fato requer, portanto, a produção de um outro espaço, diferente daquele do centro histórico, mas como a centralidade é fundamental neste tipo de atividade, a expansão desta área não se fará sem problemas.

A contradição entre o processo de produção social do espaço e sua apropriação privada está na base do entendimento da reprodução espacial; porque em uma sociedade fundada sobre a troca, a apropriação do espaço, ele próprio produzido como mercadoria, liga-se cada vez mais à forma mercadoria, servindo às necessidades da acumulação através das mudanças/readaptações de usos e funções dos lugares que, também, se reproduzem sob a lei do reprodutível a partir de estratégias da reprodução. No momento atual da história do capitalismo, este estende-se cada vez mais ao espaço global criando novos setores de atividade como extensão das atividades produtivas. Nesta condição, o espaço, produzido enquanto mercadoria, entra no circuito da troca atraindo capitais que migram de um setor da economia para outro, de modo a viabilizar a reprodução e as possibilidades de ocupar o espaço são sempre crescentes, o que explica a emergência de uma nova lógica

associada a uma nova forma de dominação do espaço que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação, fragmentando e tornando os espaços trocáveis a partir de operações que se realizam no mercado. Deste modo o espaço é produzido e reproduzido enquanto mercadoria reprodutível.

A produção do espaço se realiza sob a égide da propriedade privada do solo urbano, onde o espaço fragmentado é vendido em pedaços, tornando-se intercambiável a partir de operações que se realizam através e no mercado. Tendencialmente produzido como mercadoria, o espaço entra no circuito da troca, generalizando-se na sua dimensão de mercadoria. Nesse contexto, o espaço é fragmentado, explorado, e as possibilidades de ocupá-lo se redefinem, constantemente, em função da contradição crescente entre a abundância e escassez, o que explica a emergência de uma nova lógica associada, e uma nova forma de dominação do espaço, que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação a partir da interferência do Estado. Deste modo, o espaço é produzido e reproduzido, de um lado, enquanto espaço de dominação – como estratégia do Estado, portanto política - e de outro, como mercadoria reprodutível. Nesse contexto, o uso do espaço na metrópole subordina-se cada vez mais à troca e a reprodução do valor de troca, submetendo o uso às necessidades do mercado imobiliário.

Esta situação coloca como horizonte a necessidade de superar as contradições emergentes no processo de reprodução do espaço, onde a raridade não ocorre em qualquer lugar da metrópole, mas em determinados pontos associada à centralidade, no contexto determinado do processo de urbanização. A escassez do espaço nas proximidades do centro, requer a liberação de amplas parcelas do espaço ocupadas – na sua área de expansão - visando a criação de uma “área livre“ para os novos usos necessários à expansão da atividade econômica, bem como a supressão dos direitos conferidos aos proprietários urbanos pela existência do estatuto jurídico da propriedade privada. Nesse contexto, para que o desenvolvimento do ciclo do capital continue, ele precisa associar-se ao poder político, na medida em que só ele pode “colocar em suspensão” o estatuto da propriedade privada do solo urbano, e assim, liberar as áreas ocupadas para novas atividades, bem como só ele pode atuar em grandes extensões do espaço produzindo a infra-estrutura necessária à reprodução das novas atividades econômicas, o que significa a criação de novas estratégias entre as várias formas de capital (financeiro, industrial) e o Estado.

No caso em questão, há uma aliança de interesses entre o mercado imobiliário e o setor produtivo voltada para a construção do “novo espaço”. De um lado o setor imobiliário, para continuar se reproduzindo, necessita sempre de novas estratégias capazes de permitir sua reprodução, de outro o setor produtivo vê-se diante de novas necessidades quanto ao espaço construído, mas ambos necessitam de uma infra-estrutura moderna. A tendência à escassez do solo urbano entorno dos centros econômico-financeiros da metrópole, gera a necessidade de novas estratégias capazes de permitir a reprodução do capital, assegurada através da possibilidade de se contornar o problema do espaço urbano enquanto mercadoria tornada rara em decorrência da intensificação do processo de urbanização. A interferência do Estado, acionando o processo de desapropriação do solo urbano, mudando a legislação capaz de permitir transformações na lei de zoneamento, criando mecanismos que permitam o remembramento de terrenos urbanos, aumentando o coeficiente edificável (que permite a verticalização) vai criar mudanças significativas na metrópole.

A este processo político a ação do Estado no espaço vai produzir também a infra-estrutura necessária à concretização desta nova atividade produtiva e é assim que se abrem novas avenidas cortando bairros antigos, ampliando-se a malha viária, estendendo as linhas de metrô assegurando o fluxo contínuo no espaço. É deste modo que o espaço revela, em seu processo de produção, interesses divergentes que encontram uma “unidade“ no Estado, que tem função de comando, posto que tem a seu cargo a produção de grandes conjuntos e obras

de infra-estrutura que, para além de nomear e qualificar espaços, redefinem o seu sentido. Por outro lado, o Estado tem a seu cargo a orientação e definição de metas que planificam o espaço (tanto no plano geral da sociedade, quanto no plano micro do bairro dentro da cidade) e com isso interfere e delimita os umbrais da vida cotidiana. Isto porque, suas de estratégias de atuação são exercidas, enquanto poder, através do espaço. É no espaço que o poder ganha visibilidade através de intervenções concretas e é por isso que as contradições no processo de produção do espaço através do direcionamento das políticas urbanas eclodem no plano institucional. No contexto do espaço planejado, manipulado - que aparece como objetivo e neutro -, esconde-se seu sentido político como meio de dominação.

Nesse sentido, através do Estado, o espaço é um elemento de dominação, e nesta condição entra em contradição com o espaço da apropriação (para a realização da vida), revelado, claramente, nas lutas que se realizam na metrópole, as quais questionam as contradições geradas no processo (como por exemplo, a necessidade de uma renovação urbana em detrimento de uma outra ação, como a criação de escolas ou de postos de saúde).

Assim, **sob a forma da renovação urbana,** as transformações necessárias para a reprodução do capital aparecem travestidas de necessidade social imposta pelo Estado enquanto "interesse público", criando a representação necessária capaz de dissimular os conflitos de interesses. Este é o sentido do discurso da "modernização necessária ao crescimento", a partir do qual se estabelece a lógica que sustenta o consenso em torno do deslocamento das favelas, expulsando-se a população residente e destruindo-se bairros inteiros da metrópole. É assim que o processo de mercantilização do espaço, como condição da reprodução do capital, só pode se realizar, em um determinado momento do processo de urbanização, pela mediação do Estado, feita através de mecanismos de gestão. O Estado exerce, assim, papel central no processo de reprodução espacial, não apenas redefinindo usos e função do espaço, mas alterando, substancialmente a prática espaço-temporal.

Como conseqüência, o processo de reprodução do espaço urbano, do ponto de vista da reprodução econômica, contará com a interferência do Estado no sentido de manter as condições para sua realização, ao mesmo tempo em que, impõe sua dominação no espaço aprofundando as contradições advindas da extensão do valor de troca e esse processo produz a implosão dos bairros envolvidos no processo de renovação urbana.

Convém sublinhar que as estratégias que percorrem o processo de reprodução espacial são estratégias de classe e referem-se a grupos sociais diferenciados, com objetivos, desejos e necessidades diferenciadas, o que torna as estratégias conflitantes. O Estado, por sua vez, desenvolve estratégias que orientam e asseguram a reprodução das relações no espaço inteiro (elemento que se encontra na base da construção de sua racionalidade). Assim, o espaço se revela enquanto instrumento político intencionalmente organizado, e manipulado pelo Estado; é, portanto, um meio e um poder nas mãos de uma classe dominante que diz representar a sociedade, sem abdicar dos objetivos próprios de dominação. Nessa perspectiva, o Estado, através de renovações urbanas, reorganiza as relações sociais e de produção. A renovação urbana se inscreve, assim, em um conjunto de estratégias políticas, imobiliárias e financeiras com orientação significativa no processo de reprodução espacial (o qual converge para o aprofundamento da segregação e hierarquização espacial a partir da destruição da morfologia de áreas da metrópole) que ameaça e transforma a vida urbana na medida em que reorienta usos e funções dos lugares da cidade, expulsa a população para a periferia ou, para quem pode pagar, para bairros próximos ao centro.

Deste modo, a renovação urbana, no momento atual, estabelece uma estratégia espacial de dominação em aliança com setores econômicos, que de um lado revela a imposição do setor imobiliário como elemento

dinâmico da economia, tornando patente a mobilização da riqueza fundiária e imobiliária, compreendida com extensão do capitalismo financeiro; e de outro, as transformações recentes da economia capitalista, a entrada do setor da construção civil no circuito industrial moderno[81] , associado ao desenvolvimento maciço da tecnologia em função da imposição dos novos padrões de realização da atividade econômica nas cidades mundiais.

O espaço paulistano

Em São Paulo pode-se notar duas tendências predominantes, sendo que a primeira diz respeito ao processo e adensamento que se realiza através do processo de verticalização, seja para uso residencial ou de escritórios (o que ocorre fundamentalmente na região sudoeste), e a segunda refere-se ao adensamento através do aumento da área construída horizontalmente, e que ocorre, principalmente, nas regiões leste e sul. Um comportamento chama atenção, por sua magnitude, nesse processo de crescimento urbano, revelando diretamente as mudanças nas atividades econômicas na metrópole: o crescimento do número de edifícios de escritórios. Para o conjunto da cidade a área construída não-residencial aponta um aumento percentual quase equivalente ao aumento da área residencial, revelando um comportamento mais nítido de mudança de uso através da acentuação de seu processo de verticalização.

Já desponta no final da década de 70 e nos anos 80 o esgotamento dos terrenos passíveis de serem incorporados para a construção dos edifícios de escritórios (que abrigam os setores modernos de serviços e o financeiro) em São Paulo, o que significa que o desenvolvimento desses setores acabariam necessitando buscar novas alternativas locacionais para permitir a reprodução de sua atividade. É nesse contexto que os edifícios de escritórios começam a ser construídos fora da área central da metrópole, embora em sua zona de expansão, em uma região propícia a difusão desta atividade em função das áreas passíveis de serem incorporadas pelo mercado imobiliário e com zoneamento adequado. A mobilidade espacial da construção e ocupação de edifícios de escritórios na metrópole se realiza, em parte, ocupando antigas áreas antes destinadas às atividades industriais (galpões industriais, por exemplo), ou se impondo em antigas áreas residenciais de ocupação horizontal. Com isso, ao lado das mudanças no uso do solo urbano assistimos a uma mudança funcional significativa, em decorrência das necessidades impostas pela reprodução do capital que redefine a divisão espacial do trabalho.

A ocupação da região sudoeste da metrópole, principalmente nos anos 90, apresenta características diferenciadas e complementares à região central da cidade. O deslocamento do setor de serviços para o sudoeste forma uma mancha contínua a partir do centro transformando o uso do solo e, como decorrência, produzindo uma nova inserção funcional da área no espaço interno metropolitano e assim, o espaço e o tempo urbanos se modificam, impondo uma outra urbanidade através de uma racionalidade (organizadora e operacional) que envolve o nível da gestão do espaço **propiciando a expansão espacial do valor de troca pela mercantilização do espaço.** A generalização do valor de troca no espaço, englobando-o ao mundo da mercadoria, aparece como possibilidade de realização do consumo produtivo do espaço. Nesta condição, o espaço se reproduz enquanto mercadoria sob a forma de áreas incorporáveis para a construção de prédios para escritórios a partir das necessidades de crescimento do mercado imobiliário e daquelas impostas pela terciarização/terceirização da economia, em que o tamanho, o tipo de imóvel e o que se chama "qualidade de espaço" vão diferenciar os ocupantes e as atividades dentro do setor de serviços.

A escassez dos espaços disponíveis na metrópole paulista obriga essas empresas, voltadas ao setor de serviços modernos e o setor financeiro, a optarem por novas localizações dentro da metrópole gerando um

[81] Em 1993, por exemplo a produção do setor da construção civil era responsável por 5 % do PIB brasileiro.

movimento espacial no qual o processo de reprodução espacial engendra novas centralidades. Esta região de expansão da atividade de serviços modernos vai se constituindo num pólo de atração de investimentos imobiliários capaz de sediar as novas funções que se desenvolvem atualmente. O tratamento arquitetônico dos edifícios atrai uma ocupação diferenciada de alto padrão como decorrência da aplicação de novas tecnologias. Na esteira dos grandes investimentos públicos dirigidos para esta área da metrópole, muitos se constituem em mega-projetos imobiliários tocados pela iniciativa privada, que chegam a combinar em um só empreendimento edifícios de escritório de alto padrão, shopping center, hotéis (com centro de convenções), amplas garagens subterrâneas; um exemplo é o World Trade Center em São Paulo, que engloba o shopping de Decoração D&D, o Hotel Meliá e torres de escritórios.

A nova atividade econômica que se desenvolve na metrópole alia-se às necessidades da reprodução dos investimentos. Trata-se da estratégia que produz uma mercadoria para o desenvolvimento de uma atividade econômica e, ao mesmo tempo, para o mercado financeiro enquanto investimento, desenvolvendo o mercado de locação de escritórios através do desenvolvimento da indústria da construção civil. Por outro lado, esta nova atividade econômica responde às necessidades do setor terciário que, para diminuir custos, opta por alugar um imóvel ao invés de imobilizar capital na compra de próprio. No momento em que a construção de escritórios passa a figurar como “bem“, o que efetivamente ocorre é que o setor de locação de escritórios em São Paulo passa a ser mais “aquecido“ e importante que aquele de compra e venda de imóveis. Na paisagem metropolitana, as placas anunciando imóveis para alugar tendem a desaparecer rapidamente da porta dos imóveis comerciais, pois os edifícios, tecnologicamente avançados, raramente dispõe de unidades vagas; as multinacionais e empresas de ponta disputam as chamadas “áreas nobres” da metrópole - ratificando a tendência de mobilidade do capital financeiro (que se volta para o segmento imobiliário que se tornou importante setor de investimento). Os capitais encontram aí um tipo de refúgio para uma aplicação de rendimento seguro – em um pais de economia instável – em relação ao conjunto dos ativos passíveis de aplicação financeira.

Tal investimento pode compensar dificuldades no circuito normal de produção-consumo, apontando uma estratégia de aplicação de capital. Nesse caso, o capital financeiro associado ao capital industrial, atendendo a uma nova demanda da economia - o crescimento do setor de serviços - precisa, para se desenvolver, da aliança dos empreendedores imobiliários com o poder municipal garantindo a gestão da cidade dentro dos padrões necessários para a reprodução continuada do capital. Ocorre que a intervenção do Estado produz ou reproduz desigualdades no que se refere à distribuição dos investimentos no espaço que a renovação urbana reforça, pois ela cria a valorização da área atingida em detrimento de outras áreas e de outros setores sociais da cidade. Essa é uma das discussões básicas envolvendo o questionamento destes projetos pelos habitantes dos bairros atingidos pelas renovações urbanas, bem como a priorização dos recursos públicos da prefeitura – sua hierarquia de gastos destinados à gestão da cidade. Por outro lado, a renovação urbana interfere no mercado de solo urbano na medida em que com o processo de desapropriação dos proprietários das casas nas áreas envolvidas cria para o mercado imobiliário a possibilidade de reocupar o espaço com outro uso, com outro padrão de construção e com outra densidade de ocupação. Além de tudo isso, esse processo também redefine a própria população que vai ocupar estas áreas.

No mercado imobiliário, o solo urbano, tornado mercadoria, se generaliza, assumindo uma expressão especulativa através do desenvolvimento do mercado de locação de escritórios, produto do desenvolvimento da troca e da intercambialidade de parcelas do espaço antes nas mãos de pequenos proprietários urbanos, gerando conflito entre os usos e o sentido que cada grupo social confere ao espaço. O desenvolvimento desse mercado de imóveis de escritório tem na raridade do espaço (o segmento de escritórios que não pode se

localizar em qualquer lugar do espaço metropolitano) um ponto importante definidor de suas estratégias e alianças. A construção de escritórios destinados ao mercado de locação, visando a reprodução do capital industrial ligado ao setor da construção ou financeiro, tem como pressuposto fundamental a possibilidade de realização do valor de uso e com isso realizar o valor de troca (objetivo último daqueles que compram espaços de escritórios construídos com finalidade de investimento). Todavia, o valor de troca tende a se impor à sociedade em um espaço em que os lugares de apropriação diminuem até quase desaparecerem – caso dos espaços públicos – como decorrência da construção, em São Paulo, dos grandes complexos viários. O uso está em estado latente nesse tipo de investimento, pois há um caráter "especulativo" em jogo, que pressupõe o uso, mas seu verdadeiro objetivo no ato de compra é o valor de troca que a operação intermediária de locação vai realizar.

O que se deve ressaltar, então, é que o uso pode vir a ter sentidos diversos, uma diferença substancial entre a compra de uma moradia e a compra de um escritório para ser alugado. Significa também que há interesses diversos envolvendo o uso do espaço em ambas operações imobiliárias, uma vez que o habitante compra a moradia para seu uso, enquanto o investidor compra um imóvel para alugar porque representa um uso para outro.

Por sua vez, o desenvolvimento das atividades terciárias na metrópole, como conseqüência das transformações do processo produtivo, no contexto da flexibilização e globalização da economia, impõe uma crescente busca de competitividade exigindo a diminuição dos custos fixos (com imóvel), associado à exigência de um outro tipo de imóvel à medida em que o desenvolvimento técnico traz novas exigências que se refletem nas instalações. O chamado desafio da modernização, como atualização em uma economia competitiva, requer outro tipo de espaço, diferente do tradicional, circundado por uma rede densa e ampla de circulação viária, terrenos amplos onde a tecnologia aplicada a construção civil, acabará por produzir o "prédio inteligente"**.**

Tal fato significa que as linhas arquitetônicas e a beleza das fachadas dos edifícios em si, não bastam (apesar de causar boa impressão, o que não deixa de ser um elemento de peso nesse mundo de aparências), e outros elementos ganham importância para o negócio: a localização, a planta que precisa ter garagens amplas e, fundamentalmente, uma administração do edifício para reduzir custos de gerenciamento do imóvel e permitir o aumento da produtividade, tudo isto baseado num conhecimento técnico especifico. Assim, dentre os quesitos básicos para o desenvolvimento da atividade econômica baseada nos serviços aparece o que se chama - no setor imobiliário - de "qualidade do espaço". Isto é, com a crescente necessidade de reduzir custos, as empresas estão cada vez mais preocupadas com a eficiência das áreas que ocupam, onde cada m^2 tem custo significativo. Desta forma, um edifício bem planejado deve ter flexibilidade para poder ser utilizado por várias atividades sucessivamente e cada andar deverá acomodar, simultaneamente, vários ambientes passíveis de sofrerem alterações freqüentes, sem grandes gastos. Por sua vez a segurança aparece como grande exigência, tanto a segurança contra incêndio (equipamentos como os *sprinklers* inteligentes), bem como o controle no acesso das pessoas aos prédios através de um aparato terceirizado de alto controle (com sofisticadas portarias munidas de computadores e monitores de vigilância controlando todos os andares) sobre todos que se utilizam destes edifícios.

Outro quesito diz respeito às necessidades impostas pelas telecomunicações, tais como antenas parabólicas, pré-cabagem, linhas digitais, TV a cabo, etc. A construção dos edifícios com nova tecnologia permite a quantificação mais racional dos dutos verticais, que flexibilizam a passagem de cabeamento entre andares, além de oferecer maior flexibilidade horizontalmente, com a construção do piso elevado que facilita futuras mudanças de *layout*. A atividade exige, ainda, complementação de outros serviços de infra-estrutura adicional como depósitos no subsolo, auditórios bem equipados, áreas para centro de convenções e até restaurantes

e estacionamentos - com boa proporção de vagas em relação ao volume do m² útil, inclusive, facilitando a entrada de caminhões. Estamos, portanto, diante de uma crescente exigência não solicitada no passado e que, vinculada às preocupações com a "produtividade" nos escritórios, explica o surgimento de novos setores de serviços na metrópole com o objetivo de prover o setor globalizado da economia.

A nova tecnologia, desenvolvida com o objetivo de possibilitar substanciais reduções nos custos, trata o imóvel como uma indústria e o gerenciamento do edifício surge como tema central. A administração dos edifícios de escritórios é realizada por empresas especializadas, que substituem a figura do zelador por aquela do gerente altamente qualificado, transformado quase em um executivo, enquanto que no centro histórico da metrópole os prédios são antigos, os escritórios menores e não há garagens. Esse comportamento aponta para o fato de que está em curso uma revolução nos serviços oferecidos. A preferência por escritórios de qualidade aponta para a busca de escritórios tecnologicamente mais avançados, providos de equipamentos de última geração, feitos a partir de processos construtivos com alta tecnologia e tendo como objetivo o barateamento da construção.

É assim que se constrói um "eixo empresarial na metrópole" como extensão do centro histórico em uma mancha contínua em direção a região sudoeste, realizada com a intervenção do Estado que desapropria uma vasta área residencial permitindo a sua construção a partir da liberação dos terrenos para a elevação de prédios de escritórios. Esta área já abriga atualmente 38% do número dos edifícios de escritórios produzidos na metrópole. Para se ter uma dimensão desse processo, basta observar que em 1985 nesta mesma área havia 487.000m² úteis de área construída de escritórios, um número que dez anos depois aumenta para 1.020.000m².

O desenvolvimento do setor imobiliário voltado aos escritórios na cidade de São Paulo revela que as áreas tradicionais de concentração da atividade vêm apresentando uma tendência à diminuição de sua participação no conjunto da metrópole, como é o caso do centro histórico, por exemplo. O centro está congestionado tanto em termos da concentração dos edifícios quanto de artérias de circulação, fazendo com que seus escritórios sejam ocupados por atividades pontuais, que necessitam estar concentradas obrigatoriamente nesta área (exemplo dos escritórios de advocacia, em função do fórum). Também o centro expandido apresenta um preço elevado do m² , cerca de 40% superior ao valor praticado no centro[82]. Na área expandida do eixo empresarial encontramos, preferencialmente, os setores voltados ao setor financeiro, serviços modernos, além daquele que abriga os escritórios das indústrias (muitas das quais já transferiram os seus setores produtivos para municípios vizinhos, mas mantêm seus escritórios centrais na metrópole).

Deste modo vai sendo construído um outro pólo de escritórios que atende, inicialmente, à demanda imposta pela expansão dos próprios escritórios em função da escassez das áreas tradicionais a partir de 1975. A renovação urbana que estamos tratando (chamada de Operação urbana Faria Lima) traz um novo elemento na construção dos espaços para escritórios em São Paulo, consolidando um pólo que permite viabilizar sua articulação com o restante da metrópole, destruindo a barreira que impedia sua expansão, através da criação de uma via semi-expressa de comunicação, mas criando, também, uma "área incorporável" para a construção destes edifícios em áreas antes ocupadas pelo uso residencial horizontal. Com isso, cria-se uma nova área para um novo uso em expansão, que se diferencia morfologicamente pela possibilidade da construção em altura antes proibida, facilitadas pelas alterações na lei de zoneamento e a mudança do uso do solo urbano.

O dado importante aqui, é que as contradições assinaladas no processo de reprodução do espaço se descobrem no interior do processo de reprodução das relações sociais de produção. É a manifestação da

[82] Dado para segundo semestre de 1998.

raridade do espaço para essa nova atividade econômica que, nesta condição de raridade, passa a exigir novas estratégias.

A socialização da sociedade, que tem por essência a urbanização, se revela na planificação racional do espaço, na organização do território, no processo de industrialização global, enquanto aspectos essenciais. Deste modo, a necessidade da apropriação dos lugares da metrópole para a realização da vida humana entra em conflito com as estratégias dos grupos sociais que exploram o espaço produtivo como condição da reprodução do capital. Portanto, não se trata de reduzir a reprodução espacial àquela esfera da intervenção do Estado no sentido de superar a contradição gerada pelo fenômeno da raridade do espaço e os entraves que a existência da propriedade privada cria para a reprodução do capital. Se de um lado, se aproximam as estratégias do mercado imobiliário, da indústria da construção civil e do setor financeiro, de outro, a explicação ganha sentido articulada ao fato de que o processo de reprodução do espaço envolve, também e de modo articulado, outro plano de análise, que é aquele do indivíduo que se revela na prática sócio-espacial.

O processo de implosão da metrópole e o estranhamento

O processo acima analisado, ao provocar uma mudança radical no espaço metropolitano, acaba transformando as possibilidades de sua apropriação pelo cidadão provocando, a implosão dos referenciais construídos enquanto momentos de realização da vida. Isto porque a renovação/transformação do espaço urbano, através das mudanças morfológicas, produz constantes transformações nos tempos urbanos da vida, dos modos e tempos de apropriação/uso dos espaços. No mundo moderno, a prática sócio-espacial revela a contradição que o capitalismo suscita em seu desenvolvimento, que é a contradição entre a produção de um espaço em função das necessidades econômicas, e os limites e barreiras à realização desta mesma produção e também à reprodução da vida.

A produção capitalista do espaço se realiza pela imposição de uma racionalidade técnica assentada nas necessidades impostas pelo desenvolvimento da acumulação, e ocorre sob a orientação do Estado, que produz o espaço enquanto condição da produção.

A renovação urbana que permitiu a extensão do eixo empresarial-comercial moderno da metrópole paulista, foi uma operação urbana que cortou ao meio três bairros, derrubou 380 casas (dentre elas duas escolas), eliminou uma praça e erradicou uma área de favela, liberando a área para a instalação de uma nova atividade econômica e, com isso, uma nova inserção funcional da área no espaço metropolitano. Isto porque o investimento produtivo no espaço se sobrepõe ao investimento improdutivo - aquele dedicado à realização da vida - regulando a repartição das atividades, os usos, e com isso, regulando, enfim, a atividade dos cidadãos. O uso do espaço e a regulação do tempo, que desestruturam o bairro e a vida nele, cristalizam-no dentro de limites fixos, gerando o conflito entre valor de uso e valor de troca do espaço. A renovação urbana aparece, neste contexto, como elemento desestruturante no espaço, porque quebra as relações entre as pessoas e esvazia a prática sócio-espacial. Tudo isto ocorre, na medida em que as táticas políticas visam sempre o imediato, e o urbanismo vai se sujeitar a esta imposição e, com isso, vai surgir como dispositivo material fundamental para a organização da acumulação material, o que vai exigir o controle da vida cotidiana, imposto pela programação do espaço urbano. Os lugares da metrópole se submetem aos centros de decisão e a homogeneidade (no que se refere ao controle do espaço e da imposição de sua condição de mercadoria) se impõe sobre a possibilidade da diferença (aquele que diz respeito às possibilidades renovadas da vida em suas várias possibilidades criativas), subtraindo-se a possibilidade de apropriação pela imposição da troca e do valor de troca no espaço.

Assim, o plano da reprodução da vida na metrópole se realiza na relação contraditória entre necessidade e desejo; uso e troca; identidade e não-identidade; estranhamento e reconhecimento que permeiam a prática sócio-espacial.

Deste modo, o entendimento da metrópole se revela no desvendamento do modo como se realiza, concretamente, o processo de reprodução da sociedade urbana em sua totalidade, como tendência inexorável. E tal processo se realiza atualmente sob a forma de processo de reprodução da sociedade a partir da reprodução do espaço, onde ganha sentido uma nova relação espaço-tempo, pois a acumulação tende a produzir uma racionalidade homogeneizante inerente ao processo que não se realiza apenas produzindo objetos/mercadorias, mas também a divisão e organização do trabalho, modelos de comportamento e valores que induzem ao consumo, revelando-se como norteadores da vida cotidiana. Deste modo, a vida cotidiana se apresenta, tendencialmente, invadida por um sistema regulador em todos os níveis, que formaliza e fixa as relações sociais reduzindo-as a formas abstratas através da orientação do processo de reprodução espacial. Esse fato tende a dissipar a consciência urbana na medida em que o "habitar" hoje a metrópole vai, aos poucos, mudando de sentido em função do processo de implosão que impõe mudanças nos usos dos lugares e, com ele, dos hábitos e comportamentos, dissolvendo antigos modos de vida, transformando as relações entre as pessoas através da redução e redefinição das formas de apropriação do espaço.

O sentido que a metamorfose do espaço da metrópole assume, baseado na mercantilização do solo urbano, provoca o fenômeno de implosão-explosão. Nesse processo se delineia a tendência da submissão dos modos de apropriação do espaço ao mundo da mercadoria e, conseqüentemente, do esvaziamento das relações sociais e perda da sociabilidade pela redução do conteúdo da prática sócio-espacial. Neste plano, o lugar da vida, transformado, adquire a característica de um **espaço amnésico** (em função da perda dos referenciais urbanos que sustentam a vida na metrópole) em sua relação direta com o tempo efêmero (tempo imposto pela aceleração do processo de produção).

A idéia de tempo é marcada na metrópole, pela instantaneidade que gera o esmaecimento da memória impressa no espaço enquanto desaparecimento dos referenciais da vida humana. O tempo enquanto uso, que se identifica como duração da ação no espaço, revelado nos modos de apropriação, é hoje um tempo acelerado, comprimido, imposto e quantitativo. Neste contexto, a aceleração do tempo torna a metrópole obsoleta sem que sequer tenha envelhecido, como decorrência do fato de que a relação espaço-tempo na sociedade atual é marcada pela quantificação. A quantificação do tempo e do espaço, e com isto de toda a sociedade, penetra o universo da vida cotidiana, não só pela rotina altamente organizada, mas pelos atos, gestos, modos de uso dos lugares da vida. Com a quantificação do tempo[83], o capitalismo invade a sociedade, pois a necessidade de um novo tempo de produção atinge as relações cotidianas e transformam os usos uma vez que o próprio espaço também se transforma. Espaço e tempo abstratos redefinem, constantemente, os usos, e nesta direção, os processos que criam a identidade e acabam destruindo as condições através das quais se gesta a memória coletiva. Nesse contexto, a espacialidade das relações sociais se inscreve em um espaço que se reproduz, tendencialmente, sem referenciais. A idéia de construção de um espaço amnésico enfoca a ruptura, isto é, uma mudança que não se apresenta como gradual, mas que rompe bruscamente com os referenciais, que acabam por se diluir no espaço da metrópole, levando consigo os traços em que se baseiam a construção da identidade produzida pela vida de relações no interior dos bairros. Neste sentido, para os habitantes, o tempo, enquanto presente, aparece sem espessura, e o passado, enquanto memória impressa nas formas, se transforma, posto

[83] "Desde a industrialização o tempo tornou-se uma norma central de julgamento e avaliação da sociedade urbanizada, notadamente pela temporalização de todas as dimensões do mundo do trabalho (revista Cnrs, la ville p. 67 / Scherrer).

que o sistema referencial é marcado pela privação da presença, produzindo vazios que criam o estranhamento. O espaço urbano, enquanto produto social em constante processo de reprodução, nos obriga a pensar a ação humana como obra continuada – ação reprodutora que se refere aos usos do espaço onde tempos se sucedem e se justapõem, montando um mosaico que lhes dá forma e impõe característica a cada momento. Atualmente na metrópole o tempo e espaço homogêneos tendem a se instituir como condição necessária da reprodução, pois a produção espacial realiza-se no plano da vida cotidiana e aparece como forma de ocupação e uso de determinado lugar em um momento específico.

O tempo diz respeito a um espaço, ou seja, ao uso deste, e no mundo moderno uma nova relação espaço-tempo se instaura na sociedade urbana que pode ser entendida, em toda sua extensão, a partir do lugar, dos atos da vida cotidiana. Essa contradição produz o que chamo de **estranhamento**, pois a rapidez das transformações na metrópole, obriga as pessoas a se readaptarem constantemente às mudanças impostas pela produção espacial. Isto é, diante de uma metrópole, onde as formas mudam e se transformam de modo cada vez mais rápido, os referenciais dos habitantes da metrópole se modificam, produzindo a sensação do desconhecido, do não identificado. As marcas das relações e dos referenciais da vida se esfumam ou se perdem para sempre, e o estranhamento provocado pelas mudanças do uso do espaço e de uma nova organização do tempo na vida cotidiana coloca o indivíduo diante de situações mutantes inesperadas, dando conteúdo ao espaço amnésico, produto do processo de implosão da metrópole.

O espaço tornado mercadoria, isto é, submetido às estratégias imobiliárias, voltado às novas necessidades da reprodução, se recria em função de objetivos específicos que fogem e se sobrepõe aos desejos dos habitantes, de modo coercitivo. Nesse processo, as pessoas se sentem desenraizadas e sem referenciais.

A renovação urbana à qual estou me referindo neste texto, refere-se à extensão do traçado de uma Avenida, cortando, por onde passa, os bairros em dois, separando cada um dos lados e mudando-os ao ponto de autonomizar cada um, de modo que ganhe novas características, perdendo-se com isso, a antiga unidade. A mudança dos moradores provocada pelas transformações imposta pelo mecanismo da desapropriação altera, profundamente, as relações no bairro: perdem-se os referenciais de reconhecimento e as relações de vizinhança entre as pessoas. As casas de moradia têm seu uso redefinido transformando-se em pontos comerciais ou de serviços; fotógrafos, chaveiros, floricultura, loja de congelados, loja de móveis antigos, pizzarias, casa de comida a quilo, e etc. Por outro lado, há obras e novos personagens que invadem o cenário do bairro, que são, por exemplo, os pedreiros, que atraem os ambulantes e suas barracas. Os moradores que permanecem no bairro se deparam, agora, com pessoas estranhas, caras novas e **não há permanência**. Assim, as casas, ao cederem lugar às atividades de uso terciário, escurecem as ruas pois os escritórios fecham à noite (onde antes tinha uma luz acesa iluminado o quintal de uma casa de família, agora há uma loja, um escritório ou mesmo consultório, onde as luzes se apagam após o expediente). As ruas tornam-se perigosas, estranhas e, sobretudo, ausentes de rostos conhecidos. A mudança da vizinhança deteriora a vida do bairro, esvazia as relações de vizinhança, e com isso as pessoas passaram a ficar mais trancadas em casa.

O bairro, que se apoiava em uma rede de significados, esvazia-se decompondo o tempo e limitando os espaços da casa e da rua. O umbral da porta passa a ser o novo limite; não há pessoas e nem crianças nos pequenos jardins, e há a sensação de insegurança. Antes as pessoas se encontravam nas compras, nas calçadas, agora se afundam no mundo da vida privada.

A avenida se impõe como barreira: os idosos se sentem receosos com ela e não circulam mais com a mesma freqüência, e muitos precisam tomar táxi para ir ao supermercado ao lado, só por temer atravessar avenidas, que com 4 pistas de cada lado, não oferecem tempo suficiente para se chegar até a ilha que separa as

duas mãos de direção, pois o tempo dos sinais que disciplina o trânsito, não é o tempo dos passos, mas da sincronia dos semáforo que o regem na metrópole. As crianças, que antes vinham a pé com os pais da escola para casa, agora chegam, em sua maioria, de carro, acabando o movimento nas calçadas e os encontros que davam um movimento, ruído e colorido ao bairro. As pessoas não se encontram mais, este fato se revela na profusão de placas de "vende-se e aluga-se" que marcam a paisagem. Já placas de "cuidado com o cão", bem como os novos portões com grades, indicam as pequenas mudanças que passam a marcar a vida cotidiana, mas, substancialmente, o que chama atenção são as guaritas e altos portões que agora impedem a entrada nas vilas do bairro.

O espaço metamorfoseado redefine os ritmos e usos nele, e com isso alteram o ritmo da vida cotidiana. Mas a vida não muda só porque existem renovações urbanas, pois assiste-se no mundo moderno, transformações no plano da vida cotidiana revelando-se no modo de usar tempos e espaços - nos valores, nos comportamentos, no papel da mulher, no tipo de lazer, etc., que se constitui no plano global e que se refere àquela da constituição da sociedade urbana.

O lugar da identificação, criado através da familiaridade, pode ser cada vez mais definido fora do bairro em função do esvaziamento da vida cotidiana neste, reforçado pela tendência a criação de lugares de lazer privados ou semi-públicos, que substituem o lugar da rua, da praça, do comércio local. O mundo do lazer, cooptado pelo mundo da mercadoria, invade e reestrutura o tempo/modo do mesmo, deslocando o morador do bairro para os sub-centros especialmente construídos para este fim. Esse quadro aponta também uma outra tendência, pois na medida em que o cotidiano se constitui enquanto condição da reprodução da sociedade decorrente da expansão do mundo da mercadoria, este sai da esfera do consumo de objetos para o consumo do espaço, redefinindo os usos (do espaço) e o modo de dispor do tempo enquanto uso do espaço. O cidadão reduzido assim, a condição de usuário, evidencia e caracteriza o momento da reprodução do espaço em que o valor de uso cede cada vez mais lugar ao valor de troca.

Assim, a produção do espaço deve ser entendida sob uma dupla perspectiva, ao mesmo tempo em que se processa um movimento que constitui o processo de mundialização da sociedade urbana, acentua-se o processo de fragmentação tanto do espaço quanto do indivíduo, cada vez mais preso ao universo do mundo privado. A tendência ao mundial não nos afasta do espectro da fragmentação do mundo e do cidadão revelado no nível do lugar, na medida em que o espaço fragmenta-se em inúmeras parcelas (sob a égide de sua condição de mercadoria) que, pela mediação do mercado, vai delimitar e redefinir os modos de uso e de apropriação.

De um lado, o espaço parece se dividir e subdividir ao infinito (em função do constante desenvolvimento das técnicas) e de outro, a atomização do indivíduo gera a divisão quase sem limites dos conteúdos da sociedade como suporte das relações sociais (das relações sociais e do uso do espaço).

No plano da vida cotidiana, o processo de produção do espaço da vida revela a passagem da produção de um lugar conhecido/reconhecido (pelos atos e ações simples que dão suporte à vida cotidiana, lugar da reprodução da vida) para a constituição de "um novo lugar", provocando ausências inexoráveis. Este processo decorre do movimento de passagem da produção do espaço enquanto valor de uso para o espaço submetido ao valor de troca. O desconhecido e o não-reconhecido, aparecem como sinal inexorável dos "novos tempos", nos quais a forma efêmera se impõe como a única possibilidade da realização do novo. Como contrapartida, a **passagem do ato de habitar para o ato de morar,** transforma o **habitante** em **morador,** e com isso, transforma o **"usador**" (cujo sentido é dado pelos modos de apropriação do espaço para a vida) em **"usuário"** (isto é, o habitante se transforma em um consumidor de serviços na cidade). Esse momento revela, em toda sua extensão, o fenômeno da implosão dos bairros no processo de reprodução do espaço da metrópole.

Assim, a dinâmica urbana ganha um elevado grau de complexidade, pois a metrópole, o centro, o nó da rede, se reproduz, reproduzindo na escala local, a contradição do lugar e do mundial que se anuncia. Tal contradição se materializa nas novas formas urbanas onde a conquista do espaço, como condição da reprodução das relações sociais, se cumpre pela extensão da propriedade privada e esta é uma nova forma de planificação que se integra a estratégias e práticas globais.

Esses processos aludem a uma **nova ordem espaço-temporal**, que se vislumbra a partir do processo de constituição e mundialização da sociedade urbana, que é passível de ser analisada a partir da metrópole, pois é nela que se misturam os sinais de uma modernização imposta na morfologia urbana, seja através de novas formas arquitetônicas, seja pela construção de novas e largas avenidas destinadas ao tráfego cada vez mais denso e etc. Se de um lado, o espaço urbano se afirma enquanto forma, de outro lado, revela, na especificidade de sua produção espacial, um conteúdo social. O espaço entendido como fio condutor para o entendimento do mundo moderno, aparece através da análise da metrópole como forma material das relações de reprodução no seu sentido amplo, pois surge como elemento de mediação entre o lugar e o mundial.

É assim também, que a predominância do valor de troca, como extensão do mundo da mercadoria, se revela como produto de lutas que surgem a partir de relações sociais contraditórias criadas e aprofundadas pelo desenvolvimento do processo de reprodução *lato sensu*, em que as batalhas se resolvem pelo jogo político das forças sociais. Nesse sentido, o espaço aparece como obra histórica que se produz, continuamente, a partir das contradições inerentes à sociedade, produzidas a partir de relações sociais assentadas em relações de dominação-subordinação / uso-apropriação, que produzem conflitos inevitáveis que tendem a **questionar o entendimento da cidade exclusivamente enquanto valor de troca**[84] e, conseqüentemente, as formas de parcelamento e mercantilização do solo urbano. Ao mesmo tempo, a reprodução das relações sociais se processa agora, pela lógica de ações políticas e pelo controle sobre a técnica e o saber. A presença contraditória do Estado no espaço, fundada em uma estratégia que se quer hegemônica, organiza as relações sociais e de produção através da reprodução do espaço, através de uma ação planificadora, em que o espaço do "habitar" aparece como algo secundário.

Esses elementos caracterizam um momento específico da reprodução e nessa direção, a análise da metrópole aparece como um grande desafio. Ultrapassar o limite estreito da produção do espaço enquanto mercadoria e do cidadão enquanto força de trabalho torna-se necessário, o que envolve refletir o espaço urbano em seu sentido mais amplo, entendendo o espaço geográfico como uma produção social que se materializa formal e concretamente em algo passível de ser apreendido, entendido e apropriado pelo homem, como condição e produto da reprodução da vida, isto porque a relação entre o habitante e a cidade é atravessada por modos de apropriação e usos envolvendo uma multiplicidade de elementos. A análise do fenômeno urbano sublinha, assim, o que se passa fora do âmbito do trabalho, mas ligado a ele, e com isso acentua a esfera da vida cotidiana de modo que a reprodução do espaço urbano, articulado e determinado pelo processo de reprodução das relações sociais, se apresenta de modo mais amplo do que relações de produção *stricto sensu* (a da produção de mercadorias), envolvendo momentos dependentes e articulados. É nesse sentido que o plano da reprodução se impõe àquele da produção.

Podemos, para concluir nosso raciocínio, sugerir a hipótese de que os problemas detectados na metrópole paulista são mundiais, pois a reprodução do espaço urbano se realiza revelando dramas e estratégias que invadem e determina a instauração do cotidiano no âmbito de toda a sociedade urbana.

---

[84] Idéia também desenvolvida em nossa tese de doutorado [*A (re)produção do espaço urbano*, op.cit.] e retomada no livro *A cidade*, São Paulo, Contexto, 1992.

A "Revitalização" Urbana como Processo de Valorização do Espaço

O tema da revitalização urbana[85] aponta um modo de pensar praticamente a cidade, isto é, a cidade enquanto prática sócio-espacial, o que coloca desafios. Em primeiro lugar, a intervenção nos "lugares da metrópole", através de processos de revitalização/requalificação, aponta uma relação complexa entre o Estado e o espaço, na medida em que, não se pode esquecer, o poder político tem possibilidade de intervir, permitir ou coordenar a intervenção no espaço, como é que ocorre no caso das revitalizações. Como já foi visto, esta também trata-se de uma ação que se realiza produzindo contradições.

O estágio atual do processo de reprodução do espaço da metrópole nos coloca diante da necessidade de planejar a revitalização/reestruturação de lugares, não importando sua dimensão, o que nos remete ao ato de "planejar espaços". Cabe, portanto, questionar sobre quais seriam as implicações deste fato.

O trabalho é criador de formas e em uma grande cidade, as formas urbanas se recriam constantemente, ganhando sempre novos sentidos. As novas tecnologias, que alteraram a noção do tempo com o desenvolvimento dos meios de comunicação, mudam profundamente o processo produtivo e imprimem uma nova racionalidade ao espaço. As marcas do rápido processo de transformação que vivemos atualmente, em meio a constituição do processo de mundialização da sociedade, estão impressas tanto na paisagem, como na consciência. A efemeridade das formas, produto das metamorfoses urbanas, faz da cidade uma recriação constante e a constituição da mundialidade, por sua vez, com seus novos padrões culturais, invade a vida cotidiana recriando, constantemente, novos valores, novos signos, novos comportamentos, enquanto destroem símbolos, transformam os modos de uso do espaço, mudam as relações entre os cidadãos e destes com a cidade. O processo de reprodução do espaço, a partir do processo de reprodução da sociedade, se realiza produzindo novas contradições suscitadas pela extensão do capitalismo.

Também o poder político do Estado se exerce através do espaço enquanto dominação política e, neste sentido, ele se reproduz interferindo constantemente na reprodução do espaço. É assim que se normatiza o uso do espaço, bem como se produzem planos diretores e que se direciona e hierarquiza o investimento na cidade. Mas também há interesses privados dos diversos setores econômicos da sociedade, que vêem no espaço a condição de realização da reprodução econômica, pois os lugares da cidade aparecem como lugares da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento de cada atividade de modo a entrever uma equação favorável à realização do lucro. Mas cada fração de capital atua segundo sua lógica (ora se contrapondo, ora se articulando para realizar, prontamente, seu fim que é a reprodução constante). Há o setor financeiro que trata o espaço como lugar possível de investimento, ao passo que o setor imobiliário reproduz, constantemente, o espaço na condição de mercadoria consumível. Em todos esses momentos da reprodução do capital, a interferência do Estado é fundamental e a sua ação desencadeia, como conseqüência, um processo de revalorização/desvalorização dos lugares da metrópole produzindo o fenômeno implosão-explosão.

[85] Originalmente publicado in O espaço do público - Memória do IV Seminário Internacional de la unidade temática de desarollo urbano", Editado por la municipalidad de Malvinas Argentinas, pp. 105-113.

O primeiro processo é conseqüência da intervenção direta nos lugares produzindo sua total transformação com a conseqüente perda dos referenciais urbanos e com a imposição de outros e o segundo estabelece a extensão das periferias. Esses processos revelam que o espaço na metrópole se reproduz, não só enquanto condição, mas também como produto do processo de reprodução política e econômica, revelando a condição do espaço enquanto “valor de troca”, ou seja, como produto direto do processo de generalização da mercadoria no mundo moderno e também como elemento estratégico para a reprodução do poder.

Por sua vez, as necessidades daquele que vive na cidade e que mantém com os lugares desta uma relação de apropriação, ou seja, através dos usos dos espaços para a realização da vida, se contrapõem, frontalmente, com o entendimento ou o direcionamento do processo de reprodução da cidade, seja enquanto “valor de troca”, seja enquanto realização do poder político. No plano do cidadão, a metrópole se realiza cada vez mais como um lugar destinado à troca – o que significa que a apropriação e os modos de uso tendem a se subordinar, cada vez mais, ao mercado; por outro lado, os lugares da cidade se restringem a lugares vigiados, normatizados, privatizados, ou semi-privatizados (como é o caso dos shopping centers), o que impõe transformações freqüentes nas possibilidades do uso da metrópole.

O processo de reprodução do espaço urbano metropolitano se dá de modo intenso pela construção, auto-construção e pela destruição de bairros inteiros, em função da necessidade da acumulação – como é o caso do deslocamento dos setores de produção das indústrias e da potencialização da centralização do capital financeiro na metrópole, seguindo a trilha da modernização através da realização dos serviços modernos. A nova atividade, apoiada também em novas tecnologias e formas de gerenciamento, e ainda em um novo grau de competitividade, requer a construção de áreas específicas na metrópole super edificada. Assim também, esta nova atividade se realiza fora do centro, que se deteriora em função de sua saturação, fato que acarreta, como conseqüência imediata, a fuga dos investimentos. Essas transformações espaciais produzem, imediatamente, transformações nos usos, funções e formas de apropriação do espaço e, com isso, transformações no modo de vida, pois modifica as relações e a vida dos habitantes, bem como sua condição diante do lugar que diz respeito a sua vida e com o qual se identifica.

O ponto de vista do habitante, para quem o espaço se reproduz enquanto lugar onde se desenrola a vida em todas as suas dimensões, o habitar (e as relações que este ato implica como usos de outros lugares), são elementos constantemente negligenciados quando a questão é a revitalização dos lugares da cidade. Esta lógica revitalizadora esvazia a dimensão da reprodução da vida - que foge à racionalidade homogeneizante imposta pela sociedade de consumo - e nega a cidade enquanto lugar que visa a realização dos desejos do cidadão, lugares apropriados para o uso, cujo conteúdo ultrapassa aquele do mero consumo produtivo dos lugares da cidade. É o que nos revela, por exemplo, o conteúdo dos espaços públicos em sua multiplicidade de sentidos, decorrente da cultura, dos hábitos e costumes. Todavia, reduzidos aos equipamentos coletivos, vêem negado seu sentido pela impossibilidade de apropriações múltiplas como lugares de encontros/desencontros, da comunicação, do diálogo, etc. Lugares marcados pelas formas de apropriação diferenciadas enquanto momentos privilegiados que constituem a identidade cidadão/cidade, o que vai se contrapor às necessidades de acumulação.

As transformações no uso do espaço urbano revelam a contradição no processo de reprodução do espaço entendido, por exemplo, na passagem dos lugares conhecidos/reconhecidos pelos atos e ações da vida cotidiana que aí se desenvolve sem a mediação da troca ou pela constituição dos lugares da ausência, onde a forma efêmera impõe-se como única possibilidade de realização do moderno. Nesse contexto, o habitante se transforma em simples morador e, nesta condição, ganha status de cidadão apenas quando realiza sua condição de usuário de serviços, o que esvazia o sentido da cidadania, até a sua negação total.

O uso revela o plano do vivido e este revela atualmente na metrópole o fato de que o mundo se impõe como efêmero, produto da multiplicação exponencial das coisas materiais e imateriais que afeta nossos sentidos e nossa percepção da realidade. A constituição do mundo da mercadoria, a imposição da ideologia do consumo que tende a homogeneizar tudo - valores, comportamentos, gestos e ações –, a extensão da propriedade privada no espaço metropolitano, dominam a vida cotidiana, onde a normatização e a coação imperam. A identidade abstrata – vinculada ao mundo da mercadoria - se impõe a todos pela produção/consumo de uma cultura voltada ao "consumo do moderno", e isto se torna possível pelo desenvolvimento da mídia e do papel crescente da televisão na vida cotidiana.

A revitalização se instaura e ganha sentido, portanto, neste processo de transformação. No caso brasileiro, o processo de reprodução dos lugares da cidade, enquanto processo de revitalização urbana, tem sua fundamentação em uma racionalidade que se impõe enquanto "processo autofágico", em que a demolição dos lugares familiares para a produção de novas formas urbanas se realiza aprofundando a segregação, além de expulsar a "população inadequada"[86] e destruir as referências, que são elementos definidores da identidade cidadão/cidade e que sustentam a memória. Impõe-se um novo tempo para a morfologia urbana, agora definida pela necessidade de produção do "novo espaço" dos serviços. Nessa direção, o processo denuncia a construção de uma idéia abstrata da cidade enquanto símbolo do moderno, que aparece, no limite último, pela constituição de uma rede de cidades mundiais, vendidas no mercado como imagem de uma cidade bem administrada, enquanto que no plano do planejamento, faz-se tábula rasa da prática sócio-espacial. Nessa direção, a cidade se reduz ao seu quadro físico, passível de intervenção, calando o cidadão e transformando-o em usuário de meios de consumo coletivos. Essas transformações ocorrem no seio do processo de constituição do mundial e da construção da cidade enquanto norma.

A forma está carregada de valor e faz parte do quadro de referências da vida, compondo a prática sócio-espacial e, por isso entrando na constituição da identidade - esse plano se refere àquele da prática, pois é na prática que a identidade se realiza criando as bases para a constituição da memória. O ritmo da vida cotidiana se liga à duração das formas enquanto persistência do uso através do corpo. A vida cotidiana perde sua força no espaço fragmentado pela propriedade privada, nos espaços renovados ou reabilitados que produzem novas formas para o uso, até que ocorra sua inexistência total, pois esse processo é imposto ao cidadão que não tem o direito de falar e quando fala, não ouvido, pois só pode fazê-lo através de instrumentos políticos que simulam a participação da população.

Assim, a revitalização é, antes de mais nada, um processo de revalorização do solo urbano que muda o uso do espaço pela imposição do valor de troca, expulsando aquele que não está apto a pagar por ele, como pode ser visto, por exemplo, em São Paulo, Salvador ou mesmo em Paris. A revitalização, por sua vez, também produz a assepsia dos lugares, pois o "degradado" é sempre o que aparece na paisagem como o pobre, o sujo, o feio, exigindo sua substituição pelo rico, limpo, bonito; características que não condizem com a pobreza.

O combate ao degradado no centro das metrópoles – pelos processos de revitalização – ao revalorizar os lugares dentro da metrópole "revitalizam a propriedade" com a erradicação da pobreza e do pobre, que é expulso para outras áreas – o que gera o fenômeno da explosão da cidade - com estratégias dissimuladoras. No caso de São Paulo, a revitalização da Praça do Patriarca, por exemplo, extinguiu os terminais de ônibus, que sem passageiros transitando, erradicou o comércio ambulante e, para finalizar, um arquiteto criou um grande pórtico

[86] Texto do Relatório de Impacto Ambiental - EIA RIMA - realizado para a Operação Urbana Faria Lima, São Paulo, Tetraplan.

branco, sem quaisquer relações com a praça e com a vida da praça, como culto à monumentalidade excludente e amnésica.

Portanto, se de um lado essa transformação é de ordem formal e se refere a possibilidade das possíveis reestruturações das formas espaciais urbanas, por outro, o processo é fundamentalmente de ordem social – excludente e segregador - e, nesse caso, podemos atentar para novos sentidos de apropriação do espaço pela sociedade. Tal fato coloca-nos diante das práticas coletivas que requerem, para existir, uma base espacial que se estabeleça cada vez menos apoiadas nas relações de proximidade e de vizinhança, por exemplo, vinculando-se ao plano da constituição de uma nova urbanidade.

Deste modo, não se pode ignorar que o dinamismo do processo de produção espacial da cidade será determinado pelo conflito a partir das contradições inerentes às diferenças de necessidades e pontos de vista de uma sociedade de classes, manifesta na propriedade privada do solo e, conseqüentemente, no seu uso.

Nesse sentido, como pensar o planejamento do espaço na dimensão da "requalificação/revitalização da cidade"? Como desenvolver esta questão sem produzir fetiches como aquele do "pseudo" planejamento, que pensa a cidade sistematicamente como quadro físico, e não enquanto prática sócio-espacial, e em que o cidadão é reduzido a um montante populacional, ou no limite último a consumidor, mão de obra, ou ainda usuário de serviços urbanos, e nunca ou raramente, como cidadão?

Em uma metrópole, como São Paulo, onde se exorta o "bota abaixo" como tendência inequívoca e única da modernidade ou, como querem alguns, das exigências do período pós-moderno, o planejamento se realiza sobre a lógica da reprodução econômica patrocinada pelo desenvolvimento técnico, embalada pela ideologia do progresso que marca o cenário da modernidade, e que tem na metrópole sua expressão mais acabada. Tal direcionamento ignora o sentido dos modos de apropriação do espaço através de seu uso. Quais as conseqüências, para o cidadão, por exemplo, do fato de que praças, parques, áreas de convivência e sociabilidade desaparecem engolidas pela necessidade de alargamento e construção de túneis e grandes avenidas (que transformam as ruas em lugar de passagem), ou mesmo pela instalação de grandes obras arquitetônicas?

As avenidas e túneis que nascem em poucos meses impõem uma nova ordem ao espaço e, conseqüentemente às vida de relações com a destruição de bairros inteiros e, com isso das relações de sociabilidade pela atenuação das relações de vizinhança e impossibilidade de realização dos encontros casuais em meio à realização dos atos banais da vida cotidiana. Os milhares de outdoors, que povoam a cidade, eclipsam a arquitetura e com isso traços importantes da vida urbana, emitindo todo tipo de ordem (basta observar que cada vez mais as mensagens curtas trazem o verbo sempre no imperativo), desde onde comprar, até o que se fazer nas "horas livres", que não são nada livres, por sinal. Os semáforos (na sua cadência programada entre o pare, atenção, ande), que estão em toda parte, ordenam o trânsito, determinam a cadência dos passos, o tempo da troca (do comércio de ambulantes que se estabelece nas esquinas movimentadas de muitos semáforos, nos entroncamentos de várias avenidas da metrópole).

Por outro lado, o planejamento da cidade também passa por seu entendimento enquanto o emprego do tempo. A metrópole permite perceber as mudanças nas formas do morar, e do lugar do morar, no relacionamento entre as pessoas, nos usos dos espaços públicos para o lazer. Raramente se leva em consideração o emprego do tempo para a vida, e os planejadores preocupam-se apenas com o tempo dos deslocamentos na grande cidade, preferencialmente os motorizados. O tempo social passa por um processo integral de quantificação a partir da medida do tempo de trabalho e seu conseqüente grau de produtividade, posto que a quantificação do tempo de trabalho ganhou a sociedade inteira, mediando todas as relações, traduzidas nos deslocamentos.

Deste modo, o tempo se projeta no espaço, pela medida, aparecendo nas coisas, produtos e atos, a partir desta determinação. Convém não esquecer que o sentido do discurso planejador é ora o embelezamento, ora a necessidade da diminuição do tempo dos deslocamentos na metrópole para se ganhar em "qualidade de vida".

Nas estratégias dos "planos", o uso da cidade é pensado na perspectiva de uma simplificação das necessidades, que deste modo aparece, separadamente, a partir do estabelecimento de funções bem delimitadas, como àquela do morar, do trabalho e do lazer. A idéia de uso presente no planejamento da cidade reduz a cidade ao seu nível funcional e essa simplificação decorre do fato de que se pensa a cidade apenas enquanto meio físico, teatro da atividade econômica e, portanto, lugar a ser ordenado pelo planejamento para viabilizar essas necessidades e a partir daí, busca-se uma solução técnica.

A dominação imposta pelas necessidades do poder político em articulação com a empresa privada produz o espaço homogêneo ao mesmo tempo, que contraditoriamente, impõe a fragmentação pela realização da propriedade privada, que vende a cidade em pedaços. Esse processo entra em contradição com as necessidades da vida social, que não se reduz nem ao aspecto econômico, nem ao político, gerando lutas. O movimento dos sem-tetos no centro de São Paulo, por exemplo, vive em uma "quebra de braços" com a prefeitura para se fazer ouvir através da ocupação de edifícios no centro, a prefeitura, por sua vez, efetua a desocupação destes edifícios pela imposição da lei, ou seja, pela força coercitiva que dispõe. Assim o processo de revitalização segue seu curso no centro da metrópole trazendo como conseqüência o aumento do preço do m^2 e reproduzindo o centro enquanto movimento de revalorização do capital.

Na realidade, a reflexão aponta a necessidade da construção de um pensamento sobre a cidade capaz de entendê-la enquanto prática sócio-espacial, ou seja, na sua dimensão mais ampla, não limitada à sua morfologia, nem reduzida às necessidades de realização da atividade econômica, mas, ao contrário, abrindo-se aos modos de apropriação possíveis. Como conseqüência, é preciso pensar uma política urbana que se apóie sobre uma profunda e ampla reflexão sobre o sentido da cidade e o urbano, que não exclua, mas antes privilegie, o conteúdo do habitar.

Nessa perspectiva, o que se coloca para o debate é a necessidade de refletir sobre as contradições que estão postas no mundo moderno e que emergem, com toda sua força, no espaço da metrópole, acentuando e/ ou produzindo contradições.

Assim, o que precisamos privilegiar no debate é o modo como essas contradições ajudam a explicar o mundo e a realidade urbana atualmente. É possível e imperativo pensar a cidade de "outro jeito" e nessa perspectiva, tomamos como ponto de partida a idéia de que pensar a cidade e o urbano significa pensar a dimensão do humano em sua constituição; o que significa dizer que o entendimento da cidade deve centralizar a questão da constituição da sociedade urbana, tal qual se apresenta, em suas várias possibilidades.

Algumas Questões sobre a Habitação na Metrópole de São Paulo

Este texto[87] tem como objetivo apontar alguns elementos, a partir dos quais, é possível pensar a questão da habitação, atualmente, em São Paulo, no momento em que, o processo de reprodução do capital apresenta novas estratégias. Com isso queremos dizer que a especificidade do processo de reprodução hoje, é que as frações do capital (tanto o industrial, quanto o financeiro) se realizam através da produção de um "novo" espaço, criando novas contradições e aprofundando o conflito com os espaços da moradia, na medida em que os interesses do capital entram em choque com os desejos e necessidades da reprodução da vida humana.

O plano da habitação revela o nível do vivido, nesta direção, as relações sociais na metrópole podem ser lidas no plano da vida cotidiana, enquanto prática sócio-espacial concretizadas no modo como as pessoas se apropriam de um espaço fragmentado pelas estratégias dos empreendedores imobiliários, posto que a propriedade privada do solo urbano condiciona o uso à realização do valor de troca e é desta maneira que a casa apresenta-se como mercadoria.

Na realidade, atualmente a cidade inteira está submetida ao valor de troca, como conseqüência da generalização do mundo da mercadoria que transformou o próprio espaço em mercadoria, o que significa que os modos possíveis de apropriação devem realizar-se nos limites e interstícios da propriedade privada do solo urbano, que delimita o acesso dos cidadãos à moradia (definido e submetido ao mercado fundiário), ao mesmo tempo em que determina e orienta outras formas de uso (o momento definido enquanto lazer, por exemplo, desvela o fato de que estes acessos se realizam através do consumo do espaço através do mercado).

Mas é preciso considerar que o espaço da habitação não pode se restringir ao plano da casa, pois o sentido do habitar é muito mais amplo, envolvendo vários níveis e planos espaciais de apropriação. A partir da sua casa e para manutenção de sua via, o cidadão usa outros lugares que a complementam, como a rua, os parques, as praças, os lugares de trabalho, os lugares de lazer. Esses usos se realizam num tempo determinado enquanto momentos da vida cotidiana e é neste sentido que se ilumina uma articulação indissociável entre espaço-tempo, na medida em que o uso do espaço urbano se realiza enquanto emprego de tempo e, portanto, a realização dos momentos da vida enquanto uso do espaço. Assim, a prática sócio-espacial, no plano do vivido, aparece como modo de apropriação dos lugares da cidade, onde se estabelecem os vários momentos da vida cotidiana para além da casa. Mas a apropriação dos lugares da cidade, para a realização concreta da vida, se orienta e se transforma em função das estratégias da reprodução social no espaço a partir da habitação. Primeiramente porque o homem habita e se percebe no mundo a partir de sua casa, ela é, como afirma Ecléa

[87] Uma primeira versão deste texto foi publicada em Scripta Nova, Revista eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales da Universidad de Barcelona http://www.ub.es/geocrit/sn-88.htm.

[88] BOSI, E. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos.* São Paulo, Cia. das Letras, 1995, p.435.

Bosi[88], “o centro geométrico do mundo para o habitante”. Assim, a casa envolve outras dimensões espaciais como a rua e depois o bairro, onde vão se tecendo a trama de relações do indivíduo em sociedade através dos modos de uso dos lugares da cidade. Deste modo, a relação casa/rua/bairro pode ser entendida como o primeiro quadro de articulação espacial no qual se apóia a vida cotidiana. Como decorrência, a morfologia urbana, com os traçados das ruas, avenidas e praças, com suas formas materiais arquitetônicas, guardam um conteúdo social só permitido pela manifestação que vem da prática espacial entendida como modos de usos dos lugares. É como uso, isto é, através do corpo em atividade e movimento, que os habitantes usam os lugares e, ao fazê-lo, identificam-se com eles, posto que são os lugares onde se realizam os atos mais banais da vida cotidiana. É a concretização destes atos que produz a identidade cidadão-lugar que vai constituir a base sólida através da qual germinará e se alimentará a memória e, por sua vez, é a memória que, ao tornar presente as práticas e atos da vida, lhe dá espessura e, neste sentido, podemos dizer que a cidade revela-se enquanto acumulação de tempos que dão conteúdo ao presente. Como a identidade – construída, pelo habitante, praticamente a partir dos usos dos lugares da cidade- sustenta a memória, as formas urbanas, impressas na memória, articulam espaço e tempo, construídas a partir de uma experiência vivida, num determinado lugar. Nesse sentido a construção do lugar se revela, fundamentalmente, enquanto construção de uma identidade que vai sustentar a memória. Identidade e memória, na perspectiva aqui empreendida, surgem como realidade prática e não apenas subjetiva.

O ato do habitar implica, também, um conjunto de ações que articulam planos e escalas espaço-temporais que incluem o público e o privado, o local e o global, através da vida que se realiza pela mediação do outro, em que os indivíduos, imersos em uma teia de relações, constroem uma história particular que é, também, uma história coletiva. A articulação entre o público e o privado se coloca como condição necessária da constituição do sujeito coletivo, como da constituição da vida, sinalizando que a condição da reprodução da vida humana pode ser analisada em dois planos: o individual (que se revela, em sua plenitude, no ato de habitar) e o coletivo (que diz respeito à reprodução da sociedade onde as histórias particulares ganham sentido na história coletiva).

No conjunto da metrópole, a habitação revela com força a fragmentação do espaço, raiz da segregação que marca a reprodução do espaço em São Paulo e o entrelaçamento entre morfologia espacial e social aponta a desigualdade do processo, fonte das contradições vividas.

Habitar a metrópole

O habitar, ato que guarda a dimensão do uso, envolve um lugar determinado no espaço, portanto uma localização e uma distância que se relaciona com outros lugares da cidade e que, por isso, ganha qualidades específicas. Nesse aspecto, o espaço do habitar tem o sentido dado pela reprodução da vida, tratando-se do espaço concreto dos gestos, do corpo, que constrói a memória porque cria identidades através dos reconhecimentos, pois aí coabitam objetos e o corpo. Desta forma, o mundo humano é objetivo e povoado de objetos que ganham sentido à medida que a vida se desenvolve como modos de uso da casa, da rua, da cidade, formando, por intermédio desta ação, um conjunto múltiplo de significados. Estes, por sua vez, constituem o mundo da percepção sensível carregada de significados afetivos, ou representações que superam o instante, e, nesta condição, são capazes de traduzir significados profundos sobre o modo como estas se construíram ao longo do tempo**.** Estes são os conteúdos, possíveis, dos lugares da metrópole.

É assim que o ato de “habitar” está na base da construção do sentido da vida, revelado nos modos de apropriação dos lugares da cidade, a partir da casa. Significa afirmar que o ato do habitar produz a “pequena

história", aquela construída nos lugares comuns, por sujeitos comuns, na vida cotidiana. Mas na lógica capitalista esse sentido se revela em sua dimensão "improdutiva" e é nesse sentido que ao *uso produtivo* - a cidade produzida dentro dos estritos limites da produção econômica, enquanto condição da produção/reprodução do capital - se impõe o *uso improdutivo* do espaço, centrado na vida cotidiana. Em uma metrópole que se transforma, rapidamente, apoiada, em muitos momentos, por um planejamento autofágico, onde novas formas urbanas se impõem pela destruição das antigas (como conseqüência dos múltiplos processos de intervenção na metrópole), o ato de habitar é sempre redefinido. Do ponto de vista do indivíduo, este processo, não raro, é destituído de sentido, pois os homens se tornam instrumentos no processo de reprodução espacial, e suas casas se transformam em mercadorias passíveis de serem trocadas ou derrubadas (em função das necessidades do "progresso" imposto pelas necessidades do crescimento econômico que tem no espaço urbano, condição essencial de realização). É assim que a atividade humana do habitar, do estar com o outro, do reconhecer-se neste lugar e não naquele, vai se reduzindo a uma finalidade utilitária. Trata-se do momento em que a apropriação passa a ser definida no âmbito do mundo da mercadoria.

Neste contexto o uso é submetido, no mundo moderno, à propriedade privada, ao império da troca, em um processo em que o espaço se reproduz enquanto mercadoria cambiável que vai delimitando os espaços passíveis de apropriação, revelando a fragmentação imposta pelo sentido e amplitude da generalização da propriedade privada do solo urbano. Como conseqüência, a vida se normatiza em espaços reduzidos a uma função específica e, quanto mais funcionalizado é o espaço, menos ele pode ser apropriado. Nesse processo, o cidadão se reduz à condição *de usuário*, enquanto o ato de habitar se reduz àquele do morar (*stricto sensu*).

Esses processos se referem a uma prática que vai em direção à segregação sócio-espacial, visível no plano da paisagem, a partir de uma morfologia profundamente hierarquizada socialmente, na medida em que a habitação é a forma mais visível das diferenciações de classe no espaço. Desta forma, o espaço e o tempo se apresentam entrecortados, em fragmentos, condicionado por atividades divididas (no espaço) e circunscritas (no tempo). Nesse sentido, o habitar, enquanto ato social, vai desaparecendo, transformando a habitação em abrigo ou fuga. Como conseqüência, assiste-se, na metrópole, a criação de lugares próprios para usos específicos, onde não raro, as possibilidades do uso público se restringem à pobreza dos espaços semi-públicos e vigiados, como é o caso dos *shoppings centers*, que ganham papel importante como lugar de lazer do paulistano, principalmente nos finais de semana, em detrimento do espaço das ruas. Ruas vazias nas áreas centrais e de renda média ou alta, ruas cheias nas periferias pobres - o "cheio e o vazio" vão marcando o modo como se realizam os atos de apropriação que tem como condição a propriedade privada.

Assim, na metrópole, o ato de morar revela, antes de mais nada, o modo como o *processo de segregação* se realiza espacialmente, iluminando uma prática que justapõe morfologia social/morfologia espacial estratificadas e hierarquizadas. Neste sentido, o movimento da reprodução da metrópole revela os conflitos e limites da reprodução social, apontando uma contradição fundamental (no movimento do processo de reprodução da cidade) entre valor de uso e valor de troca do espaço – impressa nas possibilidades de apropriação do espaço da vida.

Este processo revela o modo pelo qual a reprodução da sociedade se realiza enquanto reprodução do espaço, apontando estratégias e limites não só aquelas do Estado ou do capital mas, fundamentalmente, dos cidadãos e, neste sentido, a luta por moradia aparece como possibilidade renovada de realização da vida. Neste aspecto, o espaço além de revelar-se como acumulação de tempos passados, aparece também como virtualidade.

A segregação como produto

A reprodução da metrópole se realiza enquanto explosão da cidade, como extensão do tecido urbano pela generalização da urbanização revelada enquanto prática na vida cotidiana. A segregação se apóia na existência da propriedade privada (que, em suas várias formas, é fundamento da riqueza) do solo urbano, que diferencia o acesso do cidadão à moradia, e na fragmentação dos elementos da prática sócio-espacial urbana – na metrópole se acham separados os lugares da vida como elementos autônomos. Nesta condição a segregação é a negação do urbano e da vida urbana e assume, no entanto, várias facetas indicando processos diferenciados, apesar de justapostos. A prática espacial revela, por sua vez, que a segregação ocorre ligada a vários elementos[89], que são elencados abaixo:

a) pode ser espontânea, referindo-se a uma estratégia de classe que, a partir de uma diferenciação de renda, localiza as pessoas, diferencialmente, na metrópole, uma vez que, o uso está subordinado à propriedade e, portanto, seu uso se submete à realização do valor através de um ato de troca. Nesta direção, o mercado fundiário, na cidade, distribui a população no espaço baseado na racionalidade da propriedade privada. Nesse sentido é produto da estratégia de uma classe. É assim que a morfologia social se materializa enquanto morfologia espacial o que se revela, por exemplo, na seqüência diferenciada da paisagem dos bairros que se produzem enquanto fragmentos que tendem a totalizar os planos da vida.

De um a lado a presença cada vez maior dos condomínios fechados, de outro as imensas periferias com moradias auto-construídas, significa que as estratégias se referem, na metrópole, a várias classes de renda, cada uma com estratégia diferenciada, mas todas realizando a segregação. No caso das classes de baixo poder aquisitivo, a estratégia não é a de separar-se da cidade e de outras classes, mas uma estratégia de sobrevivência, realizada nos limites das necessidades de reprodução da vida na construção das áreas de favelas, por exemplo.

Já os condomínios fechados apontam, para além da necessidade e vontade de isolamento (referenciada, pela a espontaneidade com que as classes de poder econômico semelhante se localizam no espaço), a realização de estratégias imobiliárias que têm gerado na metrópole o estabelecimento de lugares separados e murados e o "espontâneo" se encontra capturado pela estratégia do mercado imobiliário em que o solo urbano adquire, plenamente, a condição de mercadoria. O espaço tornado raro, custoso, de luxo, é mantido por várias estratégias como circuito da reprodução do setor imobiliário.

b) Há também o que Henri Lefebvre chama de "segregação programada" que se realiza pela intervenção do Estado através de políticas urbanas orientadas pelas exigências da reprodução. Isto é, a intervenção do Estado no espaço, seja diretamente através da construção de infra-estrutura, seja através das políticas urbanas que incentivam o deslocamento das atividades, transformando as funções dos lugares, conseqüência do movimento de valorização / desvalorização dos lugares. No caso da valorização, esta é apropriada pelo setor imobiliário, ao passo que a desvalorização, é socializada, apontando a degradação da vida, pois em muitos casos a intervenção do Estado destrói a morfologia da cidade reduzindo drasticamente as possibilidades do uso. Tal fato ameaça, diretamente, a vida urbana a partir da destruição de áreas imensas, com a perda das relações de vizinhanças, diminuição das possibilidades de encontro, deterioração dos espaços públicos, bem como pela excessiva normatização dos lugares da vida permeados de interditos que esvaziam o uso, expulsando o corpo.

c) mercantilização do solo urbano tornado mercadoria. Nesta dimensão as estratégias imobiliárias se inscrevem no espaço da metrópole revelando uma lógica: o espaço adquire valor de troca supondo uma intercambialidade, nesta dimensão trata-se da realização espacial da racionalidade da propriedade privada.

---

[89] Apontado por Henri Lefebvre em La révolution urbaine.Gallimard, Paris, 1970.

No espaço da metrópole estas estratégias se realizam conflituosamente. Atualmente, o espaço da moradia na metrópole se vê modificado pelas transformações do processo produtivo, pois a reprodução do ciclo do capital exige, em cada momento histórico, determinadas condições para sua realização; assim a dinâmica da economia metropolitana, antes baseada preferencialmente, no setor produtivo industrial, vem se apoiando, agora, também, em um amplo crescimento do setor terciário moderno - serviços, comércio, setor financeiro - como condição de desenvolvimento, numa economia que se abre, cada vez mais, para o plano do mundial. Tal transformação requer a "reprodução do espaço", como condição da acumulação, que se realiza a partir da expansão da área central da metrópole (até então lugar precípuo de realização desta atividade) em direção a região sudoeste da metrópole, o que redefinirá as condições de moradia nesta área.

Na metrópole, as áreas tradicionais em torno do centro se encontram densamente ocupadas e o sistema viário congestionado, o que entra em conflito com as necessidades de expansão do setor de serviços, agora sob novos padrões de competitividade da economia, apoiada em profundas mudanças da atividades econômicas, impondo novos parâmetros para o desenvolvimento desta atividade (inclusive construtivos). É assim que a reprodução do espaço se coloca como necessidade da reprodução continuada, porque a centralidade é fundamental neste tipo de atividade, não podendo se instalar em qualquer lugar do espaço metropolitano.

O que há de novo neste processo, é que a condição do processo de reprodução se faz através de uma ampla aliança entre as frações de capital (industrial e financeiro) e o Estado, no espaço e neste caso, o que se pode chamar de "setor imobiliário" revela que, num determinado momento, a reprodução se realiza enquanto "conquista do espaço". Com esta afirmação queremos mostrar que, em um momento de crise do setor industrial, o processo de reprodução do espaço da metrópole aparece como estratégia de realização do capital financeiro na medida em que este passa a investir na produção imobiliária enquanto aplicação de capital - concretamente na produção dos edifícios de escritórios modernos. Mas como a metrópole está completamente edificada – nas áreas centrais - a expansão do centro só pode se realizar na contigüidade das áreas onde esta atividade já se desenvolve na metrópole, a partir da destruição de bairros residenciais (localizados nestas áreas centrais), expulsando seus moradores para outras áreas. Esta estratégia sinaliza eliminação das favelas que se encontram no meio do caminho como conseqüência imediata do processo de valorização das terras urbanas, apoiado no discurso do progresso. Este processo passa a ser central para a reprodução hoje, e revela-se de forma clara na paisagem metropolitana.

A paisagem é uma forma histórica específica que se explica através da sociedade que a produz, um produto da história das relações materiais dos homens que, a cada momento, adquire uma nova dimensão, aquela específica de um determinado estágio do processo de trabalho vinculado à reprodução do capital. O plano do habitar revela algumas das estratégias da reprodução econômica, enquanto processo de valorização/ desvalorização de áreas, apontando um movimento da população entre áreas centrais e a periferia. Significa a necessidade de repensar a relação centro-periferia definido como conseqüência dos processos de implosão - explosão da metrópole, que redefinem, constantemente, o conteúdo e a lógica da reprodução do espaço em função do processo de valorização como condição de realização da propriedade privada (e não, como conseqüência de um modelo de distribuição segundo o qual haveria uma diminuição do preço da terra urbana na medida em que nos distanciamos do centro em direção a periferia).

Os mecanismos que produzem a moradia, no espaço, revelam, como já afirmamos, a extrema segregação decorrentes de mudanças profundas no uso, impostas pela necessidade da reprodução do capital, revelando, no plano da prática sócio espacial, a fragmentação dos lugares submetidos a funcionalização. Nesta lógica, a casa, tornada mercadoria, tem o sentido estrito da função de moradia. A prática espacial urbana vai manifestando,

assim, a extrema separação / dissociação dos elementos de uma vida fragmentada, na separação dos momentos da vida cotidiana, ao separar, cada vez mais, os locais de moradia daqueles de trabalho e criando lugares de lazer na medida em que as ruas dos bairros se esvaziam como lugar de lazer e pontos de encontro.

O motor do processo de produção espacial da cidade também será determinado pelo conflito a partir das contradições inerentes às diferenças de necessidades e de pontos de vista de uma sociedade de classes, manifesta nos usos dos lugares da metrópole pelos indivíduos.

As habitações mais "pobres" localizam-se, obviamente, nos terrenos mais baratos junto às áreas com insuficiência ou inexistência de infra-estrutura, junto às indústrias, nas áreas alagadiças às margens dos rios e córregos ou mesmo nos morros, em função do preço do metro quadrado do terreno na metrópole. As favelas se localizam nas áreas onde a propriedade privada da terra, em princípio, não exerce seu poder, isto é, terras da prefeitura ou áreas em litígio. Não necessariamente nas áreas periféricas, ao passo que muitos cortiços se localizam nas áreas centrais da metrópole.

A paisagem vai revelando esse processo, os lugares da metrópole vão se diferenciando, por exemplo, pela fisionomia. A cor das áreas "ricas", por exemplo, é verde (da vegetação abundante se comparada com outros lugares), com casas amplas e de variadas dimensões e estilos, muitas declaram uma arquitetura arrojada, e as ruas estão quase sempre vazias. As áreas onde o preço do metro quadrado é menor, as moradias são menores, umas ao lado das outras em terrenos pequenos, com pouco ou nenhum verde, em alguns lugares, apresentam-se amontoadas num misto de auto-construção e favelas, construídas em terrenos pouco valorizados onde se aglomera uma massa de trabalhadores e desempregados, em locais cada vez mais distantes daquele de trabalho (o que os obriga a gastos excessivos de horas de transporte, inúmeras baldeações, diminuindo mais ainda o tempo de lazer, além dos custos que consome o já "minguado" salário do trabalhador). A tônica é a quase ou total inexistência de infra-estrutura (rede de água, luz, esgoto, limpeza pública, asfalto, escolas, pronto-socorros, hospitais, etc.) caracterizando-se como áreas de condições sub-humanas de moradia. Mas com ruas animadas, revelando que são lugares de realização da vida e não somente da sobrevivência.

O momento da reprodução de espaços para a habitação produz, também, a forma dos condomínios na metrópole, como áreas fechadas, muradas, pretensamente homogêneas, como uma das formas da segregação no espaço - revelando uma estratégia imobiliária que se realiza sob o "discurso" da necessidade de um "outro modo de vida, com outra qualidade de vida," capaz de fazer frente, ou melhor de isolar / poupar e proteger os indivíduos numa metrópole que se torna congestionada e violenta e de outro lado, a necessidade de se morar em meio ou próximo ao verde, que a metrópole, em seu crescimento, destruiu (como aparece nos folhetos de venda de imóveis deste tipo de construção). Nesta direção, a estratégia imobiliária cria também um discurso "anti-cidade" para continuar reproduzindo a metrópole. Mas estas formas não se realizam só na periferia da mancha urbana, as estratégias imobiliárias estão sempre em movimento, atentas as oportunidades de realização do valor.

Nos anos 70/80, a produção destas "formas" ocorre na periferia, mas nos últimos anos, esta estratégia, se realiza "em áreas centrais" (através do fechamento de ruas produzindo bolsões com casas vigiadas) da metrópole, como necessidade imposta pela urgência de isolamento, mesmo dentro das áreas centrais. É assim que, em "áreas nobres" constatamos o fechamento de ruas com guaritas e guardas de segurança que impedem a entrada de "estranhos" – entendendo por esse termo, todos aqueles que não moram nas casas delimitadas pelas guaritas". Nesta situação, o outro da relação se torna o ausente. Os espaços sociais se fecham, fragmentando-se. As relações de sociabilidade se esvaziam. Os espaços da habitação se reproduzem simulando "o mundo todo" e cobrindo todas as necessidades do "homem civilizado".

É assim que a metrópole vai se produzindo como exterioridade em relação ao cidadão. Se no primeiro caso, os condomínios revelam explicitamente a estratégia do mercado, a recriação "do sentido do isolamento ou da criação do gueto", ocorrem, hoje, em alguns bairros de população de classe de renda alta e se realiza com ou sem a mediação do mercado imobiliário. Aqui os espaços fragmentados são capazes de produzir o mesmo espírito de isolamento, e a "sensação de segurança e exclusividade" que "merecem ou sonham" os habitantes das classes de renda mais alta da sociedade. Estes realizam o lugar enquanto ideologia, como auto-segregação. Aqui a forma ganha novo uso; ou melhor, um não-uso; o fechamento da rua, o isolamento da rua no bairro, liquida o que o automóvel (no nível do público) e a Tv (no do privado) haviam começado; a dissolução das relações pela perda e / ou redução dos espaços-tempos da vida cotidiana.

A estratégia da construção dos condomínios fechados, iniciado nos anos 70, revelou aos empreendedores imobiliários que havia um novo "filão" de mercado a ser explorado: a construção dos condomínios horizontais, que ainda são possíveis em terrenos com baixa densidade construtiva. Portanto, podemos dizer que, de um lado, temos uma forma de segregação "espontânea" – ligada à ideologia da classe -, e de outro, a segregação "orientada" pelas estratégias imobiliárias, como condição da constante necessidade de reprodução do mercado imobiliário na metrópole a partir da expansão de seus limites – generalizando a segregação, ao mesmo tempo em que desagregam os laços sociais. Isto porque, no plano do uso, estas formas negligenciam a vida urbana, empobrecendo as relações sociais, absolutizando o sentido da rua enquanto passagem (restrita), normatizando as relações, excluindo e organizando a vida cotidiana dentro de parâmetros bem delimitados tanto no emprego do tempo, quanto no uso do espaço. É assim que a fragmentação revela a segregação. Esse processo, que se realiza como norma, invade o espaço privado, sem, no entanto, recriar identidades ou "pertencimentos".

O espaço metropolitano revela, também, outras formas de segregação em outros níveis e dimensões como conseqüência da reprodução "desigual" do espaço a partir do modo como as contradições vão "se colocando" para a sociedade. Neste sentido a segregação pode assumir novas formas ou mesmo mantê-las com nova função – o que pode atualizar o tema da segregação (teórico e prático).

Por outro lado, o processo de acumulação se generaliza no espaço ao mesmo tempo tornado condição e produto deste processo. Neste contexto, o conteúdo da urbanização apareceria como momento determinado da reprodução em função das novas possibilidades / necessidades de realizar a acumulação. O espaço, condição da produção do capital, ganha uma dimensão instrumental, enquanto que do ponto de vista do Estado - que regulariza os fluxos e controla a sociedade - aparece como instrumento de dominação estruturando a reprodução das relações sociais de produção. Nesta direção as mudanças no plano da sociedade se revelam enquanto mudanças espaciais, isto é, como transformações na prática sócio-espacial.

Neste momento, o aprofundamento da divisão social e espacial do trabalho se baseia numa nova racionalidade em que a gestão aponta a supremacia de um poder político que tende a homogeneizar, produzindo o espaço através do controle e da vigilância. Por outro lado, há movimentos sociais que se confrontam questionando a existência da propriedade da terra urbana, a lógica da gestão e da realização do lucro.

A raridade dos lugares

A escassez dos espaços disponíveis na metrópole paulista obriga as empresas, voltadas ao setor de serviços modernos e ao setor financeiro, a optarem por novas localizações dentro da metrópole gerando um movimento espacial no qual o processo de reprodução espacial gera novas centralidades. Esta área de expansão da atividade de serviços modernos vai se constituindo num pólo de atração de investimentos imobiliários,

capaz de sediar as novas funções que se desenvolvem hoje, onde o tratamento arquitetônico dos edifícios atrai uma ocupação diferenciada de alto padrão em decorrência da aplicação de novas tecnologias (gerenciamento e manutenção dos edifícios passa a ser um dado importante).

A nova atividade econômica, que se desenvolve na metrópole, alia-se às necessidades da reprodução dos investimentos, é a idéia de que se produz uma mercadoria para o desenvolvimento de uma atividade econômica, ao mesmo tempo em que se produz para o mercado financeiro como investimento. Isto se faz com o desenvolvimento do mercado de locação de escritórios através da expansão da indústria da construção civil; por outro lado responde às necessidades do setor terciário que, para diminuir custos (numa economia altamente competitiva), prefere alugar o imóvel ao invés de imobilizar capital na compra de um imóvel próprio, compensando, deste modo, as dificuldades no circuito normal de produção-consumo, apontando uma estratégia de aplicação de capital. Nesse caso o capital financeiro, associado ao capital industrial (o setor de construção civil), atendendo a uma nova demanda da economia, - o crescimento do setor de serviços - precisa, para se desenvolver, da aliança dos empreendedores imobiliários com o poder municipal garantido a gestão da cidade dentro dos padrões necessários a reprodução continuada do capital. Como conseqüência, a intervenção do Estado vai produzir ou aprofundar as desigualdades como decorrência da aplicação dos investimentos no espaço, criando a valorização diferenciada dos lugares da metrópole, interferindo no mercado de solo urbano.

É assim que, no plano da reprodução do capital, a metrópole transforma-se na "cidade dos negócios", no centro da rede de lugares que se estrutura no nível do mundial com mudanças constantes nas formas urbanas – tanto no uso quanto na função. Como decorrência tanto a silhueta dos galpões industriais quanto das residências dão lugar a novos usos ora substituídos por altos edifícios de vidro, centros de negócios, *shopping centers*, ora igrejas evangélicas, como produto da migração do capital para outras atividades econômicas, reforçando a centralização econômica, financeira e política da metrópole. A reprodução do espaço visando a acumulação vem expulsando as residências e a população não-compatível com as transformações, dos bairros residenciais em áreas de escritórios.

A metrópole enquanto exterioridade

O raciocínio aqui desenvolvido induz a conclusão que o uso produtivo do espaço (o espaço enquanto condição da reprodução econômica) se impõe sobre o improdutivo, aquela da vida cotidiana (isto é, as possibilidades de realização da apropriação dos lugares da vida sem a mediação do mercado). A dinâmica espacial da atividade econômica em curso - que desconcentra a indústria da metrópole, trazendo ao lado do crescimento a importância do setor financeiro e de serviços modernos, as atividades voltadas ao setor de turismo, lazer, cultura ,etc. - se faz aprofundando contradições.

Os diversos usos, na metrópole, entram em conflito, na medida em que são contraditórios os interesses do capital e da sociedade. Enquanto o primeiro tem por objetivo sua reprodução através do processo de valorização, a sociedade anseia (e luta) por condições melhores de reprodução da vida em sua dimensão plena. São os diversos modos de apropriação do espaço que vão pressupor as diferenciações de uso do solo e a competição que será criada pelos usos e no interior do mesmo uso. Como os interesses e as necessidades dos indivíduos são contraditórios, a ocupação do espaço não se fará sem lutas. Esse processo de apropriação faz aparecer por todos os lados a desigualdade entre o "rico" e o "pobre" (entre centro e periferia e dentro de cada um) e entre este a "miséria absoluta" representada por aqueles que moram embaixo das pontes ou nos bancos das praças. A disparidade também se expressa nas construções, na existência e / ou qualidade da infra-

estrutura, na roupa e rostos (na rudez ou suavidade de traços).

A metrópole também vai se constituindo eliminando os pontos de encontro, o lugar da festa; tragando os rituais e seus mistérios, eliminando, deste modo, os antigos referencias através da fragmentação do espaço e das relações do indivíduo pela descaracterização decorrente da transformação de bairros inteiros.

A constituição da metrópole traz, em si, a idéia de que a cidade vai crescendo, incorporando novas áreas (vazias, agrícolas) adensando outras, verticalizando as áreas centrais. Como contrapartida, o ser humano parece desaparecer na metrópole, na medida em que vira multidão: vontades e desejos não satisfeitos; impotência diante do cotidiano repetitivo e alienado. Há uma distância muito grande, entre o ato de produzir as obras (e produtos) e o ato de apropriar-se delas, o que faz com que a identificação do homem com aquilo que o cerca apareça como estranhamento. Esses fatos também revelam um forte movimento em seu sentido inverso, a construção da metrópole enquanto possibilidade; o que se revela pelo movimento dos "sem teto" no centro da metrópole, pelos corpos que teimam em "tomar as ruas centrais" em manifestações, pelas transgressões as normas impostas ao uso do espaço. Deste modo, a metrópole revela em seu constante processo de reprodução, as contradições do processo de produção do espaço, e assim, o espaço, é dialeticamente, acumulação de tempos e virtualidade.

SERIA O BRASIL "MENOS URBANO" DO QUE SE CALCULA?

Neste capítulo[90] pretendemos esboçar um debate motivado pelas idéias apresentadas no livro "**Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula"**, escrito pelo professor José Eli da Veiga[91]. Uma primeira aproximação com o texto nos permite afirmar que o livro traz um título estimulante e atraente, nos dando a impressão de que se trata uma obra portadora de uma tese a ser desenvolvida ao longo do texto, de modo que foi com grande interesse que nos pusemos a lê-la. Mas, ao contrário do que esperávamos, trata-se, na realidade, de um livro composto por um conjunto de textos (pequenos e superficiais) publicados, originalmente, sob a forma de artigos de jornal organizados para dar corpo à publicação do livro. Ao longo das páginas, dilui-se a idéia daquilo que acreditávamos ser o fio condutor do pensamento do autor. Assim, para evitar a desilusão de leitores desatentos e atraídos (como eu) pelas possibilidades que o título anuncia, sugerimos que esse livro seja lido sem maiores pretensões teóricas, e sim como algo que lemos rapidamente no café da manhã. Todavia, é preciso reconhecer como algo extremamente positivo nesse livro a impossibilidade de ficarmos indiferentes ao desafio lançado pelo autor, expresso no título do livro. E é a partir desse desafio que dedicaremo-nos a tecer alguns comentários sobre o livro, sem qualquer pretensão de esgotá-lo.

A idéia de estabelecer um diálogo com o professor José Eli da Veiga traz uma primeira dificuldade: o conjunto de artigos não apresenta uma reflexão aprofundada, baseada em argumentos sólidos, tampouco em uma pesquisa capaz de construir um referencial teórico à altura do desafio lançado pelo título do livro. Um outro problema enfrentado refere-se ao fato de que o autor vai emitindo opiniões em sua maioria apoiadas em estatísticas relativas aos países centrais para explicar o "nosso desenvolvimento".

Poderíamos tecer, inicialmente, uma primeira observação referente ao método. Nesta perspectiva, a preocupação que atravessa o livro baseia-se na idéia da produção de um conhecimento aplicado e banalizado, em muitos momentos, pela idéia de ecossistema, tratado por sua vez como modelo de inteligibilidade do mundo. Trata-se de um modelo fechado que aponta para uma ordem estabelecida, e, na medida em que o faz, traz como conseqüência a busca de sua manutenção cada vez em que ocorre uma crise (lida como um desequilíbrio deste sistema). Esta análise envolve riscos de simplificação da realidade na medida em que ela fundamenta-se em uma sistematização que, ao evitar o diferente, desemboca, necessariamente, na busca por estabelecer uma harmonia que ignora as contradições profundas pelas quais devemos analisar as atuais relações cidade/campo no Brasil. Como decorrência deste tipo de abordagem, a análise resulta no óbvio: o paradigma do "desenvolvimento sustentável" como caminho único possível para resolver os desequilíbrios. Nesse sentido, a busca do equilíbrio, da harmonia e da coerência confunde inexoravelmente desenvolvimento com crescimento.

[90] (supressão) originalmente publicado na revista GEOUSP – Espaço e Tempo, Revista dos Programas de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, número 13, junho de 2003.

[91] José Eli da Veiga. **"Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula"**. Campinas: Editora Autores Associados, 2002. (supressão).

Uma segunda observação refere-se ao fato de que os argumentos desenvolvidos nos artigos do livro caminham na direção oposta àquilo que o autor pretende provar. Com isso, Veiga, ao mesmo tempo em que afirma ser o Brasil menos urbano do que se calcula, reconhece a existência, hoje, de uma profunda transformação nas relações cidade/campo, embora o autor não enfrente a necessidade do desvendamento do conteúdo e do sentido dessas transformações.

O que o autor parece ignorar é a compreensão de que cidade e campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais neles contidas, sendo que estas relações, atualmente, ganham conteúdo em sua articulação com a construção da sociedade urbana, o que explica, por exemplo, o desenvolvimento do que vem se chamando de **pluriatividades.** Portanto, há na conclusão do autor uma inversão: no Brasil, a constituição da sociedade urbana caminha de forma inexorável, não através da transformação do campo em cidade, mas através de um "outro modo" de articulação do campo com o urbano, no qual redefine-se a antiga contradição cidade/campo. Este é, a meu ver, o desafio da análise. Significa dizer que o processo atual de urbanização não pode ser medido por indicadores referentes ou derivados do aumento da taxa anual de crescimento da população urbana, e muito menos pela estrita delimitação do que seria "urbano ou rural", como faz o autor. Significa também que nossas análises devem ultrapassar a dimensão dos dados estatísticos (que, por sinal, são escassos no livro). Por outro lado, a análise desses fenômenos deve superar a visão institucionalista – apoiada em decretos que definem regiões metropolitanas, delimitações de áreas urbanas municipais feitas pelas prefeituras muitas vezes com o intuito de aumentar a arrecadação do IPTU, entre outras —, da qual Veiga não consegue se desvencilhar.

Em seu primeiro artigo do livro, o autor surpreende a nós, geógrafos, já que deriva seu raciocínio sobre o cálculo do número de cidades no Brasil a partir de um critério político-administrativo – descartado há décadas pela Geografia Urbana. Segundo esse critério, a cidade, no Brasil, é definida como a sede do município. Dessa assertiva desdobra-se a constatação de que existiriam no Brasil 5507 sedes municipais em 2000, todas elas com o estatuto legal de "cidade" – o que a nosso ver não revela nada sobre o seu conteúdo. Esse dado estabelece que 455 dessas sedes municipais seriam "inequivocamente urbanas", sobrando 5052 dentre as quais seria preciso distinguir, segundo Veiga, aquelas que "pertencem ao "Brasil rural" e aquelas que estariam "no meio de campo" (sic), imaginamos que entre a cidade e o campo, segundo o critério estabelecido pelo autor. Para auxiliar nessa classificação é estabelecido um critério baseado na densidade demográfica, que estaria no âmago do chamado "índice de pressão antrópica" – definido como o melhor indicador do grau de artificialização dos ecossistemas e, portanto, do efetivo grau de urbanização dos territórios –, em que a localização refletiria as modificações do meio natural que resultariam da atividade humana. Esse raciocínio distingue áreas "mais rurais" em função da "natureza intocada", e áreas "mais urbanas" em função de "ecossistemas mais alterados" ou "mais artificializados" pela ação humana, como manchas ocupadas pelas "megalópolis". Trata-se de uma classificação altamente questionável.

O autor escreve: "observando a evolução da densidade demográfica brasileira, enquanto nos municípios com mais de 100.000 habitantes a densidade é superior a 80 habitantes por km², entre 75.000/ 100.000 [habitantes] a densidade cai para 20 [hab/km²] e inferior a 50.000 [habitantes] cai para 10 [hab/km²]". Desta "profunda observação" o autor conclui que há "dois tombos" que permitem (a ele, é claro!) "considerar de pequeno porte municípios que têm, simultaneamente, menos de 50.000 habitantes e densidade inferior a 80 habitantes/ km²". Em seguida escreve que "com a ajuda destes dois cortes (?) conclui-se que não pertencem ao **Brasil indiscutivelmente urbano** nem ao **Brasil essencialmente rural** 13% dos habitantes que vivem em 10% dos

[92] Página 34 do livro em questão.

municípios”[92]. Entre esses dois Brasis, Veiga descobre um “intermediário”, tratado sem maiores preocupações relativas à sua definição, sendo que através de uma conta não muito clara decreta que 3% da população brasileira é rural.

A passagem acima, (supressão) longe de analisar processos, prende-se a números que visam sustentar as idéias do autor sobre a urbanização brasileira. O problema é que “urbano” e “rural” não são meras palavras, são conceitos que reproduzem uma realidade social concreta. A simples delimitação espacial do que se acredita ser o urbano ou rural nos diz muito pouco sobre os conteúdos do processo de urbanização brasileira no momento atual. Em primeiro lugar, porque não se pode confundir processo de urbanização com densidade demográfica, nem tampouco cidade com sede de município. Apesar dessa confusão conceitual e da evidente simplificação que seu raciocínio contempla, o autor escreve que é necessário “romper com a precariedade que domina a visão oficial sobre o desenvolvimento territorial do Brasil, donde se colocaria a necessidade de renovação do pensamento brasileiro sobre as tendências da urbanização”[93]. Disto se depreende, primeiramente, que o autor confunde pensamento oficial com a produção do conhecimento fora do Estado[94], e em segundo lugar, que é ingênuo acreditar que as políticas publicas produzidas pelo Estado se orientam pelos dados elaborados pelo IBGE, uma vez que a racionalidade do Estado é outra.

O que o autor ignora é o fato de que estamos diante da produção do espaço pela sociedade, e que, sob a égide do Estado, esta produção ganha um caráter estratégico. O Estado regulador impõe as relações de produção enquanto modo de dominação do espaço, imbricando espaços dominados / dominantes para assegurar a reprodução da sociedade existente. A vontade de coesão / coerência e equilíbrio, baseada em uma pretensa eficácia do que chama de “desenvolvimento sustentável”, aparece como pura ideologia, pois elimina conflitos e contradições. E assim a crítica ao Estado se reduz ao problema da definição administrativa da cidade, negligenciando sua capacidade produtiva que se estende por todo o espaço. É ingênuo acreditar que alterando critérios e indicadores estatísticos pode-se redirecionar políticas fomentadoras de possibilidades de crescimento, já que o espaço é o lugar da planificação de uma lógica de crescimento sob a égide do Estado.

A partir da reflexão sobre a produção do espaço, a questão desloca-se para as formas pelas quais se ampliam e aprofundam as contradições decorrentes da reprodução da sociedade no mundo moderno, em um momento de generalização da urbanização anunciada pelo desenvolvimento da cidade, isto é, com sua “explosão”. Este se revelaria um debate bem mais profícuo e capaz de contemplar as relações entre o Estado e o espaço, através, por exemplo, das políticas públicas e sua crítica.

A idéia de “pressão antrópica sobre a natureza” e de “artificialização dos ecossistemas” nada explica sobre o que se constrói enquanto cidade e campo como produtos das ações de uma sociedade real. A limitação do papel da sociedade a uma indefinida “ação antrópica” reduz o entendimento do espaço a um quadro físico inerte, passível de sofrer maior ou menor intervenção humana, atestando um processo de “naturalização da sociedade” pela análise.

Na verdade, as relações sociais se realizam concretamente enquanto relações espaciais, e, neste sentido, a análise do espaço aponta um processo de produção / reprodução da sociedade em sua totalidade. Não podemos ignorar que o trabalho é criador de formas — este processo está na origem da produção da cidade e do campo —, e que a idéia de ecossistema naturaliza um fenômeno que é por essência social. Destarte, a sociedade não artificializa a natureza, ela produz “um mundo” a sua imagem e semelhança: desigual e contraditório. A

[93] Página 31 do livro em questão.

[94] Pagina 43 do livro em questão.

abordagem analítica alvo de nossa crítica traz implicações sérias, por exemplo, ao afirmar que o "Brasil rural", enquanto tal, precisaria de uma estratégia de desenvolvimento[95] separada daquilo que denomina de o "Brasil urbano", parecendo-nos que Veiga parece querer atualizar, décadas depois, a análise "sobre os dois Brasis".

Outra observação refere-se ao fato de que a mera adjetivação da realidade fenomênica, tal como **"áreas indiscutivelmente urbanas**" ou **"essencialmente rurais"**, não responde a necessidade de entendimento da realidade. Diante disto, surgem alguns questionamentos para a análise: qual é o papel da "delimitação das áreas" (urbana e rural) para o entendimento da sociedade brasileira? Como sustentar ser possível pensar o urbano e o rural como mundos à parte, como faz o autor? É possível pensar a realidade brasileira através de uma dicotomia cidade-campo, cada um dos termos abrigando conteúdos e sentidos totalmente diferentes?

Ora, a separação estrita entre cidade e campo está superada na condição de idéia substantiva para entender o mundo moderno, o que demonstra a vasta bibliografia sobre o tema que o autor parece ignorar. Tendemos a pensar que a superação deste raciocínio está contida no próprio livro, sendo escancarado pela própria realidade, sem que o autor se dê conta, gerando contradições com as idéias expostas nos capítulos iniciais.

O autor questiona, com razão, o fato de muitos prefeitos decretarem como perímetro urbano áreas que envolvem pastagens e plantações (sem residências rurais, já que os trabalhadores rurais trabalham no campo mas moram na cidade, que como lugar de moradia define seus direitos). É assim que, de um dia para o outro, uma vila se transforma em uma cidade (aqui com uma certa dose de exagero). Há um sentido, contudo, nesta situação real exposta pelo autor, que indica claramente a superação das análises que dicotomizam cidade/campo, chamando a atenção para esta necessidade. (supressão) Assim, ao pretender delimitar com exatidão o que é rural e o que é urbano, essa análise impede o desvendamento das transformações presentes na "antiga contradição cidade-campo".

Ao longo da história das relações cidade-campo há transformações inequívocas — muitas delas apontadas pelo autor sem qualquer análise –, mas o problema que se coloca traduz-se pela necessidade do entendimento dessas transformações, que nos mostram que o mundo se movimenta no sentido da realização e concretização do capitalismo, que se estende atualmente até o plano mundial, redefinindo o plano do lugar. O que isto significa? Em primeiro lugar, que o mundial, em constituição, se impõe no plano do lugar (cidade ou campo), transformando a vida, que se realiza a partir de separações, contradições, afrontamentos. Nossa época é caracterizada pela constituição da sociedade urbana em um espaço mundial, articulado e profundamente hierarquizado, o que não quer dizer que o campo deixe de existir, mas que ele se articula, agora em um outro plano, ao conjunto do território, com outras particularidades. As atividades voltadas ao **turismo** no campo, lembradas pelo autor, caminham para esta direção, o que não nos autoriza afirmar que vivemos a sociedade urbana em todos os lugares. No entanto, este é o caminho tomado pelo processo de reprodução nos dias de hoje, em que observamos a criação de novos ramos de atividades (como o turismo), novas relações entre as áreas, enfim, novos conteúdos para as relações sociais, profundamente articuladas à expansão do mundo da mercadoria.

Mas, contraditoriamente, há o que persiste: a propriedade privada da terra/solo (urbano) ou da terra (no campo), que delimita, orienta e condiciona a vida privada, produzindo o espaço da segregação. O espaço tornado mercadoria pela generalização do processo produtivo permite a extensão da propriedade privada, englobando espaços urbanos e rurais em uma nova articulação que, ao se desenvolver, desloca a contradição cidade/campo e propõe uma nova contradição: centro/periferia. Já a reorganização do processo produtivo aponta novas estratégias de sobrevivência no campo e na cidade, onde surgem movimentos sociais articulados

[95] Página 58 do livro em questão.

na medida em que a existência da propriedade marca e delimita as restrições da apropriação tanto no campo como na cidade, estabelecendo lutas conjuntas.

Nesta orientação, o urbano e o rural aparecem em um movimento da reprodução saído da história da industrialização. Não se pode ignorar que a industrialização permitiu o desenvolvimento do mundo da mercadoria, e, nesta direção, entendemos que a generalização do valor de troca invadiu a vida cotidiana, capturando o tempo cíclico da vida e submetendo-o ao tempo linear da indústria, que, além disso, proporcionou a articulação entre as mais distantes áreas do planeta, desenvolvendo redes de comunicação e de difusão da informação, gerando evidentes hierarquizações dos lugares entre dominantes e dominados. A industrialização permitiu a realização espacial da propriedade privada da terra, ao longo do processo histórico, pela generalização da mercadoria-espaço, criando um processo inexorável: a urbanização do planeta. Todavia, o problema que se coloca para a análise urbana não é o número de cidades que o IBGE contabiliza, ou o número de pessoas que vive num ou noutro lugar, mas o modo como esta sociedade (urbana) pode e deve ser entendida em seu horizonte. O livro evidencia que essa realidade constitui-se através de profundas contradições, em função da desigualdade com que o processo urbano é produzido, deixando para o pesquisador questões complexas, como por exemplo: como atualiza-se a contradição cidade/campo? Estaria o mundo rural desaparecendo, sendo engolido pelo desenvolvimento das cidades? Seria o Brasil menos urbano do que se calcula? É possível pensar na existência, ainda hoje, de “dois Brasis”?

O choque entre o que existe e o que se impõe como novo está na base das transformações dos lugares, que vão se integrando de modo sucessivo e simultâneo a uma nova lógica que aprofunda as contradições entre o centro e a periferia, e não entre o campo e a cidade. Essas articulações sinalizam uma tendência, resultante da urbanização quase que completa da sociedade: nascida da industrialização, essa sociedade – urbana – pode ser concebida a partir de uma transformação radical das antigas formas urbanas e dos antigos modos de vida, porque a urbanização generalizada tem como devir a própria sociedade urbana. A sociedade urbana tende a generalizar-se através do processo de mundialização, o que significa que esta última dá um novo sentido à produção “lato senso”, bem como tende a criar um novo espaço à escala mundial. O aprofundamento da divisão social e espacial do trabalho propõe uma nova racionalidade, uma lógica subjacente ao emprego do saber e da técnica, da supremacia de um poder político que tende a homogeneizar o espaço através do controle e da vigilância, derrubando fronteiras administrativas e colocando em questão os limites definidos entre os espaços, subjugando formas culturais, transformando valores e comportamentos na medida em que todas as pessoas entram – ou tem possibilidade de entrar – em contato com o mundo todo, uma vez que todos os pontos do planeta se encontram virtualmente interligados.

Este processo produz profundas mudanças e cria uma nova identidade que escapa ao plano do local (e mesmo do nacional), apontando para o plano do mundial como horizonte e tendência, já que o processo não diz mais respeito a um lugar ou a uma nação somente; estas tendem a explodir em realidades supranacionais apoiadas nos grandes desenvolvimentos científicos e tendo como base o avanço da transmissão da informação que potencializa o já esmagador crescimento da mídia e o seu papel na imposição da constituição da sociedade de consumo. Desse modo, o estágio atual da urbanização traz à tona problemas novos, gerados em função das exigências em matéria de comunicação, de deslocamentos cada vez mais variados e complexos que criam ou acentuam uma hierarquia desigual de lugares. Estes lugares são como pontos unidos através de nós de articulação, que redefinem especialmente as funções da metrópole, sede da gestão e da organização das estratégias que articulam espaços em uma realidade complexa e contraditória.

A análise do mundo moderno impõe a todos o conhecimento do espaço enquanto noção e realidade, já que ele cria as condições atuais através das quais a reprodução da sociedade se realiza. Assim, cidade e campo como momentos reais do movimento de realização da sociedade revelam os conteúdos da vida, como momentos da reprodução da sociedade saídos da história da industrialização. Como aponta Oliveira[96], o chamado desenvolvimento avança no campo brasileiro reproduzindo relações especificamente capitalistas, com a expansão das culturas de produtos agrícolas para exportação – no interior do processo de desenvolvimento da economia à escala global – mas ocorre recriando relações de produção não-capitalistas como uma das características fundamentais da estrutura agrária brasileira, produzindo, contraditoriamente, o aumento do trabalho familiar no campo, não significando, no limite, a extinção do próprio trabalho escravo.

Na verdade, cidade e campo sinalizam o modo como a inserção do Brasil é levada a cabo no quadro da economia mundial, na divisão sócio-espacial do trabalho, evidenciando a racionalidade imposta pela globalização do capital e reproduzindo, em escala internacional, a hierarquização de espaços dominados/dominantes. Neste raciocínio, como ignorar que a metrópole de São Paulo é o locus da acumulação do capital, centro do conhecimento, das decisões, da riqueza e da informação, da planificação, sendo capaz de comandar quase toda a produção agrícola brasileira a partir da articulação dos espaços dominados/dominantes? Como ignorar a reprodução interna do mesmo sentido da articulação no plano internacional, que põe acento nas relações centro-periferia – e não mais cidade/campo –, revelando o conflito entre os planos global/local. A partir da centralidade da metrópole hierarquizam-se os espaços diferenciados na condição de espaços controlados pelo Estado, que transforma os arranjos do território nacional visando criar as bases para o desenvolvimento do capital através do controle dos fluxos.

Por fim, a questão que se reveste de importância é aquela do conteúdo do processo de urbanização atual e das estratégias que sustentam o processo de reprodução continuada da cidade e do campo – nos planos econômico, político, e social. Assim, se de um lado a gestação da sociedade urbana vai determinando novos padrões que se impõem de fora para dentro pelo poder da constituição da sociedade de consumo (assentada em modelos de comportamento e valores que se pretendem universais e fortemente apoiados na mídia e na rede de comunicação que aproxima homens e lugares) em um espaço-tempo diferenciado e desigual, de outro ela aponta que a realidade produzida é **profundamente desigual**, revelando a dialética do mundo.

[96] Ariovaldo Umbelino de Oliveira "A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro". *In*: Novos Caminhos da Geografia, São Paulo: Contexto, 1999 (org.) Ana Fani Alessandri Carlos. Páginas 63 a 110.

O "Direito à Cidade" e a Construção da Metageografia[97]

A luta pela cidade é produto da constatação das contradições que estão na base da construção do urbano no Brasil, e envolve a elaboração de um projeto para a sociedade. É nesse sentido que o caminho da reflexão aqui desenvolvida tem como fio condutor a idéia do "direito à cidade", entendido enquanto espaço-tempo diferencial da realização possível da vida humana. O "direito à cidade" emergiu à ordem do dia a partir da criação do Ministério das Cidades e com a realização das Conferências sobre a cidade. No entanto, constatamos o esvaziamento do debate sobre o "direito" ao identificá-lo com a idéia de "qualidade de vida", resumida à constatação das situações que surgem das novas condições de raridade com as quais nos deparamos: da água, do ar, do espaço. O debate, circunscrito ao minimalismo, ignora o entendimento destas raridades como momentos de um único processo histórico, um momento crítico no qual a abundância torna-se uma raridade produzida por um modelo de crescimento da economia capitalista que desconsidera a contradição que funda a realidade. É assim que, no plano do discurso, o problema é obscurecido pelas análises que procuram entender a raridade como um desequilíbrio do ecossistema, e que, ao faze-lo, conduz as ações e as análises ao "desenvolvimento sustentável" como projeto alternativo e necessário para a sociedade.

Inicialmente, podemos afirmar que a luta pelo "direito à cidade" aparece como questão no momento em que a sociedade vive a cisão entre a apropriação e a dominação do espaço – bem como as contradições que emergem desse processo –, que é revelada de forma profunda pelo conflito uso-troca dos lugares da cidade. A superação desta situação exige a transformação radical da sociedade, na medida em que tal superação trata da negação daquilo que está no fundamento do processo atual de constituição das relações sociais: a propriedade privada, elemento central da produção do espaço alienado, que produz a cidade "como exterioridade". Entendemos que a transformação radical da sociedade envolveria a realização total do ser humano na sociedade urbana, que se anuncia e se realiza transformando radicalmente a vida cotidiana enquanto prática sócio-espacial, enquanto movimento que efetiva um determinado espaço-tempo: aquele da revalorização da vida social por meio da metamorfose da cotidianidade (norma e impossibilidade) através da potencialização do negativo. Essa situação requer a transformação da realidade urbana pela via da transformação da cidade e da instauração do "direito à cidade". Na outra vertente, no plano do conhecimento, a possibilidade seria dada pela construção de uma crítica radical da realidade urbana pela Geografia; uma crítica capaz de superar sua divisão em múltiplas especialidades que atendem às necessidades e exigências imediatistas de sua aplicação ao mercado.

O desenvolvimento do tema nos obriga, assim, a elaborar um "modo de pensar a cidade" e o urbano através da Geografia, tendo como perspectiva a possibilidade de superação do contexto de fragmentação que ela vive e, nesta condição, elaborar uma crítica que leve ao desenvolvimento de caminhos para a construção de

[97] Este capítulo foi desenvolvido a partir do tema do VII Simpósio Nacional de Geografia Urbana: "Cidade, Espaço, Tempo, Civilização: por uma transformação radical da sociedade como sociedade política" realizado em Recife, em outubro de 2003. Esta observação é importante para o entendimento do raciocínio aqui desenvolvido, que terá como eixo da reflexão o **"direito à cidade"**, tal qual ele surge na sociedade brasileira, ou seja, como luta que revela a vida na cidade atualmente.

uma **metageografia.** Entendemos que essa construção surgiria das possibilidades de superação das fragmentações postas pelos estudos geográficos – definidores de “tantas geografias” quanto nossa capacidade de parcelar a realidade possa alcançar –, potencializando o problema que uma ciência parcelar enfrenta no trato da realidade urbana enquanto totalidade e possibilidade. Como decorrência disso, uma indagação: como a geografia, uma ciência parcelar, seria capaz de pensar a cidade e produzir um pensamento capaz de elucidá-la em sua totalidade, tendo como horizonte sua transformação radical como momento da transformação da sociedade? Onde estaria a possibilidade de uma transformação radical da sociedade? Em que direção aponta o projeto de mudança da cidade a partir da análise espacial realizada no âmbito da geografia?

Pensar o caminho possível para a transformação radical da sociedade implica a construção de uma crítica igualmente radical, e envolve o estabelecimento de uma **hipótese estratégica** que coloque no centro da análise a idéia de **“direito à cidade”** (e da crítica de seu entendimento), compondo o movimento de um pensamento capaz de pensar, em sua radicalidade, a transformação social. A crítica radical deve ser capaz de revelar, com profundidade, o movimento contraditório da realidade, no qual o direito à cidade apareceria como conteúdo da cidadania, orientando o movimento que vai da cidadania real à cidadania possível.

O que nos parece central para o encaminhamento desse tema é a constatação de que a cidade –produção social (espaço-tempo) – tem aparecido como elemento **exterior à sociedade**, como uma **potência estranha**. Nesta direção, a cidade, que ganha uma existência concreta através da prática sócio-espacial, tem sido invadida pelas possibilidades (sempre ampliadas) de realização da acumulação, empobrecendo o conteúdo da prática sócio-espacial que é tomado pelas abstrações. Tal situação impõe fortes restrições às formas de apropriação da cidade, posto que limita o uso. Isto porque o processo de acumulação generaliza-se no espaço, tornado condição e produto do processo de urbanização e, contraditoriamente, como momento determinado da reprodução em função das novas possibilidades/necessidades de efetivação da acumulação capitalista (e sua lógica). Isto nos obriga a voltar nossa análise para os momentos da reprodução, que atualmente ocorre abrindo-se para o mundial e, nesta condição, redefinindo o plano do local.

A reprodução das relações sociais de produção amplia-se, no nível da cidade, ganhando novas formas de realização pela cooptação quase total dos níveis da realidade, apropriando-se dos espaços- tempo da vida cotidiana. Trata-se dos diferentes momentos da vida realizados em lugares determinados da cidade, onde a prática sócio-espacial definha em lugares normatizados e indiferenciados, criando para cada atividade um lugar funcionalmente articulado aos outros. Este movimento nos aponta que a reprodução realiza-se superando a esfera específica da produção de mercadorias (estrito senso), englobando todos os momentos e lugares da vida, bem como redefinindo-os.

Os conteúdos desse processo podem ser percebidos de forma clara no plano do habitar e das lutas em torno dos modos e necessidades do ato de morar. O plano do vivido, assim revelado, aponta os **momentos da reprodução** enquanto movimento de realização das relações sociais de produção, compostas por momentos da atividade produtiva mas também por resíduos que escapam à realização dos planos do político e do econômico, e, potencializando, nesta direção, o plano do social. A consideração do plano do habitar, ligado aquele do vivido, nos permite considerar os momentos da reprodução que se ampliam enormemente como extensão do mundo da mercadoria e aparecem como possibilidades de realização do valor de troca em todos os níveis da sociedade, assim como daquilo que a nega. O nível do habitar revela de modo significativo o empobrecimento da vida na cidade, e neste processo o reconhecimento, através das lutas, do espaço produzido enquanto segregação, conseqüência e produto da produção capitalista da cidade.

O plano do habitar tem como centro a casa, a rua, o bairro, os quais constroem a articulação espacial na qual se apóia a vida cotidiana entendida como modos de usos dos lugares através de uma relação espaço-tempo. É pelo uso que os habitantes se identificam com os lugares onde se realizam as ações mais banais da vida, que confere um conteúdo ao presente posto que construído a partir de uma experiência vivida em um determinado tempo-lugar. Nesse sentido, a construção do lugar se revela, fundamentalmente, enquanto construção de uma identidade que dá conteúdo e sentido à prática sócio-espacial. Por outro lado, é através desta prática que o tempo se acumula na cidade e assim cria o quadro de referência da vida.

O habitar implica, portanto, um conjunto de ações que articula planos e escalas espaciais, como o público e o privado; o local e o global, os quais envolvem a vida que se realiza pela mediação do outro, imersos em uma teia de relações que constrói uma história particular, e ao mesmo tempo coletiva. É nesta história coletiva que a história particular de cada um se insere e ganha significado. A relação entre a esfera pública e a privada se coloca como condição necessária para a constituição tanto do sujeito coletivo quanto da vida. Na condição de acumulação privada de tempo, o espaço é também, possibilidade futura, virtualidade, por isso a realidade urbana traz em seu bojo um projeto de realização.

O ato de "habitar" está na base da construção do sentido da vida, que acontece por meio dos modos de apropriação dos lugares da cidade a partir da casa, constituindo a vida cotidiana enquanto prática sócio-espacial. A espessura da realidade urbana é dada também pelos objetos que ganham um conjunto múltiplo de sentidos que integram o mundo da percepção sensível, carregado de significados afetivos ou representações que superam fugacidade do instante. Assim, são capazes de traduzir significados profundos sobre o modo como estas se construíram ao longo do tempo.

O plano do habitar desvela a extrema desigualdade bem como a fragmentação dos lugares submetidos a apropriação privada. Neste plano também são revelados os atos que produzem a cidade fazendo com que o capital surja dentro dos estreitos limites da produção econômica, que a torna condição da produção/reprodução do capital, na qualidade de *uso produtivo* do espaço através dos múltiplos processos de intervenção. O sentido de utilidade invade a vida, redefinindo-a com imensas perdas, pois os homens tornam-se instrumentos no processo de reprodução espacial, e suas casas transformam-se em mercadorias passíveis de serem trocadas ou derrubadas (em função das necessidades do crescimento econômico, que tem na reprodução do espaço urbano condição essencial da acumulação hoje). Trata-se de um momento em que a apropriação passa a ser definida no âmbito do mundo da mercadoria e é nesta medida que a atividade humana do habitar se reduz a uma finalidade utilitária.

O uso submetido no mundo moderno à propriedade privada, ao império da troca, reproduz o espaço como mercadoria cambiável, e como conseqüência, delimitando os espaços passíveis de apropriação, revelando a fragmentação imposta pelo sentido e amplitude da generalização da propriedade privada do solo urbano. Como conseqüência, a vida se normatiza em espaços reduzidos a uma função específica que esvazia as possibilidades de apropriação. Nesse processo, o cidadão se reduz à condição *de usuário,* ao passo que o ato de habitar se reduz àquele do morar (*stricto sensu*) e seu status se mede pela condição de proprietário de uma casa.

Estes processos se referem a uma prática que vai em direção à segregação sócio espacial visível no plano da paisagem e que revela uma morfologia que espelha uma hierarquia social definida. Nesta dimensão, no plano do vivido, o espaço e o tempo se apresentam entrecortados por atividades divididas e circunscritas e o habitar, enquanto ato social, vai desaparecendo, ao mesmo tempo em que, a habitação vai se reduzindo a um mero abrigo.

Ruas vazias nas áreas centrais ou regiões de renda média ou alta e ruas cheias nas periferias pobres vão marcando o modo como se realizam os atos de apropriação. Assim, na metrópole, o ato de morar revela antes de mais nada, o modo como o *processo de segregação* se realiza espacialmente, iluminando uma prática que justapõe

morfologia social/ morfologia espacial estratificadas e hierarquizadas - esta morfologia sócio espacial estratificada revela-se com hierarquização dos usos e dos tempos.

A segregação é a negação do urbano e da vida urbana. Seu fundamento é a existência da propriedade privada do solo urbano, que diferencia o acesso do cidadão à moradia, produzindo a fragmentação dos elementos da prática sócio-espacial urbana e separando os lugares da vida enquanto elementos autônomos. Neste sentido, a existência da propriedade privada do solo urbano vai revelando uma função econômica como realização continuada do valor; uma função jurídica que a realiza enquanto direito garantido pela constituição federal que torna inquestionável sua existência e uma função social e neste nível a existência da propriedade privada da terra realiza a desigualdade que está na base do desenvolvimento da sociedade capitalista.

A extensão da propriedade privada do solo urbano, tornando todo o espaço intercambiável (o espaço da cidade constantemente partido, fragmentado e suas parcelas vendidas no mercado), produz a equalização do desigual e deste modo a realização do ato de morar e da realização da vida fica submetida à realização da propriedade privada como direito. Neste sentido, o movimento da reprodução da metrópole, revela os conflitos e limites da reprodução social, apontando uma contradição fundamental no movimento do processo de reprodução da cidade entre valor de uso e valor de troca do espaço impressa nas possibilidades de apropriação do espaço da vida.

É assim que a questão da habitação aparece como urgência e vai revelando a ditadura da propriedade privada da terra, ao mesmo tempo em que coloca a contestação de sua lógica, pois a cidade revela a intensificação do urbano através da intensificação e do aprofundamento das contradições e das lutas dos habitantes pela reconstituição dos lugares da metrópole o que torna-a lugar da realização possível do desejo. Neste caso, o desejo se refere às possibilidades de realização da vida humana em sua plenitude, sem separações e normas rígidas que tornam o ato de habitar um uma ação reduzida àquela da moradia. Nesta direção, a ação (luta) questiona o modo de produzir a cidade sob o signo da realização do valor e da norma da dominação que se realiza com a extensão da propriedade privada no espaço.

O plano do habitar deixa também vislumbrar outros momentos como movimentos necessários da reprodução das relações sociais que se realizam enquanto: 1. reprivatização da vida cotidiana como ausência de possibilidades de apropriação de lugares da realização da vida social espontânea. Como conseqüência, as pessoas se fecham na vida privada demonstrando com este fato a destruição da rua enquanto marco da sociabilidade. Já, a proliferação dos shopping centers enquanto lugar de lazer e a importância crescente da televisão e do computador pessoal, contribuem para o esgarçamento da sociabilidade. A crescente violência tem, nos últimos tempos, contribuído para o "isolamento das pessoas, presas em suas casas; 2. a destruição dos referenciais urbanos com a deterioração do centro, trazendo como contrapartida os projetos de revitalização, que propõem a assepsia da cidade. Alia-se ao fato de que a monumentalidade arquitetônica torna o cheio, vazio; 3 a explosão da cidade que se reproduz continuamente pela extensão de seus limites, aprofunda a segregação que produz a ruptura em relação ao centro; 4. a exacerbação da norma como mediação necessária ao estabelecimento do uso do espaço da cidade; 5. a violência imposta pelo desenvolvimento do narcotráfico que coíbe e constrange o uso dos espaços da cidade, penetra a vida cotidiana a submetendo a sua convivência como condição de sua realização. O crescimento, na cidade, do narcotráfico como nova atividade econômica, por ser ilegal, se realiza dominando áreas imensas da cidade e imprimindo seu poder enquanto realização da violência explícita pela dominação do espaço da cidade. Esta atividade só ganha realidade fazendo a população prisioneira de suas estratégias. Através de diferentes formas, o narcotráfico invade e subordina os momentos da vida cotidiana, pela dominação do espaço; 6. a multiplicação das igrejas revela que a religião, tornada mercadoria consumível,

produz uma norma para a vida recriando ao mesmo tempo a religião enquanto negócio e impregnando a paisagem da cidade com a proliferação de "novos templos" de oração, onde o culto transforma-se em espetáculo despojado de um tipo particular de arquitetura (mas sempre monumental) no entorno das quais floresce um novo tipo de atividade comercial; 7. de uma cultura tratada como mercadoria vendível através de espaços previamente produzidos para este tipo de consumo; 8. a capturação do tempo de lazer submetido ao consumo do espaço a ele destinados, pela constituição de espaços específicos de lazer capazes de atrair a população de forma diferenciada em função do tipo de atividade oferecida, revelando o movimento de passagem do consumo no espaço ao consumo do espaço.

Estes são os elementos que sinalizam o agravamento da crise urbana, produto direito da reprodução geral da sociedade onde esta aparece como **o lugar desta realização** e é por isso que explode por todos os lugares o conflito a partir das contradições inerentes às diferenças de necessidades e de pontos de vista de uma sociedade de classes, manifesta pelos modos de apropriação, fundados na propriedade privada do solo e, condicionando seu uso. Nesta direção, a cidade revela os conflitos da produção do espaço – a cidade como conceito exprime um conteúdo que revela uma realidade concreta, relações existentes reais e é nesta dimensão que o cotidiano desponta como categoria de análise.

O estatuto da cidade e a conferência da cidade

É impensável negar a importância social do estatuto da cidade, bem como da realização da conferência das cidades em seus vários âmbitos (local e nacional), realizados no ano de 2003. A existência de ambos relativiza a indiferença total do governo diante da desigualdade que fundamenta a produção das cidades capitalistas, colocando na ordem do dia o debate sobre o "direito à cidade". Este procedimento também sinaliza o reconhecimento dos movimentos que estão na base da sociedade brasileira, recolocando a cidade e a cidadania no centro do debate do entendimento do mundo moderno, debate este capaz de criar elementos para a construção de uma nova sociedade. No entanto, sem negar esse avanço, é necessário dialetizar seu papel na constituição de um projeto capaz de sinalizar as transformações necessárias da cidade como momento de transformação radical da sociedade. Para tanto, se faz necessário entender os conflitos existentes no processo de produção da cidade (seja ela de que tamanho for) enquanto conteúdos do processo de urbanização, apontando a constituição da sociedade urbana no plano mundial. No plano da constituição de um conhecimento sobre a crise urbana faz-se necessário o estabelecimento de um diálogo, como caminho necessário ao estabelecimento de um projeto de mudança.

Ao lermos o texto do estatuto da cidade, bem como os documentos que orientaram os debates da conferência da cidade, deparamo-nos com um sentido reduzido e simplificado, em que o "direito à cidade" surge identificado com o "direito à moradia mais serviços", algo que diz respeito ao mundo do habitat. A banalização do conteúdo do "direito à cidade", fundado na ideologia, nega-o enquanto direito pleno. E esta banalização aparece tanto no discurso da cidade quanto na análise deste processo, tanto na Geografia quanto nas ciências afins, o que nos obriga a pensar no "sentido de cidade" que está embasando o entendimento do que se denomina "direito à cidade", que não raro, é tratado como "**direito à paisagem"**, exemplo do que ocorre no plano diretor de São Paulo.

No limite último, podemos afirmar que o que aparece como "direito à cidade" está circunscrito ao que o Estado está disposto a ceder na gestão da cidade, sem todavia incomodar a realização do circuito do capital, ao contrário, criando plenas condições para sua realização. A questão mistificadora central é a redução (no

estatuto e nos textos da conferência) do “direito à cidade” ao “direito à moradia”. Outro fetiche se refere à identificação da propriedade a uma **“função social**” - presente na Constituição Federal - e um outro ainda, que é a questão do planejamento da cidade, chegando-se ao ponto de afirmar que os problemas vividos atualmente na cidade são conseqüências do que avaliam ser “falta de planejamento” e “gestão autoritária”.

O discurso revela, assim, uma lógica e um sentido fundado “em um modo de pensar a cidade” e a necessidade da participação dos envolvidos, cooptando as lutas que frutificam na vida cotidiana a partir dos movimentos sociais, sob a coordenação do Estado (ministério e prefeituras). Se o Estado é de esquerda, não muda muito sua participação sobre a organização do debate, pois o Estado tem uma lógica que lhe é própria que é aquela de sua reprodução, pela dominação, através de alianças definidas com este objetivo. A produção de uma política para a cidade (mesmo saindo deste fórum) não deixa de lado a racionalidade do Estado capitalista em suas alianças apoiadas na democracia representativa.

O que se ignora é que o motor do processo de produção espacial da cidade é determinado pelo conflito a partir das contradições inerentes às diferenças de necessidades e de pontos de vista de uma sociedade de classes, manifesta na propriedade privada do solo e, conseqüentemente, no seu uso. Este fundamento direciona o entendimento sobre o “direito à cidade”, circunscrito à democracia participativa que envolve a população sem, todavia, lhe permitir questionar o que dá sustentação a reprodução social, capaz de manter a acumulação capitalista nos trilhos.

É bem verdade que o movimento pela reforma urbana conquistou espaço no cenário nacional, promovendo mudanças que acabaram por criar a lei federal 10.257 – o Estatuto da cidade - como nova base jurídica para o desenvolvimento urbano com mudanças sobre o direito à propriedade (incorporando a noção de direitos urbanos e a sustentabilidade), mas não permitiu seu questionamento como fundamento da produção espacial engessando qualquer possibilidade de realização de um direito à cidade em sua plenitude. Trata-se apenas de propor paliativos para que a cidade não exploda, e também para fazer com que a população sinta-se participante de seu destino. O estabelecimento de uma função sócio-ambiental da cidade e da propriedade (contida nos artigos 26 e 73/74) é produto do pensamento que entende o conteúdo da urbanização enquanto crescimento da população e, neste entendimento, o problema da cidade se reduz ao crescimento populacional e à conseqüente deterioração que esta população traz à natureza com sua presença na cidade. Trata-se, portanto, de uma cidade que surge neste tipo de discurso como sujeito que explora e consome os recursos naturais.

Com isso inverte-se o foco do debate e, nesta direção, se produz o discurso no qual a contradição se transforma em desarmonia, trazendo como contraponto a necessidade da busca de um equilíbrio da cidade que, em um piscar de olhos, vira “ambiente urbano” ao ser redefinida enquanto ecossistema. A busca da sustentabilidade é a decorrência imediata deste tipo de raciocínio, que, ignorando os conflitos, evita a diferença, propondo um modelo de inteligibilidade do mundo embasado na sistematização, com imensos riscos de simplificação da realidade e de seu movimento. Daí a busca de uma harmonia que ignora as contradições profundas sob as quais se fundam as atuais relações sociais na cidade.

Outra conseqüência deste raciocínio é que se esconde também o fato que a produção do espaço, pela sociedade e sob a égide do Estado, ganha um caráter estratégico. Isto é, o Estado regulador impõe as relações de produção sob a forma de dominação do espaço, imbricando espaços dominados/dominantes para assegurar a reprodução da sociedade enquanto reprodução continuada do capital e do poder do Estado. A busca de coesão, coerência e equilíbrio baseada na eficácia do que se chama “desenvolvimento sustentável”, ao eliminar os conflitos e contradições, vê-se envolta pela ideologia. E assim a crítica ao Estado se reduz ao problema da definição administrativa da cidade e de sua capacidade produtiva que se estende por todo o espaço enquanto

lugar da planificação de uma lógica de crescimento sob a proteção do Estado que cria as políticas que vão gerar a possibilidade do crescimento. É nesta direção, por exemplo, que a figura do prefeito deve ser associada àquela de empresário, pois a cidade deve exercer uma função econômica e, portanto, deve gerar lucro, atraindo o capital para dento de seus limites.

Outra decorrência deste pensamento, é a busca por uma "melhor qualidade de vida" pressupondo uma vida organizada baseada em um modelo manipulado em torno do "bem estar", que cria a satisfação do indivíduo envolto no consumo, sob a forma de usuário de bens de consumo e de uma "qualidade ambiental"- seja lá o que isto queira dizer! Nesta direção, o que atualmente dá conteúdo ao termo "cidadão" é a sua condição de consumidor seja de mercadorias – sua casa perdeu o sentido do habitar quando se transforma ela própria em mercadoria, ao passo que áreas inteiras da cidade se transformam em reserva de valor -, seja de serviços públicos. Subjugado a esta lógica, o "direito à cidade" não poderia escapar à subjugação do mercado, só ele portador de racionalidade, sustentado institucionalmente pela existência da propriedade privada da terra urbana. Em uma sociedade de consumo, a condição de cidadania só pode se realizar, tendo como conteúdo a realização do indivíduo enquanto consumidor e é assim que o direito à vida se transforma, com muita facilidade, em direito à "educação ambiental".

O movimento social de base, no sentido inverso, repõe o conflito violento na cidade que escancara a contradição entre valor de uso e valor de troca, entre o espaço que se constitui enquanto possibilidade de realizar a acumulação hoje e o "habitar", isto é, o plano da vida que não se reduz ao plano da moradia e dos serviços ocultado pelo discurso que confere uma função social da propriedade privada.

Há duas questões que merecem atenção no debate em torno da "conferência da cidade". A primeira diz respeito à ideologia que afirma que no Brasil houve "falta de planejamento", de onde surgiria a necessidade de se criar o planejamento, só ele capaz de eliminar os problemas da cidade e da "gestão autoritária", causa do crescimento agressivo ao meio ambiente". Portanto em primeiro lugar a identificação direita de ausência de planejamento como degradação do meio ambiente desloca o sentido do processo de produção, pois o que degrada o meio ambiente é o modo como se realiza o processo de acumulação, que responde a uma lógica da reprodução capitalista em um país dependente. Nesta condição o que se coloca é a negação do planejamento enquanto estratégia do Estado. A política urbana produzida e administrada no seio da instituição não produz nada além da funcionalização do espaço e, conseqüentemente, da vida fragmentando ambos (o espaço e a vida). Por sua vez "qualidade de vida" é uma expressão vazia, produto do discurso ideológico que desloca a questão central, que é a produção segregada do espaço fundada na propriedade e apropriação privada do solo urbano e, conseqüentemente, da cidade. Assim, a propriedade assume no mundo moderno várias funções que o estatuto da cidade não nega, mas também não questiona. A função econômica que se impõe sobre o habitar e sobre todos os lugares e momentos da vida cotidiana na cidade, projeta o espaço homogêneo (dado por sua condição de mercadoria) fragmentado (venda de parcelas do espaço definindo o uso) e deste modo os mecanismos que produzem a moradia revelam a extrema segregação imposta – pela existência da propriedade privada do solo urbano - pela necessidade da reprodução do capital revelando, no plano da prática sócio espacial, a fragmentação dos lugares submetidos a funcionalização.

No sentido inverso, a produção de um pensamento crítico sobre a produção do espaço urbano no mundo moderno revela o aprofundamento das contradições decorrentes da reprodução da sociedade em um momento de generalização da urbanização a partir de uma nova relação entre o Estado e o espaço apoiado no discurso político que reforça a capacidade de ação do Estado de sua necessidade da intervenção e de gestão do espaço. Nesta direção, a propriedade privada assume uma função "social" que obscurece seu sentido segregador

e desigual, enquanto a idéia do interesse comum sobre o interesse individual impõe, na produção do espaço, a lógica do Estado e de suas alianças – isto se revela nas Operações urbanas realizadas em São Paulo nos últimos anos de forma bastante clara.[98]

O texto básico da conferência parte do pressuposto de que agora o Estado é outro e tem outra lógica e, nesta perspectiva se exime da crítica ao Estado e sua lógica espacial. Assim, sem a construção de uma crítica ao Estado, perpetua-se o Estado e sua lógica, daí a identificação precária do governo Lula com os interesses da sociedade como um todo, como vimos no primeiro ano de seu mandato. Desta maneira, os interesses afastam a crítica do Estado reforçando a instituição, e o triunfo identitário do discurso político homogeneizante, que aceita com facilidade a saída pela "sustentabilidade" que vai na direção da tendência ao desaparecimento da reflexão crítica.

O problema é que ao levar o debate para o seio do Estado, mesmo a partir dos movimentos sociais, estes ganham uma nova racionalidade, que é a aquela do próprio Estado e do planejamento que tem no espaço condição de sua dominação. É assim que o debate se estabelece dentro do Estado, e este fato não é desprovido de importância, sendo, aliás, essa situação que cria um significado especial para a expressão direito à cidade, esvaziada de seu sentido eminentemente social, para alçá-la ao plano político e, neste plano, passível de ser manipulado por uma racionalidade outra que não a dos movimentos sociais que sinalizam a contestação da propriedade privada do solo urbano e apontam para a autogestão. É neste sentido que a importância da conferência da cidade deve se relativizada e não pode, em hipótese alguma, substituir os movimentos sociais, pois este têm uma atitude crítica em relação ao Estado e suas estratégias.

Deste quadro surgem indagações sobre onde se perceberia as possibilidades de mudança, ou se seria através do Ministério da Cidade que o Estado realizaria um novo modelo de desenvolvimento, ou ainda, como dar conta das diferenças que afloraram no espaço através dos movimentos sociais que colocam concretamente a questão da vida se realizando espacialmente enquanto modo de apropriação?

Assim, a luta pela moradia não é a luta por um "teto mais serviços", mas a luta pela vida contra as formas de apropriação privada. Nesta dimensão, a autonomia dos movimentos sociais é condição de sua possibilidade diante da racionalidade do Estado – e neste direção, trata-se de mudar a cidade, e não apenas ajustá-la ao mercado e aos interesses dos segmento que sustentam o mesmo. Os movimentos que emergem enquanto "forças sociais novas", não provêem do Estado e nem se deixam cooptar por ele, pois visam a negação da cidade enquanto exterioridade – é onde esta possibilidade contida na própria cidade no movimento do devir. Esta positividade realizando-se enquanto sociedade urbana coloca as possibilidades de uma época. Estes movimentos que produzem a consciência de uma sociedade ampliando as possibilidades de ação dizem respeito ao espaço. A vitória desses desafios só ocorre quando conseguem afirmar suas diferenças, portanto realizando-se fora do Estado.

A transformação radical da sociedade, mais uma vez o desafio do tema central do simpósio, exige uma ação capaz de transformar a cidade em obra novamente. Este é um sentido que se perdeu no movimento de realização da cidade capitalista, que só se faz presente residualmente, mas é o sentido passível de permitir a apropriação plena dos lugares da cidade, bem como a negação da segregação e com isso, negando o movimento da reprodução da cidade que produz o espaço amnésico e o tempo efêmero, cindindo a vida urbana realizando a propriedade privada, o mundo da mercadoria.

[98] Este assunto foi objeto de pesquisa apresentada no livro 'Espaço e tempo na metrópole" publicado pela Editora Contexto, em 2001.

O direito à cidade

A cidade é vivenciada por seus habitantes como local de privação, de perda e de estranhamento, o que revela os descompassos entre o tempo da vida e aquele da transformação da morfologia urbana imposta pelas políticas urbanas no seio do Estado, e tais descompassos demonstram a existência de uma produção alienada da cidade.

O entendimento da transformação radical requer uma ação de transformação da cidade alienada em cidade-obra, isto é, em uma cidade passível de ser apropriada plenamente pelo indivíduo em sua prática sócio-espacial, fundada no uso e revelada por uma relação espaço–tempo que potencializa a apropriação dos lugares da realização da vida. Requer também o entendimento do cotidiano no que ele guarda de residual, potencializando o tempo cíclico (da vida, do cosmos) e o uso em contraposição ao tempo linear (dominado), sinalizando a plena realização da **apropriação.** Só assim é que se torna possível a construção de uma outra cidadania nascida no seio do cotidiano como negação da abstração enquanto movimento negativo que sai do processo espacial que produz o tempo enquanto efêmero e o espaço como produção amnésica. Nesta direção, o plano do habitar a cidade ganha sentido espacial da análise ao recolocar a necessidade de entender o habitar enquanto casa/vizinhança/rua/bairro pela instauração plena do **uso**. Habitar o tempo como bem supremo significa a apropriação dos lugares de realização da vida e neste sentido, se coloca o direito à cidade, produzindo uma identidade capaz de negar a identidade abstrata produzida pelo desenvolvimento do mundo da mercadoria.

Pela introdução do "direito à cidade" na vida cotidiana, defrontamo-nos com um ponto de não-retorno, momento em que este direito pode se realizar plenamente, acentuando a busca pela autogestão, uma vez que só ela é capaz de propor uma mudança que nega o Estado capitalista com sua lógica e racionalidade, que nega o qualitativo ao restituí-lo ao mundo da abstração. Nesta direção, a introdução do direito à cidade enquanto prática nega a estrutura contratual assentada na propriedade privada e questiona sua existência e sua lógica.

Neste sentido, podemos começar a construir os elementos capazes de criar um "novo humanismo" através da construção de uma "outra cidade" e colocando em questão a propriedade privada da terra, bem como a realização social da propriedade enquanto negação dela própria. Com a negação da propriedade, alcança-se a contestação da fragmentação do espaço urbano através do acesso indiferenciado à terra urbana como condição inicial. Assim, a construção de uma nova sociedade passa pela mediação da transformação radical da cidade negada como condição e produto pelo debate atual, colocando em questão a própria sociedade urbana e a segregação enquanto conteúdo da produção do espaço urbano capitalista.

Para Lefebvre o direito à cidade manifesta-se como a forma superior dos direitos, enquanto direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e à habitação. O direito à obra (atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto da propriedade) que se imbricam dentro do direito à cidade, revelam plenamente o uso. Nesse sentido, segundo o autor, acabar-se-ia com a separação cotidianidade/lazer, vida cotidiana/festa e, justapondo-se na cidade os espaços do trabalho produtivo, da obra e do lazer. A cidade seria, nesta direção, a obra perpétua dos seus habitantes, contrária à idéia de receptáculo passivo da produção e das políticas de planejamento. Com essas idéias, Lefebvre aventa a necessidade de uma nova cidade: "aquela do homem urbano para quem a cidade e a própria vida cotidiana na cidade torna-se obra, apropriação, valor de uso (e não de troca) servindo-se de todos os meios da ciência, da arte, da técnica, da dominação sobre a natureza material". A reforma urbana assumiria, para o autor, uma perspectiva revolucionária pois "ela dá lugar a uma estratégia que se opõe a estratégia da classe dominante".

Em uma exposição realizada no II Simpósio Nacional de Geografia Agrária, Dom Thomaz Balduíno traz duas idéias importantes para nossa reflexão em torno das possibilidades de construção de um projeto para

nossa sociedade. Em primeiro ligar quando afirma que a CPT longe de coordenar e orientar os movimentos rurais, está ao lado deles, defendendo-os e ajudando-os (isto é sem qualquer intenção de cooptá-los) e, em segundo lugar quando revela que sabemos interpretar o clima, mas antes é preciso saber interpretar "os ventos que vêem do campo", e no campo estão os movimentos sociais que se movem pelo direito à terra, entendendo-o como "dignidade, partilha, festa, poesia, alegria de viver". Esse sentido, que toma e orienta a luta pela terra para Dom Thomaz, é o sentido último da idéia de "direito à cidade", exposto por Henri Lefebvre. Ambos colocam no centro o profundo sentido do uso (como realização da vida) só ele capaz de produzir a negação do valor de troca. Os dois pensadores anunciam que a transformação radical da sociedade não passa pela constituição da sociedade política.

Assim, revela-se o mesmo horizonte delineado por Marx na questão judaica, segundo o qual a transformação radical da sociedade nega a política, pois reduz o homem a membro de uma sociedade civil, reduzido ao egoísmo, e à propriedade privada. O político não foge às manifestações do controle burocrático que escapa ao controle democrático, ou ainda do partido político e de suas alianças produzindo um espaço político enquanto espaço funcional e instrumental revelando estratégias associadas àquelas do Estado e de sua lógica para realização da dominação. Nesta condição, o urbano, enquanto estratégia, acentua a degradação e dissemina a norma.

A realidade produzida de forma profundamente desigual revela a dialética do mundo e é preciso diferenciar o direito à cidade - enquanto direito supremo ao uso da cidade realizando a apropriações múltiplas - dos direitos básicos que o brasileiro ainda não alcançou porque sua banalização impede a construção de um projeto de transformação radical da sociedade brasileira. Assim, o direito à cidade é a negação do mundo invertido, aquele das cisões da identidade abstrata; da indiferença; da constituição da vida como imitação de um modelo de felicidade forjado na posse de bens; na propriedade privada; na importância da instituição e do mercado; do poder repressivo que induz a passividade pelo desaparecimento das particularidades; da redução do espaço cotidiano ao homogêneo, destruidor da espontaneidade e do desejo. Assim, espaço amnésico e tempo efêmero caracterizadores do momento atual podem ser superados, uma vez que os sujeitos se insurgem contestando e confirmando suas diferenças e, nesta ação, descobrindo possibilidades.

O "direito à cidade", colocado no centro da análise, produz a possibilidade de criar na Geografia urbana uma nova inteligibilidade, produto da crítica radical ao planejamento, para inverter o mundo ao contrário. Deste modo se coloca, a meu ver, o desafio para a construção dos termos de uma metageografia: a) que supere a redução da problemática urbana àquela da gestão do espaço da cidade com o objetivo de restituir a coerência do processo de crescimento; b) contra a atomização da pesquisa cada vez mais invadida pelo tempo rápido que se recusa a "habitar o tempo, imposto pelo produtivismo produzindo uma geografia invadida pelo mercado que passa a definir objetivos da pesquisa em função de prazos e resultados; c) contra a subjugação ao saber técnico que instrumentaliza o planejamento estratégico realizado sob a batuta do Estado, justificando sua política; d) superação do discurso ambiental que esvazia a relação sociedade-natureza, identificando a dimensão social e histórica da cidade à sua dimensão natural; e) pela realização da crítica radical do existente restituindo o caminho do qualitativo, questionando a política do estado (o estatuto da cidade, a legislação urbana) suas estratégias (a conferência da cidade) como momentos necessários do entendimento da crise da cidade.

A crítica radical do existente em sua totalidade pode apreender a via e o caminho para a construção de um projeto para a cidade, sinalizando o fim da propriedade privada do solo urbano como já foi assinalado nos anos 80, com o movimento pela reforma urbana e que está posto em questão hoje pelo MST. A realidade, enquanto acúmulo de momentos da prática sócio-espacial, faz emergir os movimentos sociais capazes de questionar um modo de ver e planejar a cidade, colocando em questão a estrutura contratual em que repousa

nossa sociedade em direção a constituição de um direito que proponha a ruptura, realizando o social em torno da realização das possibilidades plenas da apropriação da cidade e não o político. É assim que o direito à cidade acentua a noção de projeto para a sociedade capaz de esclarecer o caminho em direção à realização da mudança total, questionando (como possível-impossível) o fim da propriedade privada, a destruição do Estado e da realização plena do cidadão em um outra cidade.

Bibliografia

Andrade, M. Paulicéia Desvairada, Poesias Completas, Círculo do Livro, São Paulo, s/d.

_______________ Lira paulistana .In: Poesias Completas, Círculo do Livro, São Paulo, s/d.

Ansay, P. & Schoonbrodt, R. Penser la ville (Choix de texts philosophiques), Bruxelles, AAM editions, 1989.

Arantes, O. “Vendo a cidade”. Revista Veredas, ano 3, nº 36, São Paulo: CCBB, dezembro de 1998 pp 21-23.

___________. Urbanismo em fim de linha, São Paulo: EDUSP, 1998

Ascher, F. Métapolis: ou l´avenir des villes. Paris: Éditions Odile Jacob, 1995.

Augoyard, J. F. Pás à pás (Essai sur le cheminement quotidien en millieu urbain), Paris: Éditions du Seuil, 1979.

Baudelaire, C, Les fleurs du mal página 204. Ed. Calman Levy, Paris, 1952.

Benjamin, W. Rua de Mão Única, Ed Brasiliense, São Paulo, 1987

Bosi , E. Memória e sociedade : lembranças de velhos. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.

Boudon, F. Pessac de Le Courbusier, Ed. Dunod, Paris, 1969

Brissac, N. Cenários em Ruínas, Ed Brasileinse, São Paulo, 1987

Burgel, G. La ville aujourd’hui , Pluriel,Hachete,1993

Castagnino, R , Tempo e expressåo literaria. Editora Mestre Jou. São Paul, 1970.

Baudrillard, Jean (et alli). Citoyennété et urbanité. Paris: Ed. Esprit, 1991.

Bosi, E. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

Boudon, F. Pessac de Le Courbusier Ed. Dunod, Paris, 1969

Calvino, I. “Cidades Invisíveis” . Editora Cia. das Letras, São Paulo, 1991.

Canevacci, M . “ A cidade polifônica “ studio Nobel. São Paulo, 1993

Carlos, Ana Fani A. O lugar no/do mundo. São Paulo, Hucitec, 1996.

_________________. A (re)produção do espaço urbano. São Paulo, EDUSP, 1996.

_________________ Espaço-tempo na vida cotidiana da metrópole. Editora Contexto, São Paulo. 2000

_________________. «São Paulo: a anti-cidade ?” in: Souza, Maria Adélia A. et alli. (orgs.). Metrópole e Globalização. São Paulo: Ed. CEDESP, 1999.

Castagnino, R Tempo e expressão literária. Editora Mestre Jou. São Paulo,1970.

Chesnais, F. La mondialisation du capital. Paris: Syros, 1994.

Chombart de Lowe , P H , “ La fin des villes : mythe ou réalité“. Ed Calmann Lèvy. Paris, 1982

Citati, P. Goethe, Cia das Letras, São Paulo, 1996.

CNRS, “Le courrier du CNRS, número 81- La ville, Paris, été 1994

Cordeiro, H, K. O centro da metrópole paulista. São Paulo:Instituto de Geografia. Universidade de São Paulo, 1980

Damiani, A. e alli “Espaço fim de século: a nova raridade”. Editora Contexto São Paulo, 1999

Debord, G ,La societé du spetacle, Ed. Folio essais. Gallimard, Paris, 1992

Eco, U La guerre du faux . Éditions Grasset. Paris, 1985

EMPLASA Reconstrução da memoria estadística da Grande São Paulo, Secretaria dos Negócios metropolitanos, São Paulo, 1980.

Gleser, R. Visões de São Paulo, in Imagens das cidades séculos XIX e XX. Marco zero, São Paulo, 1993

GUIA do Musée D’Orsay, Reuinion des Músees nationales.Paris,

Guigou, J. Une ambition pour le territoire: ámenager l´espace et le temps. Paris:Éditions de l´Aube, 1995.

Harvey, D, “Condição Pós-moderna”, Ed Loyola, São Paulo, 1992

Ianni, O.“Sociedade global”, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1992.

Klee, P. Diários, Martins Fontes, São Paulo, 1990

Kotanyi,A e Raoul Vaneigem - Boletim n. 6. Agosto de 1961, Internationale

Situationiste, Fayard, Paris, 1997

Lefebvre, Henri. Le droit á la ville . Éditions Anthropos. Paris, 1968.

______________. La production de l´espace. Paris: Anthopos, 1986.

______________. Critique de la vie quotidienne (3 volumes). Paris: L´Arche, 1958, 1961, 1981. (respectivamente.)

______________. De l´Etat. (4 volumes). Paris: Union Générale d’ Éditions, 1976-1978.

______________ Posição contra os tecnocratas. Editora Documentos. São Paulo, 1969.

______________ La revolution urbaine, Gallimard, Paris, 1970

______________ La survie du capitalisme, Anthropos, Paris,1973

______________ Les temps de méprises, Stock, Paris, 1975

______________ Élements de Rythmanalise. Éditons Syllipes,Paris, 1992.

______________ A vida cotidiana no mundo moderno. Editora Ôtica. São Paulo, 1991.

Lispector , C, A cidade sitiada, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1982.

Le Goff , J. e Guieysse, “ Crise de l´urbain , futur de la ville “- Colloque de Royaumont, Ed. Economica, Paris, 1985

Lorca, F, Um poeta em Nova York, Editorial Lúmen, Barcelona, 1976

Maricato, E. Metrópole na periferia do capitalismo. São Paulo: Hucitec, 1996.

Martins J S , (org) . “Henri Lefebvre e o retorno a dialética” . Editora Hucitec. São Paulo, 1996

————————. A sociabilidade do homem simples. São Paulo: Hucitec, 2000.

Nietzsche, F. - Correspondência com Wagner – Guimarães Editores,Lisboa, 1990, página 54.

Obadia, A (org) Entreprender la ville : nouvelle temporalité, nouveuax servises”. Éditions de l´aube. Paris, 1997

Oliveira, A.U, “A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro” in Novos caminhos da Geografia, Editora Contexto, São Paulo, 1999 (org) Ana Fani Alessandri Carlos.

Pacquot, T. L´Homo urbanus. Paris: Essai Éditions du Félin, 1990.

Perec, G “ Éspeces d´espaces. “Le corps” Éditions du Seuil, Paris, 1995

Relatório de Imapcto Ambiental - EIA RIMA – realizado para a Operação Urbana Faria Lima, São Paulo, Tetraplan, 1992

REVISTA CIDADES, publicada pelo Grupo de Estudos Urbanos, GEU, São Paulo, volume 1, número I, jan/jul de 2004

REVUE Espace et societés " Infraastructures et formas urbaines " numeros 95 e 96 .L´Hamatan, Paris , 1998

Rio, J. , " A alma encantada das ruas" . Secretaria Municipal de cultura. Rio de Janeiro, 1991

Roncayolo, M. Les grammaires d´une ville (essai sur la genèse des structures urbaines à Marseille). Paris: EHESS, 1996.

__________. La ville et ses territoires. Paris, Gallimard, 1990.

__________. Formes des villes (Ville, Recherche, Diffusión). Nantes, Université de Nantes, (mimeografado). s/d.

Sassen, S. A cidade Global in Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil, org Lena lavinas e alli, São Paulo: ANPUR/ Hucitec, 1993

—————————— Paris ville mondiale? In REVUE Le Debat " Le nouveau Paris " número 80, mai-août 1994, Ed Gallimard, Paris.

Silva, N., e alli, "Os lugares do mundo , a globalização dos lugares" org Departamento de Geografia UFBA, Salvador, 2000

Simmel, G. Philodophie de la modernité, Ed. Payot, Paris, 1989.

Simões Júnior, J.G, Cortiços em São Paulo, Revista Pólis número 2 , 1991, Polis Publicações ,São Paulo

Shakespeare, teatro completo – TRAGÉDIAS,Ediouro, Rio de Janeiro, s/d

Souza, M. A. A, (e outros) " Metrópole e Globalização " , Ed. CEDESP, São Paulo, 1999

Veiga, J.E "Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula" Editora Autores Associados, Campinas, São Paulo, 2002

Veltz, P, Territoire pour apprende et innover, Éditions de l'Aube,Paris, 1994

Virilio, P, Esthétique de la disparition. Editions Balland.Paris, 1980.